

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Elton Luiz da Costa Alcantara

**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE A ARTICULAÇÃO HISTÓRICO-ONTOLÓGICA ENTRE
TRABALHO, FORMAÇÃO HUMANA E CONHECIMENTO E OS IMPACTOS DO
NEOLIBERALISMO**

Uberlândia (MG)

2023

ELTON LUIZ DA COSTA ALCANTARA

**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE A ARTICULAÇÃO HISTÓRICO-ONTOLÓGICA ENTRE
TRABALHO, FORMAÇÃO HUMANA E CONHECIMENTO E OS IMPACTOS DO
NEOLIBERALISMO**

Dissertação submetida à banca de defesa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais (INCIS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Sociologia e Antropologia
Linha de pesquisa: Cultura, Identidades,
Educação e Sociabilidade
Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Santana
Previtali

Uberlândia (MG)

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A347 2023	<p>Alcantara, Elton Luiz da Costa, 1992- Construção do conhecimento e ensino superior no Brasil [recurso eletrônico] : um estudo sobre a articulação histórico-ontológica entre trabalho, formação humana e conhecimento e os impactos do neoliberalismo / Elton Luiz da Costa Alcantara. - 2023.</p> <p>Orientadora: Fabiane Santana Previtali. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Ciências Sociais. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.54 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Sociologia. I. Previtali, Fabiane Santana ,1970- (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 316</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Sala 37 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3230-9435 - www.ppgcs.incis.ufu.br - ppgcs@incis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado 12/2023 do PPGCS-UFU				
Data:	30 de novembro de 2023	Hora de início:	14:00h	Hora de encerramento:	17 : 00h
Matrícula do Discente:	12112CSC002				
Nome do Discente:	Elton Luiz da Costa Alcantara				
Título do Trabalho:	CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: um estudo sobre a articulação histórica e ontológica entre trabalho, formação humana e conhecimento e seus impactos sob o neoliberalismo				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional: Brasil, Argentina e Portugal				

Reuniu-se na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Santa Mônica, sala 5M209 (Nupecs) e também transmitido por meio de vídeo conferência a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali (Orientadora e Presidente da banca PPGCS/INCIS/UFU), Prof. Dr. Aldo Durán Gil (Examinador PPGCS/INCIS/UFU) e Prof. Dr. Ranieri Carli (Examinador Instituto de Humanidades e Saúde - Universidade Federal Fluminense, polo Rio das Ostras (IHS-UFF/PURO)).

Iniciando os trabalhos, a presidente da mesa, a Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu o discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca Examinadora, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

APROVADO

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali - Orientadora e Presidente da banca
(PPGCS/INCIS/UFU)

Prof. Dr. Aldo Durán Gil - Examinador (PPGCS/INCIS/UFU)

Prof. Dr. Ranieri Carli - Examinador (Instituto de Humanidades e Saúde -
Universidade Federal Fluminense, polo Rio das Ostras (IHS-UFF/PURO)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Santana Previtali, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/12/2023, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ranieri Carli de Oliveira, Usuário Externo**, em 01/12/2023, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Duran Gil, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/12/2023, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4965733** e o código CRC **FA3CC582**.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é fácil. Certamente, é menos desafiador do que redigir uma dissertação, que se torna mais suportável graças a um conjunto de pessoas, relações, alternativas e escolhas que se manifestam e se constroem durante o processo, neste caminho que só se faz caminhando (e, quiçá, cantando, ora chorando, mas sempre vivendo).

A decisão de embarcar no mestrado – enfrentando as consequências de conciliar estudos com trabalho, militância e interações com o mundo ao nosso redor – pode ser motivada por grandes ou pequenas causas, individuais ou coletivas, até um *mix* de diretivas. No entanto, tudo isso ganha significado pleno quando realizado com uma perspectiva mais ampla. Vivemos em um mundo que nos fragmenta, apesar de nos apresentar supostas facilidades para ultrapassar barreiras físicas, geográficas e comunicativas. No entanto, as relações sociais capitalistas, que desenvolveram intensamente nossa sociabilidade, romperam com a nossa essencial relação de identidade, a mais profunda: com nós mesmos e com os outros. Como podemos ver os outros se mal conseguimos nos enxergar?

No entanto, foquemos no propósito deste texto: expressar gratidão. É exatamente por isso que faz sentido mencionar o que pude dizer, em agradecimento a todos que, ao serem presença positiva em minha humanidade, auxiliaram para que eu negasse a desistência tentadora neste caminho de pouco mais de dois anos e meio. Mesmo brincando que o aumento no salário foi uma motivação significativa (afinal, para fazer história, é preciso ter condições de vida), é inegável que na trajetória, por vezes solitária, do fazer científico, é possível (e necessário) encontrar paixão e um senso de coletividade. É aqui que nasce o encantamento, algo que não pode ser medido pela frieza das relações de troca, nem pelo seu mediador universal, o dinheiro.

Então, tudo ocorreu como se deu, menos árduo do que poderia ter sido, graças a diversas pessoas, cujos nomes são difíceis de enumerar pois cada uma teve alguma importância: desde aquelas fundamentais e centrais até as passageiras, residuais ou sazonais, e, mas também as que não couberam mais. Devo, enfim, tentar trazer um pouco dessas que não poderiam faltar.

Em primeiro lugar, minha profunda gratidão à minha mãe, Nanci, cujo apoio tem sido essencial desde o meu retorno a esta cidade. Ao meu pai, Marco, agradeço pelo estímulo à retomada dos caminhos do estudo acadêmico. Uma menção especial à Fernanda, amiga querida, cuja contribuição ao meu crescimento é inegável ao longo dos anos.

Um profundo agradecimento ao “seleto grupo” dos *IOMAE's*, criado no espaço de trabalho, mas que alçou a algo muito maior que isso: Edu, Vanessinha, Marquinhos, Talitinha,

Tay, Grazi(nha), Eliã, Lili, e sem esquecer da Elen – membra honorária. Vocês são a razão pela qual sinto alegria genuína no ambiente profissional.

Aos amigos-camaradas Alex, Júlia, João e Luís, mesmo à distância, agradeço por fazerem parte da minha jornada. Um reconhecimento ao Ontocast, um projeto que começou modesto e se tornou um veículo importante para a disseminação do conhecimento crítico, contribuindo significativamente para meu desenvolvimento como marxista.

Um agradecimento especial ao meu amigo Petrus, cujas leituras e retornos foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho. Aos membros da banca, professores Ranieri Carli – que me auxiliou desde a leitura do pré-projeto –, Aldo Durán Gil e Fabiane Santana Previtali, minha orientadora dedicada, que possibilitou meu desenvolvimento intelectual com autonomia, sempre disponível para responder às minhas questões. Por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, e seus servidores e servidoras, que, mesmo em condições adversas, tornam possível a pesquisa científica, incluindo essa.

Enfim, a tantas e tantas pessoas que poderiam ter sido citadas, tomara que a vida nos permita mais encontros ricos, e essas relações que não precisem necessariamente ser expressas em letras escritas ou mesmo agradecidas, mas fundamentalmente sentidas, pois não é fácil agradecer.

Não rimarei a palavra sono
Com a incorrespondente palavra outono.
Rimarei com a palavra carne
Ou qualquer outra, que todas me convêm.
As palavras não nascem amarradas,
Elas saltam, se beijam, se dissolvem,
No céu livre por vezes um desenho,
São puras, largas, autênticas, indevassáveis.
(...)

(Carlos Drumond de Andrade, **Consideração do Poema**)

Condição de possibilidade da atividade ideal, a vida societária *responde* como fonte primária ou raiz polivalente pelas grandezas e falácias do pensamento. De suas formas emanam carências e constrangimentos que impulsionam ao esclarecimento ou, pelo contrário, conduzem ao obscurecimento da consciência, em todos os graus e mesclas possíveis. De suas formações, que demarcam épocas, tempos predominantes de luz e afirmação do homem, ou de sombra e negação do mesmo, ela se impõe e realiza, abrangendo todo o *gênero* em suas tendências peculiares e contraditórias.

(José Chasin, **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**)

RESUMO

A pesquisa aqui exposta se propôs a realizar um estudo sobre os impactos do neoliberalismo no ensino superior brasileiro enquanto espaço de articulação entre produção do conhecimento e formação humana. Em nossa análise, buscamos apresentar a relação histórico-ontológica entre trabalho, conhecimento e educação, sua concretização na forma capitalista de viver, orientada à lógica autoexpansiva do capital – que se reflete na decadência ideológica burguesa e na repositão da histórica cisão entre teoria e prática na “escola do ler” e “escola do fazer”, essa para a classe subalterna enquanto aquela é voltada aos setores dominantes. Também abordamos o desenvolvimento histórico do ensino superior brasileiro, país de formação capitalista hipertardia através de uma via colonial, que se expressa na forma como se constitui sua instituição universitária, erigida através das iniciativas “pelo alto” do Estado. Ademais, intentamos demonstrar as transformações ocorridas no sociometabolismo diante da crise estrutural do capital, impactando todas as dimensões da vida, inclusive a do conhecimento. Nesse sentido, compreendemos os “pós-modernismo” enquanto fruto (e contributo) desses tempos. Sendo forma aprofundada da decadência ideológica, abre vias ao irracionalismo e à aceitação (mesmo que por apologia indireta) de explicações pseudocientíficas por aceitar qualquer “verdade” como igualmente válida, promovendo a hipercentralidade da subjetividade. Diante disso, trabalhamos a hipótese de que esse contexto geral ganha dimensões particularizadas no Brasil nas últimas três décadas: se expressa através de uma constante aplicação, em diferentes intensidades e modalidades, das medidas neoliberais, impactando as universidades e, nelas, a capacidade de produzir conhecimento e formação que não sejam voltados aos interesses mercadológicos. Percebeu-se, com os estudos, a confirmação desse cenário hipotético, apontando para o crescimento exponencial do setor universitário privado, junto ao tráfico de modelos e conceitos empresariais para dentro do âmbito público, conformando uma “universidade operacional”. Ademais, operou-se uma constante retirada de verbas para a pesquisa e a formação no ensino superior público brasileiro a partir de 2014/16. Para o desenvolvimento da pesquisa, partimos do referencial teórico-metodológico materialista histórico-dialético em um estudo de caráter bibliográfico, remetendo a autores marxistas clássicos e contemporâneos que elaboraram sobre trabalho, conhecimento, educação, universidade no Brasil e neoliberalismo.

Palavras-chave: Trabalho; Conhecimento; Educação; Universidade; Neoliberalismo.

ABSTRACT

The research presented here proposed to carry out a study on the impacts of neoliberalism on Brazilian higher education as a space for articulation between knowledge production and human formation. In our analysis, we seek to present the historical-ontological relationship between work, knowledge and education, its materialization in the capitalist way of living, oriented to the self-expanding logic of capital – which is reflected in the bourgeois ideological decadence and in the replacement of the historical split between theory and practice in the "school of reading" and "school of doing", the latter for the subaltern class while the former is aimed at the dominant sectors. We also address the historical development of Brazilian higher education, a country of hyper-late capitalist formation, through a colonial path, which is expressed in the way its university institution is constituted, erected through the initiatives "from above" of the State. In addition, we intend to demonstrate the transformations that have occurred in the sociometabolism in the face of the structural crisis of capital, impacting all dimensions of life, including knowledge. In this sense, we understand "postmodernism" as a fruit (and contribution) of these times. Being a deepening form of ideological decadence, it opens the way to irrationalism and the acceptance (even if by indirect apology) of pseudoscientific explanations by accepting any "truth" as equally valid, promoting the hypercentrality of subjectivity. In view of this, we work on the hypothesis that this general context has gained particularized dimensions in Brazil in the last three decades: it is expressed through a constant application, in different intensities and modalities, of neoliberal measures, impacting universities and, in them, the capacity to produce knowledge and training that are not focused on market interests. The studies confirmed this hypothetical scenario, pointing to the exponential growth of the private university sector, along with the trafficking of business models and concepts into the public sphere, forming a "operacional university". In addition, there was a constant withdrawal of funds for research and training in Brazilian public higher education from 2014/16 onwards. For the development of the research, we started from the historical-dialectical materialist theoretical-methodological framework in a bibliographic study, referring to classic and contemporary Marxist authors who elaborated on work, knowledge, education, university in Brazil and neoliberalism.

Key Words: Work; Knowledge; Education; University; Neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. BASES ONTOLÓGICAS E HISTÓRICAS DA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO	18
1.1. O trabalho: base fundante do conhecimento e da educação	18
1.2. Aportes históricos para uma compreensão ontológica da educação e do conhecimento	22
1.3. Trabalho, conhecimento e educação sobre bases capitalistas	30
1.3.1. Bases fundantes do capitalismo: acumulação primitiva, fetichismo da mercadoria e trabalho assalariado.....	30
a) As protoformas do capital: da chamada acumulação primitiva.....	31
b) Ascensão da grande indústria	34
c) O trabalho assalariado	37
d) A mercadoria e seu fetiche	38
1.3.2. Conhecimento e educação sobre bases materiais capitalistas	41
a) Decadência ideológica burguesa e o conhecimento	42
b) Universidade, Estado e Capitalismo Monopolista.....	44
2. CAPITALISMO, ESTADO E O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: elementos históricos e desenvolvimentos particulares	52
2.1. A concretização brasileira do capitalismo e seu Estado	52
2.2. Do Império à Primeira República: surgimento do ensino superior e constituição da Universidade	54
2.3. Da Revolução à Ditadura: a Era Vargas e o Estado na dianteira do desenvolvimento capitalista brasileiro	59
2.3.1. Contexto político e econômico.....	60
2.3.2. A Questão Educacional no período Vargas.....	62
2.4. Do fim de uma ditadura ao início da próxima: o período democrático que durou menos de 21 anos e expressões de democratização da universidade	69
2.4.1. O pós-Guerra e a consolidação da hegemonia norte-americana no ocidente	69
2.4.2. O breve voo democrático entre 1945 e 1964.....	73
a) O Governo Dutra (1946-1951).....	73
b) O retorno de Vargas pelas mãos do povo (1951-1954).....	74
c) O Governo JK e o desenvolvimentismo (1956-1961).....	76
d) De Jânio a Jango (1961-1964): começando com a vassoura, terminando com o porrete.....	78
d.a) Jânio Quadros: o personagem inusitado e sua passagem relâmpago	79
d.b) Jango: instabilidade política, radicalização e golpe	80
2.4.3. Reflexos e inflexões do período democrático no ensino superior	82

2.5. A entrada no monopólio pela via civil-militar e a Reforma Universitária sob motes autocráticos	88
2.5.1. A Ditadura Civil-Militar (1964-1985).....	89
2.5.2. A Universidade sob o coturno: a reforma universitária nos termos da autocracia burguesa	93
a) Antecedentes	93
b) <i>A Reforma Universitária</i> na ditadura civil-militar.....	95
c) A Luta do Movimento Estudantil.....	99
d) A Pós-Graduação na vanguarda da modernização da Universidade sob a ditadura civil-militar	100
3. CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO SOB O NEOLIBERALISMO	105
3.1. Crise do Capital e Neoliberalismo	105
3.1.1 A financeirização do capital	112
3.1.2 A reestruturação produtiva	113
3.1.3 Da “Revolução Informacional”	115
3.1.4 O ideário neoliberal.....	118
3.1.5. Impactos da Crise do Capital sobre o Conhecimento.....	120
3.2. Brasil e o Neoliberalismo	123
3.2.1. O governo FHC/Bresser Pereira (1995-2002).....	126
3.2.2. Os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), o Golpe (2016) e o Vice	128
3.2.3. Do Golpe, Temer (2016-2018), Bolsonaro (2019-2022) e, no meio do caminho, uma Pandemia (2020)	134
3.3. O Conhecimento e a Educação sob os “auspícios” neoliberais em sua particularidade brasileira: impactos nas universidades públicas	139
3.3.1. O Período FHC.....	139
3.3.2. O Período PT.....	142
3.3.3. Temer e Bolsonaro	146
CONSIDERAÇÕES DE “CHEGADA” E DE “PARTIDA”	151
BIBLIOGRAFIA	157

INTRODUÇÃO

No atual quadro societário se verificam questões dramáticas no âmbito da produção social do conhecimento expressas, *e.g.*, na negação das explicações científicas sobre o formato da Terra, a afirmação da existência de uma “doutrinação comunista” nas escolas e universidades, da disseminação de uma suposta “ideologia de gênero”, o questionamento quanto à validade de vacinas, dentre outros. Em um primeiro “olhar”, parece que esse conjunto de fenômenos recorrentes são mais característicos da Idade Média (considerado um período de “trevas” ao pensamento) do que de nossa época, mas “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017b, p. 880), e a análise de tais fenômenos sociais não deve ser abordada desde uma ótica que os trate como formas anômalas, máculas na límpida e áurea era do conhecimento e da informação; era de um suposto acesso ilimitado às várzeas do pensamento humano via, predominantemente, a *internet*, de onde brotaria apenas frutos faustosos.

Ao contrário, não surgem espontânea e aleatoriamente, sem compatibilidade com uma materialidade concreta e suas determinações nesta quadra histórica. São formas necessárias ao capitalismo e o pensamento peculiar ao seu modo de produzir a partir de um específico regime de acumulação, precisando ser perquiridas desde uma perspectiva ontológico-materialista. Importa, portanto, investigar de que modo são produzidos e reproduzidos na vida social.

É imperioso abordar a produção social do conhecimento pelos aportes necessários que oportunizem o entendimento da vinculação material estruturante das formas de compreender o mundo. Articulada aos distintos processos formativos com que o capital se vale – que criam e recriam determinadas representações da realidade –, faz-se mister que estejam hegemônica e tendencialmente adequados à organização material em prol de sua constante reprodução pelos distintos sujeitos sociais, determinados, em última instância, por condicionantes econômico-materiais.

Demiurgo das atuais relações sociais, o capital, na dialética civilização e barbárie, faz com que aquelas se voltem contra a humanidade que as engendra, notadamente contra aquele polo que produz a vida: a classe trabalhadora. Sem controle dos rumos orientadores dos vetores que fundamentam a sociedade capitalista, desapropriada da própria riqueza que produz, esta classe está submetida a profundos processos reificantes, sequer se reconhecendo como sujeito que vive e faz a história.

A burguesia, por sua vez, tem a necessidade inerente de manter essa relação – de exploração – como um ciclo constante que funcione em prol de sua crescente lucratividade. Tal

operação, todavia, não é tarefa simples, visto que envolve a manutenção de um amplo controle que vai além da repressão (mas jamais a abandona), necessitando abarcar as diversas instâncias da sociabilidade para, desde seu âmago, imporem seu *modus operandi*, em um controle que abarca a própria subjetividade dos trabalhadores.

Ainda que não se possa abordar indiferenciadamente os distintos espaços onde ocorre a construção subjetiva do ser humano ao longo de sua vida, cabe salientar que, por estarem perpassados pela lógica do capital, sofrerão as determinações deste, alicerçados ao processo pelo qual se produz e reproduz a vida, estando os sujeitos compelidos a participar cooperativamente deste sociometabolismo, tendo ou não consciência disso.

Por tal exposto, tomamos aqui as indicações em Mészáros (2008), segundo o qual a educação é considerada desde uma perspectiva que abarca não só os “muros da escola”, mas também como formação desenvolvida em todos os âmbitos da vida social, ainda que ganhando importância fundamental com a chamada institucionalização dos mecanismos formais de instrução, desenvolvidos ao longo da história.

[...] no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno (Mészáros, 2008, p. 44).

E prossegue:

Quer os indivíduos participem ou não [...] das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes da própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas. (*ibidem*)

Nesse sentido, buscou-se, na esteira das investigações em tela, voltar as lentes do nosso “microscópio” que, segundo Marx (2017a, p. 78), é a *força da abstração*, para a compreensão desse processo na particularidade do ensino superior sob o neoliberalismo à brasileira. Tais espaços são onde melhor se concretizam a articulação formalizada entre produção do conhecimento e formação humana, sofrendo os influxos de um momento histórico a que terminou por se chamar de neoliberalismo, sendo reflexo e refletor dessas peculiares formas históricas a que aludimos. Esse conjunto de elucubrações nos despertou o interesse em seguir esse caminho de desvelamento e reconstrução, visto que começa em um conjunto de mistificações que deveras não são privilégio dos tempos hodiernos, mas ganham novos coloridos no referido quadro sócio-histórico, ao que buscamos delinear nos três capítulos coligidos.

O *primeiro capítulo*, “bases ontológicas e históricas da relação entre trabalho, conhecimento e educação”, busca apresentar os elementos que fundamentam o norte de nosso estudo, a compreensão da relação entre essas três categorias basilares. Parte-se, assim da relação entre trabalho, conhecimento e formação humana, orientando-se na perspectiva do trabalho enquanto “modelo da práxis social”, o ato fundante do ser humano, o que envolve a transformação ativa do ambiente e a si mesmo, bem como a incessante criação de novas necessidades. O processo de trabalho é, por seu turno, atividade orientada a um fim, ato de se apropriar do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas. Destaca-se aí a capacidade teleológica humana, que diferencia os seres humanos dos animais. Na relação entre trabalho, conhecimento e educação, entende-se que o conhecimento é produzido em resposta às questões postas diante da humanidade, compreendendo-se a educação enquanto processo de formação humana que ocorre ao longo da vida, mediada pelo trabalho e pela socialização.

Conforme Saviani (2007), na medida em que a existência humana não é garantida pela natureza, mas produzida pelos próprios indivíduos por meio do trabalho, a produção do homem também é um processo educativo. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de compreender a produção material da existência, a formação humana e o conhecimento de maneira articulada, embora cada complexo social possua particularidades e modos de ser próprios. O desenvolvimento do trabalho, do conhecimento e da formação humana ocorrem de formas diferenciadas ao longo da história, determinadas pelos modos de produção correspondentes, como o escravismo, o feudalismo e o capitalismo, entre os quais se observam relações de continuidade e ruptura.

A partir de Ivo Tonet (2013), pressupõe-se a ocorrência de duas abordagens na problemática do conhecimento, ontológica e gnosiológica, cuja distinção é essencial para a compreensão do modo como o conhecimento é organizado em diferentes momentos históricos. Do período greco-medieval até o Renascimento, muda-se a centralidade do objeto para o sujeito no pensamento, no processo de conhecimento. Com a transição do feudalismo para o capitalismo ocorre uma ruptura decisiva no plano material e espiritual. A Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo transformam a estrutura educativa, tornando-a fundamental para a formação da sociedade, atendendo às necessidades do capital em relação à mão de obra. Nesse âmbito, há uma polarização entre a “escola do ler” e a “escola do fazer”.

Com a emergência do capitalismo como modo de produção, é importante visualizar o seu processo de “acumulação primitiva” até a ascensão da grande indústria, quando o processo de produção capitalista atinge seu auge. Nesse ínterim, há a separação entre força de trabalho e meios de produção, crucial para a existência da produção capitalista. Na transição da

manufatura para a grande indústria, destaca-se a maquinaria, na medida em que a introdução de máquinas revoluciona o processo produtivo, levando à subsunção real do trabalhador na fábrica. Ademais, a existência do trabalho assalariado tem como fim a produção de mais valor, central ao processo capitalista, sendo a força de trabalho uma mercadoria única a ser utilizada para isso, apenas ela é capaz de gerar valor excedente.

Ao estudar o capitalismo, Marx (2017a) vai se deparar com a mercadoria, cuja “dupla personalidade” é composta por valor de uso e valor de troca, estando o primeiro vinculado à sua utilidade, enquanto o segundo representa a relação quantitativa na troca. A forma-dinheiro emerge como um equivalente geral na circulação de mercadorias através da abstração do valor e manifesta o caráter fetichista que encobre as relações sociais entre os produtores. A reificação é, nesse sentido, a forma particular de alienação no capitalismo, obscurecendo as relações humanas através da mediação das trocas mercantis. Assim, o trabalhador vive um processo de desumanização na sociedade capitalista, onde a produção crescente de riqueza resulta na desvalorização do mundo humano em favor do mundo das coisas.

A universidade, sob tais desígnios, foi sendo moldada de acordo com as necessidades da classe dominante e tornou-se um disseminador da ideologia dessa classe. Apesar da laicização e aparente autonomização do Estado frente à sociedade civil, decorrente das revoluções democrático-burguesas, responsabilizando-se pelo funcionamento da universidade, orienta-a em prol dos interesses burgueses. No contexto do capitalismo monopolista, ao assumir funções econômicas diretas e indiretas, intervém mais organicamente na organização econômica, e se vale de políticas sociais para garantir a reprodução do modo de produção capitalista, diante também da crescente mobilização da classe trabalhadora em prol de suas demandas. Mantém, portanto, sua natureza de classe, o que se denota expresso no ensino superior no Brasil, que passa por transformações diante de processos econômicos, políticos e sociais, mas repondo características estruturais da sociedade brasileira ao longo do tempo.

O *segundo capítulo*, “capitalismo, estado e o ensino superior brasileiro: elementos históricos e desenvolvimentos particulares”, apresenta uma reconstrução histórica do processo de desenvolvimento do ensino superior brasileiro. Principia-se expondo o pressuposto de compreensão sobre o capitalismo brasileiro, caracterizado, com Chasin (1978), como hipertardio e subordinado ao capitalismo central, tendo suas raízes na via colonial. O Estado, expressão dessa realidade, é o garantidor das mudanças sociais, em grande parte ocorrendo “pelo alto”, sem a participação ativa dos setores subalternos. A formação social brasileira é visualizada como um capitalismo “débil” na cadeia imperialista, refletindo sua condição genético-estrutural de colônia.

Na transição do Império para a Primeira República no Brasil observa-se a ascensão da burguesia do café, impulsionada pela produção cafeeira e pela imigração em massa. A formação da República, dinamizada pelo Exército e por essa burguesia cafeeira, teve reflexos do pensamento positivista. Nesse ínterim, verifica-se, no início do século XX, uma primeira expansão do ensino superior, impacto das mudanças nas forças produtivas, do crescimento urbano e da demanda por educação técnica.

Com o aumento do acesso ao ensino superior reclama-se da desvalorização dos diplomas, resultando na intervenção do Estado em 1911 e 1915. A Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental de 1911 refletiu os princípios positivistas, envolvendo a autonomia universitária e retirando do Estado a fiscalização dos currículos das escolas livres (privadas). Apesar da criação das primeiras universidades na década de 1920, estas iniciativas foram alvo de críticas. Com a crise de 1929, impacta-se a economia cafeeira, que vê sua decadência e serve de anteparo à transição para uma economia urbano-industrial. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 representa o momento da transição de uma economia predominantemente agrária para uma fase ascendente de industrialização, e o período que se abre altera a sociedade brasileira de maneira profunda, consolidando iniciativas dispersas e buscando a formação de um projeto nacional em torno de um Estado centralizador.

A intervenção estatal na educação, especialmente no ensino superior, estaria adequada a essa forma política centralizadora. Nesse bojo, o Estado implementou reformas educacionais para formar uma elite alinhada com os ideais de seu regime, incluindo, logo de princípio, a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e o Estatuto das Universidades Brasileiras. Papel destacado teve a Igreja Católica, retomando sua influência outrora perdida com a laicização do Estado, expressa na Constituição de 1891.

Após a queda do Estado Novo, o Brasil se encontra em um contexto geopolítico mundial polarizado entre Estados Unidos e União Soviética, a chamada Guerra Fria. Isso se deve ao fato de que no pós-Segunda Guerra Mundial os EUA emergiram como a principal potência capitalista, elaborando tratados e protocolos, como a Doutrina Truman e o Plano Marshall, que buscavam alinhar os demais países aos seus interesses, o que também se verifica na América Latina, como é o caso do TIAR. Isso se estendeu à educação, com comissões como a CBAR implementando modelos norte-americanos no Brasil.

O período democrático no Brasil, entre 1945 e 1964, conhecido como "República Populista", trouxe reflexos e inflexões significativas no ensino superior. Durante o Estado Novo (1937-1945), caracterizado por um controle ditatorial, a universidade foi rigidamente controlada, voltada à formação de uma elite, mas a ascensão das ideias liberal-democráticas foi

refletida na Constituição de 1946, que reconheceu a educação como direito do cidadão, contribuindo para o fortalecimento da autonomia universitária, embora essa autonomia tenha sido limitada na prática.

A aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961 ocorreu em meio a crescentes demandas populares por direitos, refletidas nas reformas de base, incluindo a educação. Medidas importantes na pesquisa científica foram tomadas com a criação do ITA, Capes e CNPQ. A criação da Universidade de Brasília (UnB) em 1961 simbolizou esse movimento, marcado por mobilização popular e aumento na demanda por educação. Diversos fatores, incluindo a federalização de instituições e o aumento nas matrículas, foram desencadeados por essa conjuntura de mudanças significativas durante o período democrático.

A maior inflexão nesse caminho de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” ocorrerá, porém, com a implantação de uma ditadura civil-militar de características autocráticas em atendimento aos interesses do grande capital, comprimindo para os porões os elementos de insubordinação crítica, ainda mais destacadamente após 1968, com o AI-5. Esse ano também marca a reorientação da ditadura no tema do ensino superior, promovendo uma *reforma universitária* em completo conluio e subordinação aos interesses norte-americanos, como fica expresso nos convênios MEC-USAID. Tal reforma instituiu os programas de pós-graduação como um novo segmento, também inspirado no modelo norte-americano, significativamente impulsionada por órgãos como CAPES, CNPq e BNDE, que apoiaram a pesquisa e formação de recursos humanos. No entanto, a regulamentação da pós-graduação visava formar profissionais qualificados para atender às demandas do mercado, contribuindo para a modernização conservadora do ensino superior.

Dessa forma, também é importante destacar desse período que a política educacional durante a ditadura fortaleceu a iniciativa privada no ensino superior, facilitando a criação de universidades privadas. Medidas como a exigência de profissionais qualificados no corpo docente e a não obrigatoriedade de bibliotecas para universidades privadas beneficiaram essas instituições.

O cenário de “otimismo” e “euforia” criado pelos órgãos de disseminação de informação e cultura da ditadura, bem como do “milagre econômico” às custas de intensa repressão, começarão a ter suas bases dilapidadas diante da crise do capital em nível mundial, fundamentalmente a partir da segunda metade da década de 1970, fazendo o regime iniciar um “lento, gradual e seguro” (para eles) processo de distensão, que só se completaria em 1985, levando mais quatro anos para uma eleição direta ao Executivo federal.

Nesse sentido que no *terceiro* e último *capítulo*, “conhecimento e educação sob o neoliberalismo”, o texto aborda o período de transição, a nível mundial, entre as décadas de 1960 e 1970, marcado por eventos como a Crise do Petróleo e a desvinculação do dólar ao ouro, expressões fenomênicas da crise estrutural do sistema capitalista. A ilusão dos “anos dourados” e do capitalismo democrático é deposta, decorrendo em recessão generalizada a partir de 1974-1975. Vivencia-se o colapso do modelo taylorista/fordista/keynesiano, que predominou após a Segunda Guerra Mundial. As lutas dos trabalhadores, intensificadas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, desempenharam um papel crucial nesse período, mas não foram capazes de se converter em um projeto societal hegemônico em oposição ao capital. Há uma mudança significativa no sistema sociometabólico do capital, com implicações globais, incluindo a transformação nas condições e características do trabalho, a financeirização da economia e a ascensão do neoliberalismo como uma nova ordem dominante em meio a profundas mudanças tecnológicas.

A crise se reflete, também, no âmbito do conhecimento, produzindo em seu quadro o chamado “pós-modernismo”, uma “lógica cultural” resultante desse período histórico. O pensamento pós-moderno se conforma como um “paradigma anti-paradigmático”, incorporando a rebeldia irracionalista aristocrática e se contrapondo aos fundamentos do pensamento moderno. Essa perspectiva, marcada pela fragmentação, diferença e efemeridade, desloca-se para a hipercentralidade da subjetividade, abrindo espaço para irracionalismo e aceitação de explicações pseudocientíficas.

Nesse contexto que no Brasil, durante a transição do regime militar para a democracia nos anos 1980, observa-se o declínio do paradigma estatal centralizado. A mudança na correlação de forças políticas, favorecendo a oposição democrática, culmina na restauração democrática com a Constituição de 1988. Destacam-se atores significativos nesse processo, como associações profissionais, o “novo sindicalismo”, o Partido dos Trabalhadores (PT), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As décadas de 1970 e 1980 testemunham intensas lutas populares, manifestadas em greves, demandas por eleições diretas (Diretas Já), e mobilizações contra a ditadura. A Constituição de 1988 representa um novo “pacto social” e, subsequentemente, inicia-se uma série de ataques aos direitos conquistados. Alinhado aos princípios neoliberais difundidos pelo Consenso de Washington em 1989, é posta em implementação uma contrarreforma do Estado, buscando diminuir a intervenção estatal nas políticas sociais, fortalecendo uma suposta "sociedade civil" e introduzindo práticas de mercado na gestão pública, processo iniciado destacadamente por Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), marcaram uma mudança na política nacional. No entanto, contrariando as expectativas de uma guinada progressista, o governo Lula manteve as medidas neoliberais, com reforma previdenciária e dando continuidade à orientação macroeconômica de seus antecessores. No segundo mandato, verificam-se investimentos em políticas sociais e crescimento econômico, mas sob a insígnia da conciliação de classes, bem como passando longe do enfrentamento às questões estruturais, o que se manteve com Dilma, mas já em um cenário impactado pela crise de 2008. Em 2016, após um golpe, assumiu o vice, Michel Temer, marcando o início de um período mais aberto de retrocessos e medidas ultraliberais. Temer, por exemplo, implementou a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, limitando os gastos públicos por 20 anos, além de promover as reformas trabalhistas e do ensino médio. Jair Bolsonaro, eleito em 2018, se estabeleceu através de uma retórica anticomunista e *outsider*, aprofundando políticas ambientais predatórias, flexibilizando o controle de armas e implementando medidas de reacionarismo penal. Seu governo também ficou caracterizado pela desastrosa gestão da pandemia da COVID-19, apregoando o negacionismo científico e atrasando o recebimento de vacinas. A ascensão de Bolsonaro foi o reflexo de uma crise de hegemonia no Brasil, com a burguesia buscando recompor seu poder diante da instabilidade política e econômica.

No termo das políticas educacionais no Brasil, estas estiveram totalmente alinhadas ao modelo neoliberal de Estado, nas suas diversas modalidades. No período petista, observa-se o aumento no investimento no ensino superior, mas fortalecendo muito mais o setor privado em relação ao público, além de manter intocado o pagamento abusivo da dívida pública. Nos governos Temer e Bolsonaro ocorre uma continuidade no ciclo de cortes de gastos sociais, incluindo a educação (que vinham desde o governo Dilma). O que os dados mostram é que, entre 2003 e 2018, embora os recursos destinados às universidades federais tenham aumentado, houve uma redução nos investimentos e custeio proporcionais ao PIB, além de uma inflexão negativa a partir de 2014. No período Bolsonaro, essa política de cortes foi acompanhada por uma “guerra cultural” às universidades públicas. Além disso, medidas como o Projeto Future-se buscaram impactar na autonomia e na função social da universidade.

Em síntese, no momento histórico mais recente, o neoliberalismo brasileiro ganhou uma forma mais radicalizada, compondo novas tonalidades dentro de um arranjo político de caráter fascizante, como foi o caso do governo Bolsonaro, abertamente contra o ensino público universal e a produção da ciência em prol da população. Estes, limitados pelo próprio capitalismo, que orienta sua formação e seu conhecimento para o lucro, é ainda mais

enfraquecido em um país que se encontra na periferia do capital, que se constituiu historicamente por meio de uma *via colonial de entificação capitalista*, alicerçando seu caráter *hipertardio*, em que o Estado promove as mudanças econômico-sociais “pelo alto”, onde não há interesse em fortalecer seus centros de pesquisa e oferecer ensino de qualidade para as amplas massas populares, sendo constante e sistematicamente vilipendiado, com financiamentos à míngua e emulando perspectivas empresariais para o ensino e a produção de conhecimento em prol dos interesses do mercado.

Para a construção deste trabalho, baseado no materialismo histórico-dialético, foi realizada pesquisa bibliográfica, onde nos debruçamos em obras de autores marxistas clássicos e contemporâneos para desenvolver reflexões sobre a relação ontológica entre trabalho e formação humana, sua concretização atual na forma capitalista de viver e, a partir disso, como determinam a (sendo também determinadas reflexivamente pela) produção social do conhecimento no contexto específico brasileiro. Adicionalmente, nos valem de estudos acerca da Universidade brasileira e os impactos do neoliberalismo nessa esfera.

1. BASES ONTOLÓGICAS E HISTÓRICAS DA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO

E a vida / E a vida o que é? / Diga lá, meu irmão (...) / Somos nós que fazemos a vida / Como der, ou puder, ou quiser (...)
O Que É, o Que É? - Luiz Gonzaga Jr.

1.1. O trabalho: base fundante do conhecimento e da educação

Parte-se do pressuposto de que o conhecimento e a educação estão articulados ao trabalho em seu dimensionamento ontológico e histórico, na medida em que este é compreendido enquanto “modelo da práxis social” (Lukács, 2013, p. 82), a base da qual emanam todas as demais formas sociais, ainda que com autonomia relativa, em um desenvolvimento desigual e combinado. Na busca por satisfazer suas necessidades (comer, beber, morar, vestir, reproduzir), o ser humano engendra uma série de atos orientados no sentido de atendê-las, movimento no qual também constitui a si mesmo enquanto um ser social. Para isso, colocar-se-ão suas forças, energias e conhecimentos voltados à “produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material”, considerada aí “o primeiro ato histórico” (Marx; Engels, 2007, p. 33). Eis, portanto, a consideração do enquanto o ato fundante do ser humano, promovido pela transformação ativa do ambiente no qual está inserido.

Essa atividade se orienta para determinados fins mobilizando um conjunto de componentes: os meios que tornam possível atingir os objetivos prospectados. Os meios são as técnicas e os instrumentos que, necessariamente, precisam se mostrar apropriados à consecução das ações em prol da finalidade almejada, com o risco de, caso contrário, não lograr suprir sua necessidade. Ao operar adequadamente com esse conjunto de componentes e, conseqüentemente, conseguir satisfazer as necessidades que impulsionam ao ato, novas necessidades são criadas. Ou seja, “a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduz a novas necessidades” (*ibidem*).

Nessa consideração sobre o trabalho, em termos marxianos, este

[...] é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza [...] em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. **Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza** (Marx, 2017a, p. 255 - destaques nossos).

Entende-se que essa atividade é um processo que ocorre quando o ser humano prevê, antecipadamente, a ação que realizará para transformar o meio em que se encontra. Tanto

aranhas e abelhas quanto tecelões e arquitetos constroem algo, porém, o que diferencia as primeiras dos segundos é que aquelas fazem suas atividades como algo biologicamente dado, geneticamente determinado, sem grandes alterações ou adequações, enquanto arquitetos e tecelões já têm na sua mente o que querem construir, mesmo que o produto não se torne exatamente aquilo que esperavam. Assim, a chamada *capacidade teleológica* humana – capacidade de antever resultados – é o que nos diferencia radicalmente dos animais.

Em síntese:

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, **comum a todas as suas formas sociais** (Marx, 2017a, p. 261 - destaques nossos).

Ou seja, o ser humano, valendo-se de suas capacidades físicas e intelectuais, no ato cujo resultado já antecipa mentalmente, utiliza os meios de trabalho que se encontram ao seu dispor para transformar a matéria-prima (a natureza, podendo já conter trabalho prévio ou não) em produtos que serão úteis às suas necessidades. Nesse processo, o sujeito que realizou o ato de trabalho, ao transformar a natureza, também transformou a si mesmo, transformou suas próprias capacidades humanas, realizou um ato de *autotransformação*.

Por meio do trabalho compreende-se que o ser humano, como “ser que dá respostas”, possui uma capacidade inesgotável de criar novidades, analisando, planejando, executando e avaliando a todo instante os componentes da realidade objetiva onde está inserido e as expressões não materiais que se depreendem dela. Outrossim, realiza-se o seguinte: “um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo de qualitativamente e radicalmente novo” (Lukács, 2013, p. 53). Permite-se, dessa forma, conceber o trabalho como o eixo basilar da articulação entre os aspectos objetivos e subjetivos do sujeito enquanto uma unidade (o que não implica identidade). Envolve um processo articulado de constante objetivação e subjetivação da realidade, expresso em categorias como *teleologia* e *causalidade*¹. Nesses termos, há uma relação de determinação recíproca entre a subjetividade e a realidade objetiva.

¹ A teleologia é a capacidade de projetar algo que se quer fazer a partir dos elementos existentes na própria realidade na qual o sujeito está inserido; no que diz respeito ao trabalho, é sobre antecipar mentalmente os resultados de um processo de modificação do real antes que este ocorra concretamente. Em outras palavras, é a capacidade de prévia-ideação, de antever resultados possíveis para sanar necessidades imediatas e mediatas. Essa capacidade só pode existir graças à essencial mediação da consciência, que já “montou” todo o processo mentalmente antes de pô-lo em prática, antes de objetivá-lo. Já a causalidade é o que ocorre na realidade a despeito

Tal reciprocidade de determinação não pode ser ignorada ou menosprezada, é ela que permite esse processo de “atividade humana sensível”. Sem subjetividade não é possível mesmo supor o alargamento da capacidade humana de intervir no mundo à sua volta, da mesma forma em que sem a base material, a realidade objetiva, não se desenvolve uma subjetividade. Sobre isso, é lapidar o trecho a seguir:

para que possa haver dação sensível de forma, o efetivador tem primeiro que dispor dela em si mesmo, o que só pode ocorrer sob configuração *ideal*, evidenciando momentos distintos de um ato unitário, no qual, pela mediação da prática, objetividade e subjetividade são resgatadas de suas mútuas exterioridades, ou seja, uma transpassa ou transmigra para a esfera da outra, de tal modo que interioridade subjetiva e exterioridade objetiva são entrelaçadas e fundidas, plasmando o universo da realidade humano-societária - decantação de *subjetividade objetivada* ou, o que é o mesmo, de *objetividade subjetivada*. É, por conseguinte, a plena afirmação conjunta, enriquecida pela especificação de atributo dinâmico de cada uma delas, da subjetividade como *atividade ideal* e da objetividade como *atividade real*, enquanto momentos típicos e necessários do *ser social*, cuja potência se expressa pela síntese delas, enquanto construtor de si e de seu mundo (Chasin, 2009, p. 98).

Nesse diapasão, ao dar respostas às causalidades que o circunda e pelas quais é determinado, em um processo de “*transitividade* entre objetividade e subjetividade” (*ibidem*), o ser humano produz um certo conhecimento sobre a realidade, com distintos níveis e diferenciados graus de complexificação², que pode ser mais ou menos correto na captação das legalidades essenciais do objeto em questão. No sentido então exposto, há uma relação, ainda que nem tão direta e imediata, entre o trabalho no seu aspecto ontológico e a produção do conhecimento pela humanidade, que historicamente se configura de diferentes modos. O trabalho vai ser veículo tanto da busca de correção das respostas que o homem dá aos fenômenos ao seu redor, quanto do acúmulo de conhecimento da humanidade³. Tal processo implica, portanto, a existência, no campo da subjetividade, para além da teleologia – “a subjetividade proponente” –, de uma “subjetividade receptora – capacidade cognitiva” (Chasin, 2009, p. 100), unificadas na atividade humana transformadora.

Mesmo havendo um limite material para a existência individual (o que denota sua inescapável condição natural), o conhecimento pode ser transmitido adiante, pelas gerações

da intenção humana (mas que envolve sua ação); são os elementos concretos existentes que orientam e limitam os vetores da objetivação humana.

² Ou seja, pode ser um tipo de conhecimento vinculado tanto a um nível mais imediato da realidade, prático-empírico – como, por exemplo, saber cortar uma madeira, produzir fogo –, quanto ao mais abstrato, teórico-especulativo – como é o caso da formulação de explicações sobre o movimento de corpos celestes, sobre a Ética, a Estética etc.

³ Para melhor visualizar, vale a alusão ao filme *2001: uma odisseia no espaço* (dirigido por Kubrick e lançado em 1968), em que se realiza uma analogia do desenvolvimento científico da humanidade por meio da simbologia da descoberta do uso de um dado instrumento, um osso, para um primata atacar seu inimigo e o lançamento de um foguete com seres humanos ao espaço. Isso aponta também para o caráter fundamental da formação humana, que se relaciona ao processo de subjetivação como absorção da realidade pelo cérebro humano, que abordaremos logo mais adiante.

sucedâneas, como legado de antepassados, sendo acumulado, retificado, superado, embora em alguns casos sejam abandonados. Até o conhecimento mais básico, rudimentar e primitivo opera como impulso de um novo passo adiante no desvelamento das determinações do real, seja para ampliar o domínio sobre os elementos naturais a fim de satisfazer necessidades, seja para elaborar reflexões sobre a sociedade, o ser humano, o Estado etc.

Sobre isso, reflete Lukács (2013):

Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. São essas generalizações que formam os germes das futuras ciências, cujos inícios, no caso da geometria e da aritmética, se perdem em um passado remoto. Mesmo sem que se tenha uma clara consciência disso, tais generalizações apenas iniciais já contêm princípios decisivos de futuras ciências autenticamente autônomas (p. 86).

Essa indicação é fundamental para compreender que não há uma subordinação necessária do conhecimento à transformação imediata da realidade. Todavia, não é possível compreender o conhecimento sem relacioná-lo à forma como a humanidade se organiza socialmente sobre sua base fundante, que é o trabalho. Na busca por satisfazer as necessidades dos indivíduos sociais ali situados, ergueram-se diversas formas particulares de organização social, a exemplo das classes sociais, do Estado, da família, uma certa divisão social do trabalho, dentre outras.

Por isso a importância de compreender que:

O conhecimento é sempre produzido em uma determinada situação histórico-social, em resposta a determinadas questões enfrentadas pela humanidade. Isso não é negado pelo fato de que a elaboração do conhecimento não tenha, necessariamente, conexão imediata com a transformação da realidade e nem que essa conexão não seja consciente. Os graus de conexão e de consciência são extremamente variáveis, dependendo da natureza do objeto e do momento histórico-social. Além disso, **uma relativa autonomização do processo de conhecimento foi uma necessidade que surgiu da complexificação do processo social**. De todo modo, por mais distante da prática que esteja a elaboração de um determinado conhecimento, sua conexão com esta jamais pode ser eliminada; ele jamais se tornará uma atividade inteiramente autônoma (Tonet, 2013, p. 103 – destaques nossos).

Diante do exposto, ao se levar em conta a vinculação do conhecimento social com a capacidade de produzir o novo pelo ser humano por meio do trabalho, na medida em que estes se retroalimentam, devemos levar em conta um elemento crucial desse processo: a educação. Ela está intimamente relacionada ao modo de produzir a vida mencionado anteriormente. Além disso, se liga ao conhecimento que vai sendo sistematizado nesse ínterim e que, no mesmo processo, é transmitido adiante. Considerando que, por ora, interessa-nos abordá-la nesse dimensionamento mais amplo, qualificarmo-la no sentido de *formação humana*.

Saviani (2007) dá aportes importantes para pensar a questão ao desmistificar a ideia de que o ser humano é um sujeito pronto e acabado, dado *a priori* – como é defendido em algumas concepções –, ao invés de um ser que vai se constituindo a partir do ato de trabalhar, na socialização envolvente que ganha implicações também no âmbito educacional.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem que ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. **Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo** (Saviani, 2007, p. 154 - destaques nossos).

Nessa esteira que vale refletir sobre o processo pelo qual o movimento de “produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida [em um primeiro momento] pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem” (*ibidem*). Posteriormente, outros meios são desenvolvidos para garantir que o aprendizado se estenda para além dos limites da experiência.

Levando-se em conta o que foi exposto, cabe trazer elementos que deem subsídios históricos a uma compreensão ontológica do que queremos apresentar: a relação entre a produção material da existência, a formação humana e o conhecimento fruto desse processo⁴. Cabe salientar que isso só pode ser apresentado de maneira separada para fins expositivos, mas jamais devemos tomá-los como esferas absolutamente autônomas entre si, mesmo que guardem particularidades e modos de ser com legalidades próprias⁵.

1.2. Aportes históricos para uma compreensão ontológica da educação e do conhecimento

Mesmo erigidas em momentos específicos, por razões e respondendo a necessidades vinculadas a tais situações, muitas formas sociais, como é o caso da educação, foram “transladadas” para além daqueles modos particulares de produzir a vida, desenvolvendo certa autonomia. No entanto, não inferimos a partir disso um caráter a-histórico de tais categorias sociais, pois entendemos que estas somente podem ser factualmente apreendidas e

⁴ “Em síntese, **consciência, saber, pensamento** etc., sob qualquer tipo de formação ideal, das mais gerais às mais específicas, da mais individualizada à mais *genérica*, **dependem do ser da atividade sensível**, socialmente configurado, ao qual confirmam por sua atividade abstrata, igualmente social” (Chasin, 2009, p. 106 - destaques nossos).

⁵ Existe um desenvolvimento não subordinado entre as esferas sociais, mas não autônomo, não havendo, porém, o mesmo grau de hierarquia entre elas na realidade.

compreendidas por meio de uma análise particularizada, ainda que possamos observar certas características comuns a momentos históricos distintos.

Diante disso, parte-se do pressuposto:

*A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que realmente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum com as menos desenvolvidas, **a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento.** As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, **não seja esquecida a diferença essencial** (Marx, 2011, p. 41 – destaques nossos).*

O trabalho, o conhecimento produzido e a formação humana, ainda que sejam características comuns ao gênero (ou seja, ontológicas), independente da forma com que se organizam socialmente, concretizam-se diferencialmente no evoluir histórico: suas determinações no escravismo não se equivalem àquelas do feudalismo, que, por sua vez, diferenciam-se no modo de produção capitalista. Há, realmente, relações de continuidade entre esses distintos modos, porém, o que os marca e permite realizar uma clara distinção analítica são suas consequentes rupturas, as suas definições próprias de cada momento específico.

Nesse sentido, é importante ao menos buscar tracejar como o âmbito do conhecimento e o processo formativo vão se constituir em prol de um determinado momento histórico, o capitalismo. Ou seja, em como o modo de ser do capital organizará o modo de aprender e produzir conhecimento para seus objetivos societários. Para isso, partiremos de uma elaboração acerca da *problemática do conhecimento na processualidade histórica*, para, em seguida, tratar do *processo educativo*.

Em vistas do exposto, adotamos a argumentação de Ivo Tonet (2013), que destaca o embate entre duas abordagens distintas sobre tal problemática, a saber: i) a *ontológica*; e ii) a *gnosiológica*. A primeira abordagem pode ser compreendida como a busca de apreender os determinantes essenciais e genéricos do ser, que diz respeito tanto ao ser em geral quanto a um tipo específico de ser, isto é, uma universalidade ou uma particularidade. A segunda diz respeito às problemáticas do como conhecer, uma teoria geral do conhecimento. Tem como regência, referência primeira, o sujeito. Em outras palavras, é o autoexame da razão para determinar o que esta pode ou não fazer, suas possibilidades latentes e seus limites imanentes. Tal diferenciação é importante para nosso estudo visto que a principal oposição no âmago do

pensamento moderno se dá entre a perspectiva gnosiológica e a perspectiva ontológica, o que consideramos determinante para a apreensão e reprodução do real pelos sujeitos em suas consciências⁶.

Ao longo do *período greco-medieval*, observa-se o desenvolvimento de um pensamento cuja centralidade se encontra no *objeto*, no ser, uma preocupação de natureza ontológica, ainda que em uma perspectiva limitada pelo modo de produção vigente (escravista no período grego, feudal no período medieval) e seu correspondente desenvolvimento das forças produtivas, notavelmente baixo. Há, nesse período, uma enorme cisão entre aqueles que pensam e os que fazem (que futuramente se reatualizaria sobre novas bases fundantes). Nas sociedades escravistas o trabalho manual era visto de forma negativa por ser exercido por escravos, cabendo aos demais, indivíduos livres, o exercício da mera contemplação, sem a preocupação de mudança efetiva do real⁷.

Desse modo, operava-se uma divisão entre espírito e matéria, com claro favorecimento do primeiro⁸. Ou seja, uma dicotomia radical entre os dois aspectos. Enquanto o trabalho vinha

⁶ Aqui cabe destacar uma distinção importante entre gnosiologia e ponto de vista gnosiológico, e a ontologia e ponto de vista ontológico: no primeiro caso, gnosiologia significa abordar o conhecimento tomando-o como objeto de estudo, já o ponto de vista gnosiológico “é [...] a abordagem de qualquer objeto a ser conhecido que tem como eixo o sujeito. [...] aqui o objeto que gira ao redor do sujeito. Enfatiza-se, neste caso, não só o caráter ativo do sujeito no processo de conhecimento, mas especialmente, o fato de que é ele que constrói (teoricamente) o objeto. O sujeito é o polo regente do processo de conhecimento. É ele que colhe os dados, classifica, ordena, organiza, estabelece as relações entre eles e, desse modo, diz o que o objeto é” (Tonet, 2013, p. 13); no segundo caso, ontologia corresponde ao estudo do ser, e adotar um ponto de vista ontológico, “implica a subordinação do sujeito ao objeto, vale dizer que, no processo de conhecimento, o elemento central é o objeto. Neste sentido, não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (*idem*, p. 14).

⁷ Vázquez (2011), ao discutir a concepção de práxis no mundo antigo, clarifica para nós: “A consciência filosófica da práxis, na sociedade escravista antiga, corresponde aos interesses da classe dominante e é, por isso, uma **concepção negativa das relações entre a teoria e a prática produtiva**. A contraposição de teoria e prática é aqui a expressão filosófica, ideológica, da contraposição entre trabalho intelectual e trabalho manual, correlativa, por sua vez, à divisão da sociedade grega antiga em classes de homens livres e escravos. [...] Admite-se outra forma de práxis – a atividade política –, mas subordinada à teoria, ou na medida em que é considerada como nível inferior ao da contemplação, visto que não a inspira – como diz Aristóteles – a razão teórica, mas, sim, a razão prática. Em suma, a sociedade grega antiga ignora ou rejeita a práxis material produtiva, ao mesmo tempo em que aceita a atividade política, mas sem com isso abalar a primazia – como ocupação propriamente humana – da atividade teórica” (p. 44 - destaques nossos).

⁸ O platonismo operava uma distinção filosófica entre sensível (o mundo concreto) e suprasensível (o mundo das ideias); o primeiro como falsa aparência e o segundo como a verdade a ser alcançada, e que para isso precisa livrar-se completamente do sensível. Na alegoria da caverna, de Platão, os homens eram representados como prisioneiros, acorrentados de tal maneira que poderiam olhar apenas para o fundo da caverna, desde muito novos, no qual viam refletidas as sombras do mundo externo, das coisas externas que eram iluminadas por um fogo e faziam-nas refletir na parede. Nesse sentido, para os prisioneiros a verdade eram as sombras, não o mundo externo, sendo que o oposto era o verídico, as sombras não passavam de representações imperfeitas de algo externo. Para Platão (2011, p. 283): “A caverna-prisão é o mundo das coisas visíveis, a luz do fogo que ali existe é o Sol, e não me terás compreendido mal se interpretares a subida para o mundo lá de cima e a contemplação das coisas que ali se encontram com a ascensão da alma para a região inteligível”. Portanto, apenas saindo da caverna era possível contemplar a verdade, na medida em que somente ao ascender ao mundo das ideias, ignorando o mundo sensível, a alma pode conhecer a realidade.

carregado de uma conotação negativa “como uma atividade indigna dos homens livres e própria dos escravos”, no mundo grego e romano, “exaltava-se a atividade contemplativa, intelectual” (Vázquez, 2011, p. 39).

Além disso, diante da preocupação de se conhecer a essência, Aristóteles – o maior pensador de seu tempo – desenvolveu um *organon* que apontava ao como conhecer, porém mantendo a preocupação originalmente ontológica acerca da essência do ser em geral.

Avançando na discussão que nos interessa, cabe dizer que as considerações metafísicas – predominantemente as escolásticas, que buscam trazer consigo os elementos da filosofia grega em conciliação aos ideais religiosos – serão dominantes ao longo do período feudal dado o próprio modelo societal que se fez afirmar, com alto grau de estratificação social, baixíssima mobilidade entre os estamentos existentes e riqueza social baseada na terra (imobiliária), além do controle ideológico sob o domínio da Igreja Católica.

Nesse sentido que Tonet (2013) sintetiza:

Para além das diferenças, que certamente existem, os modos de produção escravista e feudal têm algumas características importantes em comum. Ambos são bastante estáticos. Suas estruturas sociais, de longa duração, parecem ter um caráter de imutabilidade e de naturalidade. Isto se deve, essencialmente, ao fato de que a forma de produzir a riqueza – terra e escravos ou terra e servos, respectivamente – tem uma dinâmica interna muito pequena e uma limitação insuperável. Além disso, em ambos o acúmulo de conhecimentos acerca da natureza e da própria sociedade é muito precário, o que favorece uma elaboração teórica com poucos fundamentos empíricos. Mais ainda: em ambos, a forma de produção da riqueza material não requer, por parte dos responsáveis por ela, um conhecimento sistematizado da natureza. Seu aprendizado se dá na própria atividade prática. De outro lado, os que se apropriam da riqueza estão completamente apartados das atividades relativas à sua produção. Há, portanto, uma separação radical entre trabalho manual e trabalho intelectual, do que resultarão importantes consequências para a elaboração de uma concepção de mundo (pp. 17 e 18).

Na medida em que essa realidade pouco dinâmica vai ganhando novas determinações a partir do comércio que então se desenvolve, tendo uma presença cada vez mais importante e fomentando as alterações das bases sociais rígidas da feudalidade (somando-se a isso o avanço de técnicas de cultivo no campo, com consequente expulsão dos camponeses para as cidades e gerando excedentes na produção), os pensadores da época buscarão chaves heurísticas adequadas à compreensão do que vinha se passando na sociedade que então via mudanças cada vez mais intensas. Inclusive se valendo de arcabouços do período da Grécia antiga que, a despeito dos seus limites enquanto sociedade escravista, conseguiu ser uma referência para o Ocidente, no que diz respeito ao pensamento humano, às formas políticas e, também, à educação, dentre outros⁹.

⁹ Sobre esse desenvolvimento, é interessante a exposição feita por Mazzeo (2009) acerca da relação de absorção e ruptura da cultura oriental pela ocidental.

A transição do mundo feudal ao mundo capitalista significou uma ruptura decisiva tanto no plano material quanto no plano espiritual. No plano material vemos que, já no interior do modo de produção feudal, vai se gestando uma nova forma de produzir as bases materiais da existência humana. Aqui aparece uma certa diferença entre o trabalho dos escravos e o trabalho dos servos. A melhoria da produção não interessava aos primeiros porque nada mais receberiam pelo seu acrescentamento. Para os segundos, porém, a melhoria possibilitava o acesso a uma parte um pouco maior da riqueza produzida. Daí porque, as melhorias do trabalho servil foram dando origem a um certo excedente e o comércio foi se intensificando, levando à acumulação do capital mercantil. Por outro lado, a acumulação deste capital também era impulsionada pelo intercâmbio cada vez mais intenso, proporcionado especialmente pelas cruzadas, mas também por outros eventos, entre a Europa e o mundo ocidental. Passando por diversas fases – artesanato, manufatura, grande indústria – a acumulação de capital vai criando as bases materiais de uma nova forma de sociabilidade (Tonet, 2013, p. 29 e 30).

Nesse momento histórico, chamado de Renascimento, percebe-se um deslocamento da centralidade do Objeto para a centralidade do Sujeito, “o homem deixa de ser um simples animal teórico [comparado à consciência filosófica da antiguidade] para ser também sujeito ativo, construtor e criador do mundo” (Vázquez, 2011, p. 45). Há, claramente, uma valorização do Sujeito frente ao mundo, na medida em que essa sociedade nasce sobre o pilar do indivíduo singular e a comunidade é um meio de autorrealização daquele, como alguém materialmente ativo, produzindo a riqueza¹⁰.

Reivindica-se a dignidade humana não só na contemplação, como também na ação; o homem, ente de razão, é também ente de verdade. A razão permite-lhe compreender a natureza; sua vontade – iluminada pela razão – permite dominar e modificar a natureza. Começa-se a avaliar o conhecimento e a transformação da natureza de acordo com os interesses econômicos da burguesia e do nascente modo capitalista de produção (*ibidem*).

Portanto, ao passo em que a realidade se modifica em direção à crescente mobilidade no interior de suas relações sociais, mais os aspectos essenciais daquela buscavam ser desvelados pelos pensadores da época (ao menos enquanto tendência). Nesse sentido, o Iluminismo será o movimento que terá as melhores condições sociais e históricas de captar o desdobramento de um desenvolvimento histórico que desemboca na Revolução Francesa, em 1789, possibilitando maior conexão desses pensadores com a realidade social e, portanto, maior capacidade de compreendê-la para além do aparente, do dado imediato.

¹⁰ Marx (2011) ironiza a economia política (que surge como o pensamento positivo da sociedade emergente), que, ao tratar da produção de riqueza atribuiu a um idílico indivíduo laborioso seu alfa, classificando esse modo de entendimento como *robinsonadas*. Tal procedimento, porém, se deve ao fato de que “nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. Aos profetas do século XVIII [...] tal indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história (pp. 39 e 40).

Diante disso, o tipo de conhecimento predominantemente necessário a esta sociedade é acerca da natureza, visando intervir sobre esta, quer dizer, o conhecimento dos dados empíricos fornecidos pela natureza, que agora possui função *prático-utilitária*. A forma especulativa de pensar o mundo, com poucas bases empíricas e segundo um padrão lógico próprio do pensamento, característico do padrão greco-medieval, já não serve para a nova sociedade em construção.

Consequentemente, uma das principais expressões dessa virada no âmbito do pensamento é aquela observada com Kant, considerado “o maior dos pensadores metafísicos modernos” (Konder, 1991, p. 21), que parte do princípio de que era necessário, antes de buscar compreender o que é a realidade, resolver a problemática do conhecimento. Desse modo, em Kant apresenta-se a formulação de uma preocupação de caráter gnosiológico, acerca da construção de um caminho para conhecer o mundo, a partir da consideração de que a subjetividade humana exerce influência sobre o real, criando-o.

Dessa forma, na medida em que o pensamento moderno assume uma abordagem predominantemente gnosiológica, substituindo o pensamento ontológico que nasce na Grécia antiga, Kant será o ponto máximo dessa formulação na Modernidade, naquilo que ficou conhecido como a *Revolução Copernicana* na filosofia, a já mencionada viragem da centralidade do objeto para o sujeito no pensamento¹¹.

Feita essa panorâmica remissão ao desenvolvimento do pensamento até o alvorecer da modernidade, compreendendo todos esses elementos de forma organicamente articulada, mas com mediações próprias, faz-se mister proceder o mesmo no que toca à educação. Esta também entendida no interior das balizas postas no princípio desses escritos, na relação com as formas de produção da vida, determinada pelas sociedades nas quais se desenvolve.

Portanto, por mais que os sistemas escolares tenham transcendido no tempo e no espaço elementos do passado para o futuro, ou seja, mesmo guardando traços que remontam desde a Mesopotâmia e o Egito antigo, na atualidade só podem ser compreendidos adequadamente analisando a organização societária que se ergue da dissolução da feudalidade, o capitalismo.

¹¹ Assim, Kant desloca o objeto do conhecimento e este vira seu próprio objeto, o saber que pensa e reflete sobre si mesmo, estabelecendo as categorias puras, os conhecimentos *a priori*. Tonet (2006) afirma ser esta a pedra de toque da razão fenomênica: “uma razão que opera sobre dados fornecidos pelos sentidos, classifica-os, organiza-os e extrai deles as regularidades (leis), resultando disso o objeto do conhecimento científico” (p. 06). Ademais, segundo Lukács (2012), a tradição oriunda de Kant – que cria bipartições radicais de mundo – põe de lado o problema da especificidade do ser social, aderindo a problemas metodológicos e dificuldades cognitivas de setores singulares de modo gnosiológico, contrastando de um lado o problema do puro conhecimento da natureza e, de outro, a pura moral, sendo esta última separada do conjunto da práxis do ser social, constituindo, para o autor, a problemática da filosofia moderna até os dias de hoje. Tal forma de conceber a razão e, por sua vez, a apreensão da realidade será fundamental como afirmação do existente a partir da manipulação do real, principalmente pelos desdobramentos posteriores dessa vertente, que poderemos explorar adiante.

Os primeiros sistemas escolares que surgem na história do Ocidente têm pouco a ver com a economia, respondendo antes a fatores e fins políticos, religiosos ou militares. A primeira parte desta afirmação não deve ter nada de surpreendente, se se toma em consideração que, até o início do processo de industrialização, quase todas as pessoas aprendiam a fazer seu trabalho fazendo-o. A grande maioria, os camponeses, aprendiam, sem necessidade sequer de sair da esfera doméstica, constituída por unidades econômicas quase autossuficientes. E uma pequena minoria por caminhos de um alcance um pouco maior, como os candidatos a artesãos em seu périplo como aprendizes e oficiais, mas sem necessidade de recorrer a mecanismos alheios às próprias instituições produtivas, embora transcendessem a unidade doméstica de origem (Enguita, 2008, p. 129).

Desde antes do capitalismo se observa um processo em que a institucionalização da educação carrega o papel de afirmar a ordem social posta, algo que emerge em concomitância com a divisão da sociedade em classes e só se aprofunda no seu evolver histórico. Em princípio, porém, esse era um espaço destinado exclusivamente aos membros das classes dominantes, visto que os setores dominados estavam sujeitos ao processo educativo via trabalho (seja escravo ou feudal).

Em geral, a aprendizagem e a educação tinham lugar como socialização direta de uma geração por outra, mediante a participação cotidiana das crianças nas atividades da vida adulta e sem a intervenção sistemática de agentes especializados que representa hoje a escola, instituição que então desempenhava um papel marginal. [...] Em uma época em que as relações de produção são atravessadas de cima a baixo por relações sociais de dependência, a criança que é enviada como aprendiz-servente a outra família está aprendendo algo mais que um ofício ou boas maneiras: está aprendendo as relações sociais de produção (Enguita, 2008, p. 107).

Manacorda (2017) destaca que um traço comum às sociedades cindidas em classes é a clivagem entre conhecimento e trabalho, ou educação para o esclarecimento/condução da sociedade *versus* educação para o trabalho. A princípio, escolas propriamente ditas, sejam “escolas de sacerdotes ou de cidadãos-guerreiros, permaneciam como estruturas específicas e exclusivas para a formação das classes dominantes” (pp. 120 e 121). Ademais, quem vinha das classes subalternas estava destinado a uma “aprendizagem prática”, “uma verdadeira e autêntica formação no trabalho” (p. 121)¹².

A escola somente começa a se generalizar enquanto instituição voltada à formação de toda a sociedade com o advento da Revolução Industrial. Frente à emergência do modo de produção capitalista, essa instituição ganha um papel fundamental para a introjeção dos novos valores que são trazidos com as revoluções burguesas e consequente manutenção do sociometabolismo.

O característico, nesse processo, é que a estrutura educativa, consolidada em milênios, se estende das classes privilegiadas (e se degrada) às classes subalternas, levando-lhes

¹² “A primeira [formação, da “elite”] compreendia a educação para as artes imediatas do domínio – armas e políticas para alguns e, para outros, as ciências teóricas [...]; a segunda compreendia as várias atividades manuais e um mínimo de noções a elas intimamente ligadas (e ainda aquela quantia de doutrina que emanava das classes dominantes e era transmitida por seus ideólogos)” (Manacorda, 2017, p. 122).

seu tipo de organização, suas tradições e seus métodos. [...] Inevitável e objetiva necessidade de expandir as aquisições, antes exclusivas ou sagradas, da **ciência**, que, quanto mais se converte de **especulativa** em **operativa**, tanto mais tem **necessidade de expandir-se e de entrar difusamente no processo produtivo**. Foi nesse nível metodológico-histórico que se pôde produzir a separação entre a escola do doutor e a escola do trabalhador: a primeira acentuadamente livresca e desinteressada; a segunda acentuadamente profissional e prática; mas ambas, definitivamente, escolas (Manacorda, 2017, p. 124 - destaques nossos).

Compreende-se que “desde um certo momento de desenvolvimento do capitalismo [...], as necessidades deste em termos de mão de obra foram o fator mais poderoso a influir nas mudanças ocorridas no sistema escolar em seu conjunto e entre as quatro paredes da escola” (Enguita, 2008, pp. 130-131). Ocorre, assim, um deslocamento “do doutrinamento ideológico, para a disciplina material” com o intuito de organizar “a experiência escolar de forma que gerasse nos jovens os hábitos, as formas de comportamento, as disposições e os traços de caráter mais adequados para a indústria” (*idem*, p. 114).

Essa dinâmica apenas se complexifica cada vez mais na medida em que vão se amplificando as necessidades do capital em relação à formação humana ao se reproduzir continuamente. Nesse diapasão,

a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (Saviani, 2007, p. 159).

Observa-se, com o nascimento da escola capitalista – que refuncionaliza a antiga –, a reposição de uma oposição entre *saber e fazer*, entre *teoria e prática*. Manacorda (2017) afirma ser a pedagogia moderna “uma disputa sobre a relação entre teoria e prática, entre a escola do ler e a escola do fazer; ou melhor, uma contínua polêmica dos inovadores contra a escola do ler” (p. 125), exemplificando com Rousseau e Dewey enquanto defensores do fazer.

Compreendendo o processo histórico com que a escola se consolidou na (e pela) aurora da nova sociedade – um modo de produção que nasce colocando abaixo um conjunto consolidado de instituições para, sobre os escombros das antigas (ou se justapondo a elas), fazer valer as suas próprias –, passaremos à exposição dos elementos que se constituem enquanto suas bases fundantes. Assim, poderemos também captar melhor a subordinação do conhecimento aos ditames do capitalismo, “a sociedade burguesa moderna – que, como por encanto, criou meios de produção e de circulação tão espetaculares – mais parecem o feiticeiro que não consegue controlar os poderes subterrâneos que ele mesmo invocou” (Marx; Engels, 2008, p. 20).

1.3. Trabalho, conhecimento e educação sobre bases capitalistas

Para compreender qualquer aspecto do ser social, inclusive o âmbito de sua formação hodierna, é necessário trazer alguns elementos fundamentais acerca da forma capitalista de produzir e reproduzir socialmente o gênero humano. Com isso em vista, consideramos importante fazer uma breve elucidação que se inicia pelo processo de constituição do capitalismo.

Para que o capital pudesse se fazer o “senhor” do chamado novo tempo, era necessário romper uma série de correntes existentes no mundo feudal. Do âmbito econômico ao cultural, passando pelo político e social, a modernidade representou uma revolução que incidiria sobre o cotidiano de cada ser, a curto, médio ou longo prazo. Decerto nenhum parto ocorre sem dores – uns mais e outros menos –, e o parto da nova época deixa traumas permanentes sobre o mundo todo, iniciando e se alojando na Europa, mas crescendo na medida em que ganha consistência e força para subsumir tudo o que lhe opõe resistência ao longo do tempo.

Os primórdios desse tempo nos remetem aos primeiros passos que se dá no interior da antiguidade para a constituição de comércios, a partir da inserção de novas tecnologias no campo, que gera a expulsão de camponeses para as cidades à procura de meios de sustento próprio, carregando consigo apenas o seu corpo. Aqui temos o início da constituição da chamada Indústria Moderna, com o desenvolvimento gradual de meios e técnicas de transformação da natureza e grandes avanços científicos que permitem maiores descobertas sobre o mundo e sobre a própria humanidade.

Papel central teve a chamada acumulação primitiva, que alicerça a forma capitalista de acumular, arrancando os produtores de seus meios de produção e lhes outorgando a “liberdade” de transitar pelo território somente com sua força de trabalho a ser utilizada pelos novos “senhores”, os capitalistas, donos das indústrias, provedores do novo tipo de servidão: a “servidão assalariada”, mais bem conhecida como exploração capitalista.

1.3.1. Bases fundantes do capitalismo: acumulação primitiva, fetichismo da mercadoria e trabalho assalariado

Aqui, pretendemos operar o seguinte movimento: apresentar as condições nas quais o capitalismo surge enquanto modo de produção, ou seja, suas protoformas, a "assim chamada acumulação primitiva", para, posteriormente, demonstrar como ocorre esse mesmo processo no

interior do processo produtivo ao qual se desenvolve a grande indústria sob o signo da maquinaria em torno da Revolução Industrial. Somente com ela, a grande indústria, é possível visualizar a generalização dos elementos produtivos dispersos, primeiramente apenas organizados de maneira formal, em cooperação na manufatura, mas depois realmente subsumidos por um controle de tempo e modo de trabalho maquínico.

A partir de tais considerações, realizamos a abstração dos elementos mais concretos para adentrar na explicitação dessa especificidade produtiva enquanto modo assalariado de trabalho. Com isso, intentamos discernir o que está por trás da categoria mais elementar dessa sociedade, a mercadoria, compreendendo o trabalho como processo de produção de mercadorias dentro do capitalismo. Da mercadoria, desdobram-se elementos de importância fundamental para compreender as relações sociais. Na medida em que aquela detém dentro de si uma quantidade de trabalho humano abstrato na forma valor, está dado o componente de mistificação das relações sociais no seu âmago, o seu caráter fetichista. Tal caráter significa a inversão da visualização do que são as relações sociais, que, no capitalismo, assume a aparência mistificadora de relação entre coisas, ou seja, ocorre uma coisificação.

Esse processo, que tem como núcleo modular a mercadoria e origina-se no contexto da produção, espalha-se por toda a sociabilidade exatamente pelo caráter abstrato do valor e, por conseguinte, do trabalho de onde provém. Esta é uma modalidade específica da alienação, a capitalista. Sendo assim, os elementos que ampliam o processo de produção de mercadorias, que subordina o trabalhador aos seus ditames, tornando-o um "apêndice da máquina", e o destituindo de sua potência unilateral, ampliam também os processos de produzir retificação. Esta, do modo como se apresenta, determina fundamentalmente o conhecimento e a formação humana.

a) As protoformas do capital: da chamada acumulação primitiva

Desse modo, ao compreendermos como surge a sociedade capitalista, temos o entendimento de como está estruturada a partir de certos pilares sobre os quais se afirmam as novas relações sociais. Assim que, paulatinamente, o capital toma o controle de todos os poros do tecido social, carregando em si sua lógica inerente, sem a qual não permanece. Essa lógica é o que chamamos de acumulação ampliada, conteúdo de qualquer forma que assume na sociedade.

Entretanto, a fim de que o capital se afirme enquanto relação social,

é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que

dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. [...] Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista (Marx, 2017a, p. 786).

Impõe-se a necessidade da separação entre força de trabalho e meios de produção concomitante à constituição de dois sujeitos históricos, polos opostos de uma mesma relação social, vinculando-se a partir do mercado numa relação em que um, o proletário, vende a força de trabalho ao outro, o capitalista. De um lado temos o detentor dos meios de produção, do outro o detentor da força de trabalho que, quando unificados, realizam um processo que só existe nessa relação; um processo produtivo do qual resulta um produto, a mercadoria, que carrega dentro de si um valor que precisa ser extraído no mercado – via compra-e-venda – e retornar (na verdade, ser mantido) às mãos do capitalista para dar novo início ao ciclo. O mercado, portanto, é o ponto de partida e o ponto de chegada das mercadorias, seja a força de trabalho, seja o produto. A referida polarização do mercado é essencial para a produção capitalista, e o trabalhador livre é um pressuposto fundamental. A fundamentação jurídica da liberdade garante isso: a liberdade de ir-e-vir de mercadorias.

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. [...] A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (*ibidem*).

A constituição dessa premissa histórica chamada acumulação primitiva, ou protoformas do capital, remonta desde o século XV no que desembocará nas revoluções burguesas por volta dos séculos XVII e XVIII, cristalizando-se em meados do século XIX o modo de produção atual vigente, o capitalismo. A gestação, no ventre da feudalidade, do que se desenvolve como uma nova sociedade, baseada em princípios como liberdade, igualdade e propriedade – ainda que contada pelos animadores do novo regime como uma façanha incrível envolvendo puro esforço, inteligência e frugalidade –, não passou de uma sistemática e violenta expulsão, roubo e disciplinamento de famílias inteiras, arrancadas do solo de onde retiravam as suas principais formas de subsistência há várias gerações, tendo nesse tempo o comércio como adjetivo no modo de viver, nas suas relações sociais.

Tomando a Inglaterra como seu exemplo clássico, onde mais célere e profundamente se implantaram as estruturas capitalistas – sem desconhecer a importância da participação de outros países da Europa que foram destacados nesse desenvolvimento, como França e países baixos –, são determinantes as desapropriações de terras pertencentes à Igreja católica (onde

habitava um expressivo contingente de camponeses) por parte do Estado ao aderir à Reforma protestante¹³ (nesse caso, chamada anglicanismo). Concomitantemente, e ainda mais determinantes, são os cercamentos que expulsaram extensa e ostensivamente camponeses com suas famílias, substituindo-os por rebanhos de ovelhas¹⁴.

Cabe salientar que tal processo se dava não necessariamente pela vileza de alguns, ainda que esta tenha estado presente; nem pela nova ética que conformava o “espírito” da sociedade em fermentação, qual seja: a busca do lucro em detrimento das necessidades humanas, a famigerada “ação racional com relação a fins” (Weber); igualmente não era fruto de um egoísmo supostamente natural dos homens; certamente havia aqueles que acreditavam profundamente nos ideais burgueses (de fato revolucionários à sua época), bem como queriam uma profunda reforma numa instituição que, por séculos, comete atrocidades em nome de um Ser supremo e inquestionável, acumulando (no sentido de concentrar) riquezas fundiárias. Porém, considerando a intercorrência dessas características ético-morais, compreendemos a determinação, em última instância, dos processos econômicos no desenrolar dos fatos, sendo aqueles fatores expressões tardias dessas relações materiais, sem considerá-las meros epifenômenos. E nesse processo sócio-histórico, onde num polo se formou uma massa de expropriados livres, temos, no polo oposto e pelo mesmos mecanismos, a formação de uma burguesia de baixa densidade demográfica e alta densidade econômica.

Para Mészáros (2000, p. 08):

O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos “valores de uso” não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos — como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis — o imperativo fetichizado do “valor de troca” quantificável e sempre expansível. É desta maneira

¹³ “Um novo e terrível impulso ao processo de expropriação violenta das massas populares foi dado, no século XVI, pela Reforma e, em consequência dela, pelo roubo colossal dos bens da Igreja. Na época da Reforma, a Igreja católica era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos mosteiros etc. lançou seus moradores no proletariado. Os próprios bens eclesiásticos foram, em grande parte, presenteados aos rapaces favoritos do rei ou vendidos por um preço irrisório a especuladores, sejam arrendatários ou habitantes urbanos, que expulsaram em massa os antigos vassallos hereditários e açambarcaram suas propriedades. A propriedade, garantida por lei aos camponeses empobrecidos, de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada” (Marx, 2017a, pp. 792 e 793).

¹⁴ Tais expurgos geram imensos contingentes de trabalhadores livres em um duplo aspecto: tanto de suas propriedades quanto das suas formas de autossustento; conquistando a gloriosa liberdade de vender a única coisa que lhes resta – a sua força de trabalho –, morrer de fome, ou recorrer à criminalidade. Como nem todos conseguiam vender a força de trabalho, seja por não serem absorvidos no processo produtivo, seja por não se acostumarem à metamorfose que forçosamente sofreram, uma expressiva parcela dessa população engrossou o caldo da criminalidade e da “vagabundagem” (levando em conta que Alan Kardec estava errado e os que morreram não estavam em condições de opinar sobre qualquer assunto). A isso, o mesmo Estado que podou as raízes dos camponeses e os jogou no meio do mundo do tráfico de mercadorias, responde com uma “legislação sanguinária” para prender, matar e disciplinar a nova classe em formação, a fim de ensiná-la o quanto o trabalho dignifica o homem e a beleza de ser livre e igual a todos – nos tempos em que o Sol, já não sendo mais um rei, é para todos, a sombra segue agraciando poucas cabeças.

que surgiu a forma historicamente específica do sistema capitalista, sua versão capitalista burguesa. Ela teve de adotar o irresistível modo *econômico* de extração de sobretrabalho, como mais-valia estritamente quantificável [...], de longe, o modo mais dinâmico de realizar, a seu tempo, o imperativo da expansão do sistema vitorioso.

Esse é o quadro geral que constitui as protoformas do capitalismo:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (Marx, 2017a, p. 804).

Uma separação, então, que não acontece por um “acordo entre cavalheiros”, mas na base das armas, da pura violência, da expulsão de famílias inteiras de suas terras para que se “libertem” das amarras da autossustentância e encontrem a necessidade de, livremente, venderem tudo que lhes resta: a força de trabalho, a capacidade de produzir coisas novas e vivas a partir da união entre coisas velhas e mortas, e dessa união emergir uma “filha” chamada mercadoria, impelida pela necessidade de se realizar no mundo das trocas, convertendo-se em novo processo de produção.

b) Ascensão da grande indústria

Durante o processo transicional do medievo à modernidade e, principalmente, até a plena maturidade desta com a instauração do modo de produção capitalista, já fizemos observar os meios com os quais se engendraram as mudanças ocorridas no âmbito da produção da vida. Das lavas de camponeses às cidades diante da crescente expulsão destes de suas propriedades, transformados em seres apenas com a propriedade de dispor a outrem sua própria força de trabalho, ocorre uma transmutação nos mecanismos de trabalho interna e externamente ao local de produção.

Todo um contingente populacional novo, de caráter multitudinário, comparado ao modelo artesanal de corporações de ofício, é reunido para trabalhar sob a batuta de um mesmo capital individual, no que se chamou de manufatura, estando posta a base que dá sustento ao desenvolvimento da produção propriamente capitalista. Isso apenas ocorre quando “o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes” (Marx, 2017a, p. 397). Sujeitos dispersos são forçosamente conectados e transformados em uma massa homogênea de *trabalho social médio*, procedimento apenas possível pela intervenção do capital que lhes subordina. Ou seja, o capitalista, enquanto representante desse capital, é o polo unificador desse conjunto de trabalhadores e, portanto, de trabalhos anteriormente dispersos, que, nesse determinante, são, individualmente, *força de trabalho média*.

Com isso, tem-se, pelo “emprego simultâneo de um número maior de trabalhadores [...] uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho” (Marx, 2017a, p. 399), podendo ocorrer “no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes” (Marx, 2017a, p. 400) fenômeno tal que é chamado de *cooperação*. Portanto, há uma conexão entre muitos trabalhos simples que, por meio desse procedimento, formam um grande trabalho complexo no ínterim em que “os indivíduos que se complementam mutuamente realizam tarefas iguais ou da mesma espécie” (Marx, 2017a, p. 402)¹⁵.

Desse modo,

a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social [...]. Ao cooperar com outros de modo planejado, o trabalhador supera suas limitações individuais e desenvolve sua capacidade genérica (Marx, 2017a, p. 405).

Entende-se, com isso, a ocorrência de um processo ainda preliminar (mas sem o qual não se supõe o passo seguinte) de comando do capital sobre o trabalho para o pleno funcionamento capitalista: uma *subsunção formal*. Há, aqui, uma específica incorporação de funções diretivas do capital sobre o trabalho, sem as quais não há esse processo cooperativo que somente vai ganhando amplitude e complexidade quanto mais também se complexifica a sociedade como um todo e, nela, seus componentes constitutivos.

Não é a manufatura, com a cooperação, porém, o que caracteriza a maturidade da produção capitalista, ainda que esta tenha aquela como base, trampolim pro salto ao futuro em que se constituiu toda a engenharia da produção capitalista, mas a *grande indústria* e sua correspondente: a *maquinaria*. Com a inserção do elemento técnico-científico no processo de trabalho organizado cooperativamente pelo capitalista – que operava muito mais uma mudança quantitativa que de outra ordem –, verifica-se um inegável *salto de qualidade* na teia produtiva que se soergueu.

Na manufatura, portanto, vemos a base técnica imediata da grande indústria. Aquela produziu a maquinaria, com a qual essa suprassumiu [*aufhob*] os sistemas artesanal e manufatureiro nas esferas de produção de que primeiro se apoderou. O sistema mecanizado ergueu-se, portanto, de modo natural-espontâneo sobre uma base material que lhe era inadequada. Ao atingir certo grau de desenvolvimento, ele teve de revolucionar essa base [...] e criar para si uma nova, apropriada a seu próprio modo de produção (Marx, 2017a, p. 456).

Marx aponta que o veículo da Revolução Industrial do século XVIII foi a *máquina-ferramenta*, esta que, no interior de uma tríade composta também pela *máquina motriz* e pelo *mecanismo de transmissão*, permitirá a substituição do ser humano no manuseio das

¹⁵ Tal forma, a cooperativa, não pode ser confundida com aquela das comunidades dos primórdios civilizacionais, é uma novidade que só se explica na relação social, que opera mesmo uma ruptura.

ferramentas, uma enorme vantagem (para a produção) por aquela estar “livre dos limites orgânicos que restringem a ferramenta manual de um trabalhador” (Marx, 2017a, p. 448). Com a ocorrência de um “revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria”, impõe-se um “revolucionamento em outra”, e isso mesmo nos “ramos da indústria isolados pela divisão social do trabalho”, visto que compõem distintas, mas interligadas “fases de um processo global” (Marx, 2017a, p. 457).

Cabe notar que não vai ser o instrumento que revolucionará o processo produtivo – a relação de determinação, vista dessa maneira, estaria invertida –, é a introdução da máquina-ferramenta enquanto um mecanismo essencial da produção que vai impor a necessidade de instrumentos revolucionados. Ou seja, eles são revolucionados pela necessidade de revolução que se dá nas relações sociais de produção.

A partir da produção mecanizada, observa-se uma *diferença essencial* em relação à manufatura. Nesta, ainda operava o elemento subjetivo do trabalhador – em que, se ele “é adaptado ao processo, este último também foi previamente adaptado ao trabalhador” (Marx, 2017a, p. 454) –, e com a assunção daquela, este elemento subjetivo é pulverizado: ocorre uma *subsunção real*. Na fábrica, o trabalhador é um “apêndice vivo” da máquina.

Tal procedimento tem consequências profundas para o trabalhador (incluindo sua subjetividade)¹⁶, mas cabe notar que aqui acaba surgindo uma diferenciação importante entre os próprios trabalhadores no interior da fábrica. Se antes cada um tinha uma função diferenciada de acordo com a especialização do trabalho que lhe era designado, “surge na fábrica automática a tendência à equiparação ou nivelamento dos trabalhos que os auxiliares da maquinaria devem executar” (Marx, 2017a, p. 491) e, com isso, “uma divisão do trabalho puramente técnica”, no interior da qual se distingue uma “classe superior de trabalhadores, com formação científica ou artesanal, situada à margem do círculo dos operários fabris” (Marx, 2017a, p. 492). Ou seja, não é o tipo de trabalho a ser exercido, pelas características do objeto no qual se intervém e das ferramentas utilizadas para tal, que define a inserção específica do sujeito no processo produtivo; ele é organizado em prol dos interesses da máquina que comanda o modo e o tempo com que se produz¹⁷.

¹⁶ “A devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de seres humanos imaturos em meras máquinas de fabricação de mais-valor [...] acabou por obrigar até mesmo o Parlamento inglês a fazer do ensino elementar a condição legal para o uso “produtivo” de crianças menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas à lei fabril” (Marx, 2017a, p. 473)

¹⁷ Um exemplo claro de como esse processo de introdução de máquinas impacta o processo de trabalho, ao mesmo tempo em que faz aparentar que elas possuem uma espécie de poder, *per se*, sobre os trabalhadores, vale a alusão ao movimento *luddita*. Este se notabilizou por, nas primeiras décadas do século XIX, ser uma revolta contra o amplo processo de substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ou seja, a demissão de trabalhadores, trocados por máquinas, expressando sua indignação por meio da destruição destas.

Tematizada essa característica intrínseca ao processo produtivo capitalista, no qual a maquinaria é o elo da afirmação da grande indústria enquanto condição do modo de produção, é necessário tomar a questão em uma consideração que abstrai seus elementos mais concretos para entender o trabalho assalariado, forma específica do trabalho no capitalismo.

c) O trabalho assalariado

Marx (2017a), ao aprofundar suas reflexões sobre o movimento do capital (portanto, elucidar as determinações gerais do modo de produção capitalista), vai abordar a questão do trabalho no capítulo que denominou de *o processo de trabalho e o processo de valorização* (pp. 255-275). Ali, distingue duas formas de trabalho, ou duas dimensões dessa categoria: a dimensão ontológica e a dimensão histórica que, a despeito de seu necessário imbricamento, possuem distintas conexões e nos permite apreender diferentes níveis de abstração da realidade. Quanto à dimensão ontológica do trabalho, esta já foi abordada no primeiro item, então trataremos, para fins dos interesses desse estudo, sua determinação histórica a partir da sociabilidade capitalista, na qual o capital determina o formato do trabalho; ou melhor, generaliza uma forma específica deste.

Retomando um ponto já abordado, devemos entender que a sociedade capitalista se encontra dividida, fundamentalmente, entre capitalistas e trabalhadores, sendo que aqueles controlam a propriedade privada dos meios de produção e estes apenas a própria força de trabalho. Como o capitalista precisa de alguém que produza e seja sua fonte de lucro, encontra o trabalhador no mercado, precisando que lhe comprem a força de trabalho para garantir suas condições de vida, seus meios de subsistência. Nesse sentido, ao vendê-la, “o trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho” e, conseqüentemente, “o produto [do trabalho] é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador” (Marx, 2017a, p. 262).

Nesse processo de valorização embutido no processo de trabalho, tem-se a formação de um valor excedente produzido pelo trabalhador. Um valor que se soma ao existente na matéria-prima e nos meios de produção somente pela capacidade humana de produzir valor que, na teia das relações capitalistas, é aquilo que o capitalista busca para si. Portanto, ao empregar o trabalhador, este é somado ao conjunto de gastos que o capitalista tem, nos quais investiu uma quantia determinada de dinheiro, para, ao fim do processo, ter um mais valor, que lhe servirá fundamentalmente para reiniciar o ciclo da produção: tais investimentos estão representados em *capital constante* e *capital variável*. Essa é uma necessidade incontornável para a

manutenção desse modo de produção, denotando o fato de que o processo de produção é também processo de reprodução, repondo fundamentalmente uma relação social de exploração.

Ou seja, o processo de trabalho, inerente à condição humana e, portanto, à sua reprodução enquanto tal, na sociedade capitalista, torna-se produção e reprodução de capital por meio da produção de mais valor, que é o tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista e incorporado à circulação de capital, ampliando-o. Dessa forma, ao operar “a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente” (*ibidem*).

Nesse sentido, por ser vendável (ter valor de troca) e por ser útil a alguém (ter valor de uso), a força de trabalho, ao ser adquirida por um preço, torna-se mercadoria, então, útil e pertencente a outrem, o capitalista, para quem “o processo de trabalho não é mais que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção” (*ibidem*). Na medida em que é algo que “se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem”, no fim das contas, “o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega” (Marx, 2017a, p. 263). O que diferencia, porém, a força de trabalho, enquanto mercadoria, das demais, é que ela é a única existente capaz de produzir valor excedente, de agregar mais valor dentro do processo produtivo a ser expropriado pelo capitalista.

Assim, na consideração desse processo no capitalismo:

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2017a, p. 273)

Nessa medida em que é produzida a mercadoria, nela se corporifica todo o conjunto de relações sociais capitalistas, sendo também onde se esconde seu maior mistério, ao que passaremos adiante.

d) A mercadoria e seu fetiche

Nas considerações acerca da categoria mais elementar dessa sociabilidade, a *mercadoria*, Marx (2017a) enuncia:

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria (Marx, 2017a, p. 113).

A mercadoria, enquanto fruto da união entre força de trabalho, matéria-prima e meios de produção, é um objeto externo ao qual cumpre satisfazer necessidades humanas. Carrega em si uma dupla “personalidade”, dois aspectos que a fazem ser o que é, e sem os quais não se corporificaria em mercadoria. São eles: o *valor de uso*, que confere seu caráter de utilidade para algo independente do quanto de trabalho se emprega no seu processo produtivo, e que somente tem sua razão de ser no consumo; e o *valor de troca* que, tendo como “veículo material” o valor de uso, “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo” (Marx, 2017a, p. 114). Assim, resumidamente: como valores de uso, as mercadorias são de qualidades diferentes, como valores de troca, só diferem na quantidade.

Sendo, como dito, um objeto que visa satisfazer uma necessidade humana, a mercadoria ganha utilidade social enquanto produto de um trabalho concreto. No entanto, além disso também ganha uma substância que a autonomiza (com certo grau de relatividade) em relação ao seu valor de uso, a fim de que possa ser trocada no mercado, e aí encontra-se o *valor*, como representação da força de trabalho que foi aplicada em sua produção, enquanto trabalho abstrato.

Tais características fazem da mercadoria uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca, apresentando-se no conjunto societário na forma valor. Aqui o trabalho é abstrato por efetivamente não existir de forma autônoma na realidade concreta. O que determinará a grandeza desse valor é o trabalho socialmente necessário para produzir aquela mercadoria – aí está contida a essência da *lei do valor* –, e que necessita, como pressuposto, de uma *divisão social do trabalho*.

Nessa relação de trocas baseada no valor da mercadoria como expressão do trabalho socialmente necessário para produzi-la, aparece a *forma-dinheiro* enquanto o valor universal do conjunto de valores diferenciados. A representação da quantidade de trabalho útil/concreto introjetado no produto, que – enquanto mercadoria – se expressa como valor e, por conseguinte, trabalho abstrato, somente nessa forma pode ser cotejado nas relações de troca, encontrando um mediador, um equivalente geral, o dinheiro, que só ganha sentido nessa relação social como forma comum de valor.

Dessa maneira, alcançamos o que se encontra projetado na sociedade por meio dessas características da mercadoria e seus derivados, apoiadas na sua forma-valor, o *caráter fetichista da mercadoria* (Marx, 2017a, p. 146). Tal caráter se expressa na medida em que as relações entre produtores assumem a forma de relações sociais entre os produtos: as mercadorias. Ou seja, o valor encobre aqueles que participaram do processo produtivo, ofuscando as relações

sociais que se encontram ali concretizadas. Assim, uma relação de exploração. Aparecem como “relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas”.

Como valor de uso, nada há de misterioso na mercadoria (quer a observemos como satisfatório de necessidades, quer como produto do trabalho humano). Porém, “tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível” (Marx, 2017a, p. 146), perceptível e impalpável.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (Marx, 2017a, p. 147).

Aí está explicitado o encobrimento que a mercadoria exerce sobre as características sociais do trabalho humano. Por isso que a relação social entre os sujeitos assume “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”, um processo de coisificação das relações humanas. Realizando uma analogia com o mundo religioso, Marx sintetiza aqui o que chama de fetichismo e suas determinantes:

Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. [...] Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (Marx, 2017a, p. 148).

Esses são, portanto, os nexos existentes entre as relações sociais de produção e o fetichismo da mercadoria, pela transmutação aparente que se opera no âmbito da circulação de mercadorias, onde estas encontram sua maneira de se realizar, por via da troca, que é troca de trabalhos sociais privados (trabalho abstrato) que obnubilam o que existe de concreto nessa produção, alicerçando todas as relações humanas.

Este é o elemento atravessador da sociabilidade humana dentro do capitalismo, mas que, enquanto alienação, verifica-se desde que se constitui propriedade privada (ou apropriação de excedente), algo visualizado por outros pensadores antes de Marx, como Hegel (e Feuerbach, mas este já sendo contemporâneo ao pensador renano). No entanto, desde as iniciais discussões

acerca da relação entre homem, sociedade, Deus e Estado, Marx já apresenta uma concepção original, ainda que carente de maiores determinações da economia política, sobre fenômenos como estranhamento, exteriorização, objetivação e alienação¹⁸. Com isso, e dando concreção ao fenômeno no curso do desenvolvimento do seu pensamento, entende que a alienação corresponde a um fenômeno que concorre em quatro âmbitos (ou modalidades distintas): do produto do seu trabalho; dos meios com os quais realiza o trabalho; da genericidade humana; e de si mesmo.

O ser humano não é apropriado dos meios de produção de sua atividade material, por conseguinte, nem do próprio processo de trabalho e do produto desse. Sendo tal processo constitutivo de suas características humanas, incluída sua consciência (é um processo subjetivador, como apontamos no primeiro item), o trabalhador se desumaniza, se afasta daquilo que o constitui enquanto tal, as relações sociais de trabalho. Ao perder a consciência da totalidade que o faz ser humano, tem sua subjetividade modificada e tolhida em seu desenvolvimento, produzindo a não-consciência de si e impossibilidade de autoconsciência na imediatez do real.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta (Marx, 2015, p 304).

No sentido em que o ser humano se vê alienado na sociedade capitalista, o trabalho – que é o seu *medium* humanizador, diferenciando-o dos animais – se converte também, na forma assalariada, em processo desumanizador. O *ser* não percebe nem a si nem ao outro como *social*, nada além de um indivíduo isolado em meio a tantos outros, cuja relação é mediada por trocas mercantis e pessoas ocultadas.

1.3.2. Conhecimento e educação sobre bases materiais capitalistas

Baseando-se nos fundamentos da produção material da sociedade capitalista, aludida anteriormente, que se constituirá uma forma privilegiada de compreender o mundo, explicar suas determinações e fomentar a construção do saber dos homens, bem como a formação humana *lato sensu* inscrita nessa sociabilidade. Como também já abordado, à burguesia nascente, que lutava contra a feudalidade para se efetivar como potência social e orientar os

¹⁸ Aqui opera-se a distinção fundamental de Marx para com Hegel e Feuerbach (de quem é tributário no mesmo ato em que os suprassume) no tema da alienação: sua *historicização concreta*. Vincula a categoria ao mundo vivo, às relações sociais historicamente determinadas enquanto assenta as bases – materialistas – de seu pensamento.

vetores da realidade em prol de seus interesses, correspondia determinados *modus pensandi* que visavam “lançar luz” sobre as “trevas” do medievo – não à toa tal movimento teórico ganhou a alcunha de *Iluminismo*.

a) Decadência ideológica burguesa e o conhecimento

Ocorre, porém, com a afirmação da dominância da classe capitalista no poder, – marcada pelo rompimento da unidade progressista do Terceiro Estado no período de 1830-1848 (com destaque especial para o episódio da Primavera dos Povos, em 1848) (Marx, 2008) –, uma “viragem” essencial no pensamento burguês¹⁹. Considerada como um processo de *decadência ideológica* (Lukács, 2016), caracteriza-se pelo “abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética” (Coutinho, 2010, p. 21). Disso, derivam certas características que passam a ser hegemônicas, como: a fixação à superfície e à aparência das coisas, a tendência à evasão diante dos problemas sociais e um torvo ecletismo. Triunfa um pobre relativismo e um subjetivismo como concepção hegemônica e, as críticas endereçadas por Marx à decadência ideológica concentram-se em trazer luz ao espírito pequeno-burguês que se restringe às flores murchas da retórica superficial e pomposa, incapaz de colocar em confronto as convicções subjetivas com a realidade objetiva.

Destarte, não significa afirmar que o período anterior de uma tradição progressista estava imune às deformações ideológicas e posições favoráveis à ordem capitalista, mas nele ainda persistia a busca por uma representação científica da realidade, sendo abandonada *a posteriori*, ainda que inintencionalmente. Ademais, essa visualização da incapacidade de avançar rumo à essência das coisas não se constitui em análise moralista, simplesmente atribuindo um mau-caratismo às personalidades burguesas ou a uma direta intencionalidade de classe, mas se liga aos traços regressivos da própria formação econômica burguesa, cuja práxis se objetiva contra os próprios seres humanos de maneira alienada.

Segundo Lukács (2016):

O fato de a decadência ideológica não levantar problemas fundamentalmente novos advém de uma necessidade social. Suas questões essenciais, assim como os do período clássico da ideologia burguesa, são respostas aos desafios postos pelo desenvolvimento social do capitalismo. A diferença consiste “meramente” em que os ideólogos mais antigos deram uma resposta honesta e científica, ainda que incompleta

¹⁹ Segundo análise presente em Coutinho (2010), há uma distinção entre o pensamento burguês correspondente ao período em que o capitalismo ainda não era a forma social dominante – bem como a burguesia estava em processo de ascensão – e aquele que se relaciona a um momento de substancialização do polo capital/trabalho como fundamento de um modo de produção.

e contraditória, ao passo que a decadência escapa covardemente de articular em voz alta o que existe e mascara essa fuga como “cientificidade objetiva” ou como matéria interessante de cunho romântico. Em ambos os casos, ela é, em essência, acrítica, atendo-se à superfície dos fenômenos, à imediatividade, e interliga de forma eclética fragmentos de ideias contraditórias (pp. 110 e 111).

O fenômeno aludido acaba sendo o solo que fertiliza as disciplinas que surgem nesse ínterim, dentre as quais podemos situar a *Sociologia*; mas também determinando aquelas já existentes, como a História e a *Economia* – que Marx já direcionava críticas, apontando para a transmutação dessa área do conhecimento de Economia Política para Economia Vulgar, limitando-se a ser uma cornucópia de mercenários, espadachins a serviço do capital, abandonando inclusive os avanços no desvelamento da realidade até então conquistados²⁰.

O conhecimento sobre a realidade passa a ser tomado de maneira fragmentada, em disciplinas específicas que apenas dialogam externa e formalmente, elaborando métodos próprios para cada objeto que reclamam como pertencentes aos limites de suas áreas.

É verdadeiro o fato de que a moderna ciência social burguesa não conseguiu ir além da especialização tacanha, mas as razões encontram-se [...] no tipo, na tendência do desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência da ideologia burguesa causou nelas uma mudança tal que já não são capazes de concatenar umas com as outras, o estudo de uma já não promove a compreensão aprofundada da outra. **A especialização mesquinha se converteu em método das ciências sociais** (Lukács, 2016, p. 113 – destaques nossos).

E, logo em seguida, aponta que em cima dessa “base ideológica e metodológica [...], o trabalho do economista, o do sociólogo e o do historiador nada mais têm a ver um com o outro, tornando-se incapazes de prestar qualquer ajuda concreta entre si ou de promover-se reciprocamente” (Lukács, 2016, p. 114). Esse “limite”, longe de ser assumido como tal, é racionalizado e justificado pela filosofia da decadência, “irracionalistas e agnósticos negam explicitamente que a totalidade do real possa ser objeto de uma apreensão racional” (Coutinho, 2010, p. 44).

Retomamos, a partir disso, as indicações lukacsianas acerca da decadência ideológica, que alimenta a própria raiz da qual pensadores de grande envergadura ergueram suas vastas teorias.

Diz-nos o seguinte:

[...] a nova ciência do período da decadência, a sociologia como ciência própria, vem do desejo dos ideólogos burgueses de conhecer a legalidade e a história do desenvolvimento social *separadas da economia*. A tendência objetivamente

²⁰ Vejamos nas palavras do alemão: “Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções apoloéticas substituíram a investigação científica imparcial” (Marx, 2017a, p. 86).

apologética desse desenvolvimento é manifesta. Após o surgimento da economia marxiana teria sido impossível ignorar a luta de classes como fato fundante do desenvolvimento social, caso estudassem as relações sociais a partir da economia. Para escapar dessa necessidade, a sociologia emergiu como ciência autônoma, e quanto mais ela elaborou seu método específico, tanto mais formalista se tornou, tanto mais substituiu a investigação dos nexos causais na vida social pelas análises formalistas e inferências analógicas vazias (Lukács, 2016, p. 113).

Tecemos, pois, considerações de como se verifica uma tendencial queda na capacidade de desenvolver um conhecimento que capte a essencialidade do real pelos intelectuais vinculados à burguesia e a forma capitalista de pensar. Entendemos que está posta, pelo caráter de regressividade do desenvolvimento do capitalismo após sua plena afirmação, um interregno na captação do objeto em suas múltiplas conexões, com o fim de desvelar essa realidade em prol de sua transformação – pelo contrário, o que interessa agora é a mistificação (deliberada ou não) tornada regra e método.

Com esses pressupostos e diante de tudo o que já se desenvolveu até o momento que vamos realizar um pontual excuro para as universidades, especificamente a partir do capitalismo, quando assumem um papel fundamental no desenvolvimento científico e na formação para a classe dominante.

b) Universidade, Estado e Capitalismo Monopolista

As primeiras universidades surgiram no século XI na Itália, notavelmente a Universidade de Bolonha, considerada a mais antiga do mundo ocidental. A princípio, essas instituições buscavam ser veículo de troca de conhecimento entre estudiosos com interesses próprios, operando com certa autonomia frente ao poder dominante. Com a emergência das revoluções burguesas e as decorrentes transformações na produção da vida e na visão de mundo que daí se desprende, influenciadas pelo Iluminismo, conforme aludimos anteriormente, as universidades – bem como o ensino formal em geral – foram refuncionalizadas na sociedade. As instituições superiores, de modo geral, passaram a ter seu fim precípua orientado à formação e produção do conhecimento, exercido com liberdade e autonomia em prol do interesse científico (em alta desde que se começaram as transformações em direção à nova sociabilidade), consolidando-se sob perspectivas liberais.

Embora as instituições de ensino superior remontem a períodos anteriores ao advento do capitalismo, a ênfase na educação se intensificou com o avanço das forças produtivas e da visão científica do mundo. No entanto, com a já mencionada universalização da educação, decorreu-se a divisão e hierarquização entre a educação básica para a classe trabalhadora,

centrada na formação para o trabalho, e a educação superior para as classes dominantes. Ou seja, mesmo diante das profundas mudanças que vão ocorrer ao longo dos séculos e com a passagem de um modo de produção ao outro, o controle do ensino permanece nas mãos da classe dominante, bem como o perfil da formação superior se molda às necessidades dessa classe, à necessidade do capital. Diante disso, são importantes as considerações de Manacorda (2017):

Mas a antiga discriminação de classe continua a manifestar-se, mais ou menos acentuada nos vários países, com **duas linhas de fratura**: uma, “**horizontal**”, entre os que deixam precocemente as estruturas escolares para ingressar nas estruturas de trabalho, e os que naquelas permanecem ulteriormente para adquirir a ciência; a outra, “**vertical**”, entre os que estudam na escola desinteressada da cultura, e os que estudam na escola profissional da técnica. A tendência atual é do deslocamento para cima da divisão horizontal: dos três anos de escolaridade obrigatória de um século atrás, passou-se aos oito anos de hoje. É um processo que Marx classificaria como natural e espontâneo, que não deixa de se processar sem contradições e que é determinado mais pelo desenvolvimento objetivo da produção do que pelas exigências da ciência pedagógica. É a maior disponibilidade dos bens, inclusive culturais, o mais amplo ingresso dos adultos e, especialmente, das mulheres, na produção industrial e a abolição do trabalho infantil de fábrica que libera as crianças da família e do trabalho, que acabaram por deixá-las disponíveis para a escola. É esse o fundamento objetivo do aumento da escolaridade, do deslocamento para o alto da fratura horizontal (pp. 131 e 132).

Assim, a universidade formou juristas no Império Romano, membros da nobreza e do clero na Idade Média e uma “elite” científica na era moderna.

Desta feita,

em geral, todo acesso de novas camadas sociais à escola ou à educação se viu acompanhado mais ou menos automaticamente pela diferenciação desta. Quando começa a se dar um certo acesso generalizado na Itália renascentista, as escolas urbanas logo se diferenciam em *senatoriae* ou *latinae* e “alemãs”; quando a Reforma chama todos à escola, surgem de forma separada os ginásios, nos quais se ministra uma cultura clássica e humanística; quando as ordens religiosas estendem seus braços em direção aos setores populares, os Jesuítas se encarregam de oferecer um ensino distinto às classes altas; a Revolução Francesa proclama o ideal da escolarização universal, mas Napoleão se ocupa dos liceus e das universidades (Enguita, 1993, p. 37).

Essa hierarquização da educação desempenha um papel crucial na definição do papel do ensino superior na formação de uma força de trabalho especializada, alinhando-se aos interesses da classe dominante. Portanto, as mudanças na estrutura de produção, nas relações sociais e nas ideologias moldaram a universidade ao longo da história, refletindo o contexto socioeconômico em desenvolvimento.

A concepção moderna de universidade a identifica enquanto uma instituição voltada para a formação e reprodução do conhecimento, com a liberdade e a autonomia (relativas) necessárias para buscar o interesse científico. Ademais, um papel essencial que a educação em

geral desempenha – e a universidade em sua forma própria – é o de ser disseminadora da ideologia dominante, o que é essencial para a manutenção das relações sociais de produção.

Coutinho (2011), ao tratar do tema dos intelectuais e a organização da cultura desde uma perspectiva gramsciana, e valendo-se de seu arsenal heurístico, entende a Igreja no período anterior ao capitalismo enquanto um “aparelho ideológico de Estado”, categoria de Louis Althusser. Diferenciando-a dos “aparelhos privados de hegemonia”, que dizem respeito aos organismos próprios da sociedade civil, entende que a Igreja se vinculava de um modo tal que operava de fato quase como uma só com o Estado. Sobre a Universidade, pode-se afirmar algo parecido, até porque a Igreja também detinha o controle educacional naquela sociedade.

Com as revoluções democrático-burguesas, com o triunfo do liberalismo, acontece um fato novo: o que poderíamos chamar de laicização do Estado. As instâncias ideológicas de legitimação passam a ser algo “privado” em relação ao “público”: o Estado já não impõe uma religião ou uma visão de mundo em geral; a religião deve conquistar consciências, deve confrontar-se, entrar em luta contra outras ideologias, contra outras visões do mundo. Criam-se, assim, enquanto portadores materiais dessas visões de mundo, o que Gramsci chama de “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”. Por um lado, velhos “aparelhos ideológicos de Estado” (como as igrejas, as universidades) tornam-se autônomos, passam a fazer parte da “sociedade civil”; e, por outro, com a própria intensificação das lutas sociais, criam-se novas organizações, novos institutos também autônomos em face do Estado [...], os quais, embora possam ter como objetivo a defesa de interesses particulares, “privados”, tornam-se também portadores materiais de cultura, de ideologias (Coutinho, 2011, pp. 15 e 16).

Com isso, opera-se essa autonomização relativa, mas, ainda assim, é o Estado quem estabelecerá os componentes de funcionamento da universidade que então emerge, colocando-se enquanto entidade acima dos interesses específicos, instância universalizadora da particularidade do *bourgeois*. Porém, efetivamente tal instância é “um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (Marx; Engels, 2008, p. 14), e estando a universidade sob seus ditames, estará organizada (não sem contradições ou mediações próprias a esse espaço, além de variar conforme a conjuntura e a formação sócio-histórica) em prol desses “negócios comuns”.

Sobre o Estado, importa frisar seus elementos característicos conforme definidos por Marx e Engels, compreendendo e mesmo incorporando as diferenciações nada desprezíveis, muito pelo contrário, dos períodos posteriores às formulações propriamente “marx-engelsianas”. Concebe-se que a forma como o Estado se desenvolve, se organiza e age na totalidade concreta é determinada por uma *sociedade civil*. Ou seja, temos uma *estrutura econômica* na qual ocorre a produção da vida material, base sobre a qual se ergue uma *superestrutura jurídica e política*, o Estado, fruto da relação com a sociedade civil e determinado, em última instância, por esta.

Na esteira do pensamento marxiano, o Estado é determinado pela “sociedade civil”, e este é o espaço de produção e reprodução da vida social. Dessa forma, sendo a sociedade civil burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) produzida e reproduzida a partir da acumulação ampliada do capital e do domínio dos interesses específicos da classe burguesa, devemos assumir o pressuposto de que o Estado possui necessariamente um conteúdo de classe, ou seja, exerce seu domínio a fim de garantir e manter tal organização societária e os interesses da classe dominante. Em outras palavras, na medida em que recusamos a concepção liberal de um Estado acima das relações sociais e compreendemos que a burguesia, através de vários mecanismos, impõe sua direção social, seu projeto político e suas ideias a toda a sociedade, entendemos o claro caráter de classe que possui o Estado. Com isso, queremos dizer que “suas ideias são produto das relações burguesas de produção e de propriedade, assim como o Direito não é nada mais que a vontade de sua classe erigida em lei, uma vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de sua própria classe” (Marx; Engels, 2008, p. 36). Ademais, Marx (2008) compreende que “as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades” (p. 47).

Nessa época, em que o capitalismo vive sua fase chamada *concorrencial*, o Estado utilizava-se principalmente de métodos coercitivos para controlar a classe trabalhadora, valendo-se de seu aparato militar, da força do Direito (e do direito da força), para controlar uma crescente classe operária que não marchava “bovinamente” para o matadouro, de fato se insurgia de modo constante.

Com isso, o Estado funcionava basicamente como um *garantidor* das condições gerais do capitalismo, seguindo a orientação liberal de deixar o mercado com suas próprias leis (*laissez-faire*), ou seja, regulado apenas por sua “mão invisível”. Assim, a intervenção do Estado se concentrava na coerção aos elementos inibidores do mercado, na medida em que a livre concorrência proporcionaria o aumento da riqueza de cada um, produzindo, consequente e inexoravelmente, a *riqueza das nações* (Smith). Tal discurso hegemonizou esse momento do capitalismo concorrencial, sendo o suporte ideológico para que a exploração fosse levada até suas últimas consequências. Portanto, ao Estado cabia apenas reprimir aqueles que, dadas as contradições do modo de produção capitalista (aumento da pobreza na ordem direta em que se produz riqueza), encontravam-se em condições de vida cada vez mais precárias e se revoltaram contra tal situação.

Ao longo do século XIX o modo de produção capitalista vivencia crises periódicas, e a classe trabalhadora aumenta sua capacidade de organização e mobilização (partidos, sindicatos, etc.), avançando política e teoricamente. Podemos perceber também alterações substanciais no próprio funcionamento do capitalismo, estas que se dão tanto na esfera da produção da vida quanto na esfera que busca regulá-la externamente. Nesse processo de transformações econômicas e políticas o Estado passa por mudanças, tanto em sua organização, quanto no seu funcionamento.

A mudança do século XIX para o século XX traz consigo alterações (e permanências) profundas na ordem social vigente, donde podemos afirmar que, no ingresso da sociedade burguesa ao imperialismo, esta ascende à sua maturidade histórica (Netto, 2011). A dinâmica da sociedade altera-se profundamente, com um grande avanço do capitalismo sobre áreas pouco ou ainda não exploradas pelo grande capital. Lenin (2010) sintetiza e define bem esse momento histórico que chama de *imperialismo*:

[...] é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (Lenin, 2010, p. 88).

Cabe ressaltar que o avanço monopólico do capitalismo não se constitui como um mero acidente de percurso ou um desrespeito à “livre-concorrência”, pelo contrário, devemos entender que a própria tendência intrínseca de *concentração e centralização* do capital leva ao monopólio. Ou, melhor dizendo, “ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio” (Lenin, 2010, p. 18).

Em outras palavras, a conformação monopolista do capitalismo é considerada algo imanente à lógica cumulativa e expansiva do *modus operandi* do sistema capitalista, de sua *lei geral de acumulação*. Caracteriza-se enquanto desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral, “recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (Netto, 2011, p. 19).

Dessa feita, retomamos a questão inicialmente aludida acerca da entrada na era dos monopólios, compreende-se que diante disso o Estado, visando manter sua função precípua de administrar os negócios burgueses, se adequa para a necessidade do capital, mas aquele traço basilar não se altera *strictu sensu*. Contudo, podemos afirmar que, exatamente para as necessidades que subjazem à acumulação capitalista, o Estado burguês sofrerá significativas

alterações na sua dimensão interventiva e nas funções que passará a operar nessa dinâmica societária. Assim sendo, é correto dizer que na fase monopolista do capital ocorre um redimensionamento e uma refuncionalização da superestrutura jurídica e política – o Estado –, que agora funciona como um “*coesionador da sociedade*”. Suas funções políticas se inter-relacionam de forma orgânica às suas funções econômicas.

Netto (2011) é preciso:

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas (p. 25).

As *funções econômicas* assumidas pelo Estado monopolista podem ser classificadas em *diretas* e *indiretas*. As primeiras correspondem à assunção dos encargos de investimento em setores que as empresas capitalistas não têm interesse em investir (aqueles que não dão lucro ou cuja rentabilidade só ocorre a longo prazo), bem como a oferta de auxílio e a tomada do controle de empresas que se encontram à beira do colapso (já tendo colapsado, direta e indiretamente, a vida de inúmeros trabalhadores). Enquanto as funções econômicas indiretas dizem respeito às intervenções que geralmente o Estado faz via políticas, programas e serviços sociais a fim de garantir a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista e possibilitar aos trabalhadores meios de se manter e se reproduzir socialmente, além dos investimentos feitos em mobilidade urbana e infraestrutura. Em poucas palavras, podemos dizer que “o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise” (Netto, 2011, p. 26).

As *funções políticas* dizem respeito à busca de autolegitimação do Estado frente aos setores subalternos da classe trabalhadora, alargando sua base de legitimidade sociopolítica e, desse modo, assegurando um consenso e mantendo a hegemonia burguesa para além da coerção²¹. Tal medida ocorre a partir da implementação de políticas, programas e serviços sociais, que são respostas dadas pelo Estado (burguês) às chamadas expressões da “questão social”²².

²¹ Diferenciamos aqui as funções políticas das funções econômicas a partir da distinção de Netto (2011, p. 25), no sentido de diferenciar aspectos/funções que, por outro lado, estão articulados. Assim, consideramos que economia e política são complexos da sociedade distintos, com determinações particulares, mas certamente em articulação.

²² Sobre a expressão “questão social” é importante dizer que “surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo” (Netto, 2011, pp. 152 e 153). Tal fenômeno se constitui como algo novo apesar da pobreza e do antagonismo entre ricos e pobres ser muito antigo, pois “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2011, p. 153).

Portanto,

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (Netto, 2011, p. 30).

Enquanto a organização econômica-material for capitalista, o Estado necessariamente estará perpassado por essa mesma lógica capitalista, e as respostas que ele apresenta para além do nível coercitivo, como é o caso das políticas sociais, se dá pela lógica capitalista, ainda que sejam fruto da pressão exercida pela mobilização e organização da classe trabalhadora. O que de forma alguma deve ser entendido como indiferença quanto à necessidade dessa organização e do seu potencial de incidência, mas ter a compreensão de que forma, no interior da estrutura estatal, essas demandas são acolhidas e retornam à sociedade, estruturalmente limitadas ao horizonte do capital²³.

O Estado não pode suprimir a contradição entre a finalidade e a boa vontade da administração, por um lado, e seus meios e sua capacidade, por outro, sem suprimir a si próprio, pois ele está baseado nessa contradição. Ele está baseado na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*. Em consequência, a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor. Sim, frente às consequências decorrentes da natureza associada dessa vida burguesa, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa espoliação recíproca dos diversos círculos burgueses, frente a essas consequências a lei natural da administração é a impotência. [...] Se quisesse eliminar a impotência de sua administração, o Estado moderno teria de eliminar a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, teria de eliminar a si mesmo, porque ele existe tão somente como antítese a ela (Marx, 2010, pp. 39 e 40).

Mesmo em uma breve consideração histórica, é perceptível a diversidade de respostas do Estado ao conjunto da classe trabalhadora no sentido das políticas sociais. Na amplitude de políticas sociais existentes, a educação se efetiva no capitalismo também enquanto política educacional, sujeita às mesmas determinações apontadas acima, guardado seu caráter próprio aliançado ao objetivo na sociedade capitalista (a política educacional terá uma função distinta da política habitacional, previdenciária, assistencial, de saúde, e assim por diante). Por isso, compreender a especificidade do ensino superior em um dado contexto (histórico e conjuntural) remete à busca de caracterizar os desenvolvimentos em torno do Estado e sua forma de

²³ Em 1844, Marx (2010) havia escrito um artigo intitulado “*Glosas Críticas Marginais ao artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’. De um Prussiano*”, onde analisa uma revolta de tecelões contra as péssimas condições a que estavam submetidos na indústria e os baixos salários que recebiam. O que nos interessa, nesse caso, é perceber como Marx irá abordar o Estado como uma expressão dos interesses burgueses, onde a luta dos trabalhadores, para se efetivar plenamente, deve ultrapassar seus limites. Na medida em que o Estado é representação política do poder material dominante, um organismo em poder da classe dominante, jamais seria buscada nele a raiz dos problemas sociais.

incidência na sociabilidade, modulando os interesses distintos das classes em disputa, mas sendo a arena privilegiada da classe burguesa.

Tematizado esse conjunto de considerações que nos subsidiam, cabe nele situarmos a configuração histórica do ensino superior no Brasil, compreendendo-o na articulação entre processos econômicos, políticos e sociais que, a cada período, o determinam e lhe dão a forma específica deste, mas sempre levando adiante, em uma relação de continuidades e descontinuidades, características essenciais que mesmo hoje se observam no capitalismo brasileiro.

2. O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: elementos históricos e desenvolvimentos particulares

O Brazil não merece o Brasil / O Brazil tá matando o Brasil / Jereba, saci, caandrades, cunhãs, ariranha, aranha / Sertões, guimarães, bachianas, águas / Imarionaíma, ariraribóia / Na aura das mãos de jobim-açu / Uô, uô, uô
 Querelas do Brasil - Aldir Blanc Mendes; Mauricio Tapajós Gomes

Abordar a temática do ensino superior brasileiro obriga-nos a desenvolver um trabalho de reconstrução histórica (sem pretensões historiográficas) do processo através do qual essa modalidade educativa se concretizou. Ou seja, resgatar, a partir das luzes que o presente acende, os elementos que, na sociedade brasileira, condicionaram e foram condicionados enquanto modos de ser da formação humana e da construção de conhecimento sintetizados nas universidades. Categorias que permitem desvelar como, no Brasil, articulações históricas, inflexões conjunturais e colisões constantes e pontuais legaram um quadro, somente compreensível na sua análise *sui generis*, prenhe de vícios e virtudes de um “povo brasileiro”. Povo, esse conceito obnubilador, assim como a *população*, que Marx (2011, p. 54) faz menção, é, na verdade, a representação da saga histórica, política, econômica e cultural dos embates inter e intraclasses e seus distintos protagonistas e representantes.

2.1. A concretização brasileira do capitalismo e seu Estado

Partimos da consideração da realidade brasileira enquanto uma formação social que se concretiza como um capitalismo de caráter *hipertardio*²⁴ e subordinado ao capitalismo central

²⁴ Das muitas e polêmicas tematizações da formação brasileira, uma das mais discutidas é aquela sobre o seu caráter. Inclusive no interior do marxismo isso já se coloca com uma significativa variedade, muito em torno das distinções entre vias *clássicas* e vias *não-clássicas*. Essa é uma divisão deveras complicada que muitas vezes se opera por generalização de uma especificidade e apaga o que há de diferenciação nos demais casos, e cremos que a busca por enquadrar as realidades nacionais em “modelos” exógenos levou muitos bem intencionados intelectuais a cair em simplificações mimetizadoras. Claro é que, mesmo na Europa, onde o capitalismo “nasce”, não se pode atribuir o molde “clássico” a todas as formações emergentes, o que leva a pensar que o “não-clássico” se torna de fato o predominante, por não haver um modelo que permita enquadrar cada elemento de outros países ao considerado original, com o risco de cair em erros grosseiros de análise e ação. Isso posto, não achamos também que não se deva abstrair os elementos dos países onde primeiro se instalou e mais avançadamente se demonstraram as relações capitalistas e suas contradições inerentes. Sendo o caso, entraríamos em outro método de análise do real, que não o marxista, que apenas toma singularidades em si mesmas sem as conexões que as tornam parte de um universal, a particularidade. Portanto, no caso brasileiro, adotamos a denominação chasiniana de *hipertardio*, tendo o seguinte ponto em vista e fazendo uma comparação entre Brasil e Alemanha: “em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos *casos clássicos*. Mas enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto da Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca,

no conjunto do desenvolvimento das relações internacionais, no sentido do monopólio. Isso se dará a partir de uma *via colonial*²⁵ (Chasin, 1978), com a utilização da mão de obra escrava²⁶.

Conforme aponta Mazzeo (2015), a formação social brasileira é:

[...] uma *particularidade histórica*, engendrada pela universalidade de um *capitalismo em precipitação*, na medida em que, nas colônias, o capitalismo desenvolveu-se com especificidades próprias, determinando por sua lógica inerente de “amoldar-se” e constituir situações novas para sua autorreprodução. As colonizações da América, em geral, e da *particularidade brasileira* [...] estão inseridas, assim, no amplo processo de acumulação originária do capital, iniciado a partir do século XVI (p. 20).

O Estado, além de expressão jurídico-política dessa realidade material, vai ser o garantidor e impulsionador dos processos de mudanças sociais que ocorrerão ao longo das décadas, fruto de diversas correlações inter e intra classes e de acontecimentos internos e externos à realidade nacional. Como não é possível pontuar cada uma dessas mudanças, cabe mencionar que uma de suas características definidoras na particularidade brasileira é ocorrerem “pelo alto”, sem uma participação ativa dos diversos setores subalternos, que, quando esboçaram querer definir os rumos de suas vidas, foram (e continuam sendo) prontamente golpeados²⁷.

No quadro geral de sua geneticidade, a *semelhança* – ainda que consubstanciada em uma *nova síntese* – é a situação de ser a formação social brasileira um capitalismo que se articula enquanto elo débil da cadeia imperialista (e com isso sua burguesia),

com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o ‘*verdadeiro capitalismo*’ alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertardio” (Chasin, 1978, p. 628).

²⁵ No espírito da determinação que leva a classificar a via não-clássica brasileira como de inserção hipertardia ao capitalismo, diante da diferenciação com a tardia alemã, diferencia-se também o modo pelo qual isso se deu a partir da lenineana categoria de “via prussiana”, em muitos casos também utilizada como alusão à forma brasileira. Sem eliminar sua identificação possível e necessária, ao modo de determinação mais precisa, a utilização da *via colonial* nos parece bastante profícua. Nos dois casos (alemão e brasileiro) de “*universal das formas não clássicas*”, observa-se a incidência do atraso, para o qual o progresso paga um alto tributo, mas são “*dois particulares* que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um *velho* que não é, nem se põe como o mesmo” (Chasin, 1978, p. 628). Diante disso, é posta a opção comparativa/alternativa: “de um lado, pois, firmemente estabelecido, temos o *caminho prussiano*; a seu lado, sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de *via ou caminho colonial*”, à qual consideramos válida por igualmente entendermos que oferece “a propriedade de combinar a dimensão histórico-genética com a legalidade dialética” (Chasin, 1978, p. 629).

²⁶ Cabe nota: aqui, por cerca de 350 anos, negros e negras africanos foram arrancados de suas raízes, submetidos ao trabalho forçado e destituídos de sua cultura, e, por mais de 130 anos posteriores à abolição, até hoje, destinados às periferias, aos camburões, aos presídios e ao extermínio. Vale destacar também a escravidão e o genocídio dos povos indígenas, que originalmente viviam no que os Tupis-guaranis denominaram de *Pindorama* (“região das Palmeiras”), ainda hoje submetidos a processos de expropriações e massacres, em grande parte pelos serviços do agronegócio.

²⁷ Anunciando parte do que será tematizado ao longo dos itens adiante, cabe dizer que a história brasileira é pletera desses acontecimentos: a independência foi proclamada em um ato, às margens do rio Ipiranga, que em nada contou com a participação dos “de baixo”; a República se instaurou por meio de um golpe interno às classes dominantes; a “Revolução de 1930”, ainda que contra setores da oligarquia, principalmente a paulista, que comandavam o poder, não foi exatamente uma insurreição popular, e o próprio fim do governo Vargas, em 1945, se deu com a intervenção das Forças Armadas depondo-lo; no emblemático “dia que durou 21 anos”, em 1964, tivemos um dos maiores exemplos do uso da força contra os anseios populares em vistas da garantia da acumulação de capital através de uma modernização conservadora sob as garras da autocracia burguesa; e mesmo a instauração da “Nova República” foi um processo de “transição transada”.

conformado ontologicamente, a partir da insuperabilidade histórica de sua condição (genético-estrutural) de colônia; esse quadro pode ser considerado extensivo a todos os países da América Latina. [...] Essa debilidade econômica, conformadora de um Estado que a expressa, não permitirá que a burguesia brasileira instale, na vida política nacional, os elementos democráticos típicos das burguesias que alcançaram o poder pela via da revolução, pondo abaixo a ordem anterior. Ao contrário, as fórmulas políticas autocráticas sempre prevaleceram, amoldadas às novas situações *histórico-concretas* da sociedade brasileira e às novas sínteses, sem que, com isso, quebrassem suas *raízes genéticas* de economia subsumida aos centros mundiais do capitalismo (Mazzeo, 2015, p. 26).

Com tais características definidoras, entendendo que o Estado operado pelas classes dominantes visa atender precipuamente aos interesses destas, em uma formação hipertardia de caminho colonial o “tributo que o novo paga ao velho” muitas vezes é mais custoso do que se consegue arcar, e assim seu “povo” vai carregando consigo dívidas que se ampliam a cada vez que as mudanças vêm para deixar tudo como está. Todas essas linhas definidoras se encontram na concretização do “modelo” universitário brasileiro ao se desenvolverem as necessidades para tal, ao que passaremos adiante.

2.2. Do Império à Primeira República: surgimento do ensino superior e constituição da Universidade

As origens da Universidade no Brasil, ou suas protoformas, podem ser identificadas mesmo no período anterior à República, quando, da vinda da Coroa lusitana diante das ameaças napoleônicas, em 1808, são inauguradas as primeiras escolas superiores no Rio de Janeiro e na Bahia, de medicina e engenharia civil e militar, através de decretos oficiais por D. João VI. Posteriormente, seriam criados cursos de direito, sempre com o objetivo de atender às necessidades da Corte, o que predomina ao longo de todo o Império²⁸.

No século XIX se constituirão as bases para os momentos de inflexão que se apresentarão no século XX, seja no quadro político e econômico mais abrangente, seja na estruturação do ensino superior no país. Mesmo com a Independência em 1822 e o Brasil se consagrando como “uma monarquia entre repúblicas” (Fausto, 2009, p. 78) na América Latina, o quadro político até 1840 foi de grande turbulência, com rebeliões e diversas tentativas de dar organização ao poder. Em 1831, Dom Pedro abdica, marcando o país com um período, até 1840, dos mais agitados de sua história política, o *período regencial*. Assim que Dom Pedro II – adiantada a sua maioridade – assume, há uma tendência à unificação de interesses e maior

²⁸ A universidade no período imperial é fundamental para a elite brasileira, pois é necessária a formação de burocratas do Estado, militares e médicos para a estrutura da corte.

estabilidade política em comparação ao período anterior. Ademais, cabe destaque o fato da manutenção da unidade territorial brasileira, ao contrário do que ocorrera no restante da *Abya Yala*²⁹, explicado por dois elementos de coesão: o *sistema escravista*, unificando os interesses das diversas províncias, e “**a formação de uma elite homogênea**, educada na Faculdade de Direito de Coimbra e, a seguir, nas faculdades de Olinda-Recife e de São Paulo, com uma concepção hierárquica e conservadora”. Formada aqui, “a circulação dessa elite pelo país, ocupando postos administrativos em diferentes províncias, integrou-a ao poder central, reduzindo sua vinculação com os diferentes interesses regionais” (Fausto, 2009, p. 100 - destaques nossos).

A produção cafeeira voltada à exportação se iniciou nas primeiras décadas do século XIX, intensificando seu papel de destaque no desenrolar dos fatos. Em um primeiro momento esteve fortemente apoiada na forma escrava de trabalho, posteriormente seria fundamental na absorção da força de trabalho livre, principalmente a imigrante. Mesmo com as pressões inglesas em torno da proibição do tráfico de escravos e passagem para o uso da força de trabalho assalariada, somente a partir da década de 1850 começariam a ser aplicadas medidas eficazes contra o tráfico. Com isso, mesmo ainda convivendo com longas décadas de manutenção do escravismo até sua Abolição completa em 1888, já se pensava em formas de realizar sua substituição³⁰.

Nesse sentido, as bases materiais do processo transicional do Império à República estão assentadas nas mudanças do regime de trabalho, do escravo ao assalariado, com a conseqüente corrosão da legitimidade da monarquia mesmo entre as classes possidentes. Dentre estas, destacam-se as assentadas na produção cafeeira, atritando-se de maneira crescente com o centralismo do Estado monárquico. A assim chamada *burguesia do café* teve origem a partir do desenvolvimento da economia do Oeste Paulista, nas últimas décadas do séc. XIX, representando, para a região de São Paulo, o ingresso num conjunto de transformações que encaminharam a constituição de uma economia capitalista³¹.

²⁹ Esse termo, que se refere à América, foi adotado por organizações e instituições de povos indígenas, sendo o nome dado ao continente pelo povo kuna antes das invasões europeias, significando "terra madura", "terra viva" ou "terra que floresce". [O que é Abya Yala, o nome dado ao continente americano? | National Geographic \(nationalgeographicbrasil.com\)](http://nationalgeographicbrasil.com) – acessado em 2 nov. 23

³⁰ A Lei de Terras (1850), por exemplo, demonstra a busca do governo em se antecipar a futuros problemas com imigrantes e ex-escravos em posse de terras, sendo, provavelmente, um dos principais mecanismos jurídicos que agiram em prol da sustentação do Latifúndio.

³¹ Por este exposto, cabe trazer a seguinte questão no que diz respeito ao processo, nesse momento ainda inicial, mas presente, de desenvolvimento da indústria e sua relação com o setor agrário: “A exploração do trabalho escravo e do colono possibilitou a acumulação que transformou o fazendeiro no industrial e o banqueiro estrangeiro em principal agente da industrialização. Assim, tanto o fazendeiro escravista quanto o fazendeiro que recorre ao trabalho do colonato não representavam um entrave ao desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil; pelo

A acumulação de capitais se deu em primeiro momento através da produção cafeeira e foi se combinando com as inversões em ferrovias, em bancos e no comércio. A expansão do café gerou uma rede de núcleos urbanos que se tornaram centros de pequena produção e de consumo, começando a diversificar a economia. A entrada em massa de imigrantes, a partir da década de 1880, viria impulsionar a formação de um mercado de produção e consumo e de mão-de-obra (Fausto, 2009, p. 111).

Força crescente desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), os militares também tiveram papel fundamental no processo, mesmo com divergências e disputas internas, motivados seja pelos ideais positivistas (manter a ordem com vistas ao progresso, daí a necessidade de modernizar a sociedade), seja pela preservação da instituição enquanto tal³². *A Igreja Católica*, que vinha entrando em crescentes desgastes com o poder Imperial, perdeu influência em meio a essas transformações sociais, ao mesmo tempo em que reagia a elas.

Cabe salientar que, a despeito dos conflitos entre os distintos setores dominantes, houve, de fato, um amplo processo de conciliação entre eles, em que o invólucro do Império se rompeu para novas roupagens que comportavam antigos interesses renovados à luz das transformações societárias de então.

Dessa forma, a transição foi marcada por uma combinação de forças sociais e políticas, incluindo o Exército e a burguesia cafeeira, que se uniram para proclamar a República. A Constituição de 1891 estabeleceu o federalismo como a orientação principal do novo regime, favorecendo os interesses da burguesia do café. No entanto, a luta por influência ideológica nas instituições de ensino superior também desempenhou um papel importante, com o positivismo exercendo influência significativa na formação da República.

O crescimento das áreas urbanas e as sementes germinantes de organização proletária exerceram impacto significativo sobre a concepção de educação almejada pelas classes dominantes. Esse fenômeno foi o resultado do avanço das forças produtivas, da constituição de uma sociedade civil aos moldes capitalistas e da inserção de uma visão de mundo cientificista dos setores de classe médios e altos, além do crescimento da demanda por uma melhor tecnicização profissional, impulsionando o surgimento das escolas superiores e de administração privada.

O aumento dos setores urbanos da burguesia e a influência europeia no Brasil fortaleceram os grupos sociais alinhados ideologicamente com os princípios burgueses. Resulta daí um conflito com as forças de base agrária, desencadeando uma crise na hegemonia política

contrário, eles serviram como **molhas propulsoras do desenvolvimento inicial do capitalismo industrial brasileiro**, em que a acumulação primitiva de capital, propiciada na exploração do trabalho na agricultura, irá financiar a gênese da indústria brasileira” (Santos Neto, 2015, p. 202 - destaques nossos).

³² E como nos ensinou a história, não deixariam mais de estar, quase sempre, à frente das mais importantes mudanças políticas até os tempos hodiernos.

da época e se manifestando por meio de disputas em torno de diferentes visões de sociedade no interior da estrutura do Estado³³.

Por outro lado, com o aumento da produção industrial no Brasil, também se desenvolveu a organização daquele pólo de classe que a sustenta, o proletariado. Este encontrava-se influenciado por correntes de pensamento contra-hegemônicas, como o anarquismo e o comunismo, demandando uma maior intervenção do Estado em suas necessidades, mesmo sob intensa repressão republicana. As greves que começaram em 1917 e atingiram seu auge em 1919 representaram um marco nesse processo, evidenciando a contestação diante das condições de exploração e a organização dos trabalhadores em nível global³⁴. Portanto, é importante compreender que a classe trabalhadora, ainda em fase inicial de organização nesse período, desempenhou um papel fundamental no aumento da pressão das classes não privilegiadas por melhorias nas condições de vida e no acesso a uma educação superior de qualidade, liderado por segmentos da classe média, originários dos setores de serviços e impulsionados pela crise do sistema latifundiário.

No início do século XX, a expansão do ensino superior tornou mais acessível a obtenção de diplomas, o que levou à desvalorização dos mesmos e ao aumento da procura por instituições privadas. Isso gerou conflitos sobre os critérios de admissão e a qualidade do ensino. Em resposta, o Estado interveio no ensino superior, regulamentando diplomas de colégios secundários federais e instituições equivalentes, introduzindo o exame vestibular e estabelecendo supervisão sobre instituições privadas.

Enquanto a classe média e os trabalhadores viam na educação técnica uma maneira de melhorar sua posição social e, conseqüentemente, suas condições de vida, para a classe dominante, a universidade desempenhava um papel fundamental na manutenção do controle ideológico sobre os funcionários públicos. Isso era considerado mais relevante do que a formação de uma força de trabalho voltada para as oportunidades emergentes no início do capitalismo republicano no Brasil.

³³ Uma das principais correntes ideológicas que se opunham ao avanço das ideias liberais era o positivismo, liderado por figuras militares e promotor de valores conservadores, enfatizando conceitos como família e pátria.

³⁴ “A história do movimento operário combativo revela o estado de exceção em que viviam os elementos anarquistas no país; a liberdade de organização e expressão existia somente para o capital e inexistia para o trabalho. No entanto, a intensificação da repressão e a expulsão do país de seus elementos mais conscientes não impediram as associações operárias (Santos Neto, 2015, p. 213). “Entre 1907-1913, o movimento paredista sofre um refluxo devido à intensificação da repressão e às deportações em massa das principais lideranças estrangeiras. [...] A nova ascensão do movimento operário acontece em 1917, sob o influxo da Revolução Russa. [...] No entanto, o ponto mais elevado da luta de classes se inscreve em 1919: somente na capital paulista aconteceram 64 greves operárias. [...] As greves de 1920 serão as últimas que contam ainda com a presença e a orientação dos elementos anarco-sindicalistas” (Santos Neto, 2015, pp. 214 e 215).

Da mesma forma que o crescimento do ensino superior simplificou o processo de obtenção de diplomas, a expansão desregulamentada sem controle estatal não se traduziu em um aprimoramento da qualidade educacional, pelo contrário. Esse cenário culminou na desvalorização dos diplomas e na ascensão das instituições de ensino. Tal elemento, como consequência da desregulamentação estatal e do aumento das iniciativas privadas, deu origem a conflitos que se manifestaram na reforma da política educacional de 1911.

A Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental da República, datada de 5 de abril de 1911, reflete fortes influências do positivismo. Além de estabelecer regulamentações para os exames de admissão nas instituições federais de ensino, a lei também abordou a questão da autonomia universitária, permitindo que as instituições selecionassem seus próprios dirigentes. Além disso, a legislação tratou da supervisão do ensino federal, mas, em resposta às demandas dos liberais, retirou do Estado a responsabilidade de fiscalizar os currículos das escolas privadas (Cunha, 2007a, p. 163).

Esse cenário trouxe uma problemática, pois embora o número de diplomados tenha diminuído devido à redução de estudantes nas instituições federais e ao aumento de profissionais formados em instituições privadas não regulamentadas, aqueles que obtiveram diplomas de ensino superior provinham de uma grande variedade de origens educacionais, o que implicava a ausência de um padrão de qualidade com algum grau de uniformidade. Esse quadro levou o Estado a intervir nas instituições de ensino superior privadas em 1915, através de um decreto que estabeleceu as primeiras condições para a criação de uma universidade brasileira. Nesse contexto, surgiram as primeiras instituições de ensino superior estatais nomeadas e regulamentadas como universidades no país³⁵. Novas formas de controle também se fizeram presentes em 1925:

Como os decretos de 1911 e 1915, o de 1925 tratou da reforma do ensino secundário e do superior. (...) Essa reforma objetivou o reforço do controle do Estado, particularmente do governo federal, sobre o aparelho escolar, numa tentativa de estabelecer o controle ideológico das crises políticas e sociais que vieram a desembocar na revolução que pôs fim ao regime, em 1930 (Cunha, 2007, p.170).

Em todo o país, profissionais da área educacional criticavam a falta de integração entre as escolas que compunham a universidade, a construção de um modelo universitário que não contou com a participação dos docentes e da sociedade civil, bem como o excessivo controle levado a cabo pelo Estado. A crescente organização dos profissionais da educação culminou na

³⁵ Em 1920, o Rio de Janeiro estabeleceu sua universidade, a primeira, enquanto Minas Gerais seguiu o exemplo em 1927. A estruturação dessas novas universidades, formadas pela agregação de faculdades autônomas, modelo posteriormente replicado em outras instituições em todo o país, suscitou críticas contundentes por parte dos educadores nacionais. Esse formato foi alvo de reprovação devido à falta de coesão no processo, à ausência de uma coordenação centralizada conduzida pelo Estado, à falta de envolvimento dos setores educacionais e à ausência de um desenvolvimento estrutural das escolas individuais que indicasse a criação de uma universidade verdadeiramente unificada e autônoma.

criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. A ABE desempenhou um papel importante na defesa da ideia de que a universidade deveria promover a pesquisa e a disseminação da cultura, com autonomia para desenvolver o pensamento livre.

O fim da década de 1920 é recebido com a decadência da economia cafeeira, e 1929 marca uma crise de hegemonia. O ano de 1930 traz para a cena a mudança de um padrão agroexportador ruralista para uma economia tendencialmente urbano-industrial com um Estado modernizado e o setor público da economia em expansão.

2.3. Da Revolução à Ditadura: a Era Vargas e o Estado na dianteira do desenvolvimento capitalista brasileiro

A chegada de Vargas ao poder viria a ser uma versão local de incorporação do “Espírito a cavalo” – quer dizer, o mesmo desembarca no Rio de Janeiro a 31 de outubro de 1930 junto com três mil soldados gaúchos que amarram seus cavalos no obelisco da Rio Branco –, como ato “final” de uma série de eventos que o precede e anuncia uma nova era, tomando posse da Presidência a 3 de novembro de 1930, o que ficou caracterizado por *Revolução de 30*. Um momento que, como é típico da formação social brasileira, traz embalado consigo o velho, ainda que com fortes descontinuidades, abrindo-se um período novo, que altera o padrão produtivo fundamentalmente agrário e dos grupos dominantes que dele se valem. Ancorando-se nas alterações postas pela *crise mundial de 1929* e as oportunidades de recomposição que dela se desdobra, vai reacomodar em torno de um poder de tendência centrípeta – o Estado no âmbito federal – as oligarquias decadentes e a burguesia industrial ascendente.

O período Vargas deixará, portanto, uma marca indelével na sociedade brasileira por tudo aquilo que significou nos mais diversos âmbitos da vida social: a centralização e consolidação de iniciativas ainda dispersas no seio da vida social, econômica e política, além da busca de constituição do que se pode chamar de um verdadeiro projeto de nação. Economicamente, o país entrou numa fase ascendente de industrialização, principalmente a partir de 1937.

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de **formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada**. As tentativas de reforma do ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos Estados, o que correspondia ao figurino da República federativa. A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. **A educação entrou no compasso da visão geral centralizadora**. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930 (Fausto, 2009, p. 188 - destaques nossos).

Antes de adentrar nas transformações efetuadas no ensino superior nesse período, é mister elencar os principais acontecimentos que se precipitam nos desenvolvimentos da cena política, econômica e social, determinantes para o que se processa no campo educacional, em geral, e no ensino superior, em específico.

2.3.1. Contexto político e econômico

Após a tomada de poder em 1930, o Brasil presenciou a instauração do *Governo Provisório*, que perdurou até 1934. Nesse período inicial, uma série de medidas foram implementadas, como o fechamento do Congresso Nacional, a anulação da Constituição de 1891, a dissolução dos partidos políticos e o governo por meio de decretos-leis. Esse governo foi marcado por um conflito entre o poder central e grupos regionais, bem como pela presença do tenentismo³⁶.

O principal conflito desse período envolveu a “elite” paulista, que liderou a *Revolução Constitucionalista de 1932*³⁷, em busca da instauração de uma nova Constituição e um regime liberal-democrático. Apesar da vitória ter sido do governo central, houve a necessidade de conciliação com os paulistas. Isso culminou na promulgação de uma nova Constituição em 1934, e Getúlio Vargas foi eleito presidente indiretamente no dia seguinte.

Nesse sentido, a classe trabalhadora se movimentava sob os influxos das lutas políticas resultantes de diversas ordens. Desde os anos da Primeira República, destacando-se o anarcossindicalismo no período de 1917 a 1919 e a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, influenciado por eventos internos e externos, como o desenvolvimento das contradições internas no capitalismo brasileiro e a Revolução Russa de 1917.

Porém, *tout ce qui bouge n'est pas rouge*³⁸, e, além das questões nacionais, a ascensão de movimentos e governos fascistas na Europa levou à formação, em 1932, da Ação Integralista Brasileira (AIB). Esse movimento ganhou relevância até ser reprimido pelo governo em 1937, mas durante esse período fortaleceu-se em torno do Estado getulista, compartilhando elementos de convergência com o governo.

³⁶ Os “tenentes” foram sendo nomeados como interventores nos estados a fim de “conter o poder das oligarquias, mas não para destruí-lo; ao contrário, eles o sustentaram de modo que os processos resultantes da crise econômica não lhe fossem fatais” (Cunha, 2007a, p. 211).

³⁷ “O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançara em algumas greves importantes no primeiro semestre de 1932, ficou à margem dos acontecimentos” (Fausto, 2009, pp. 191 e 192).

³⁸ “Nem tudo que se move é vermelho”, essa frase foi escrita anonimamente em um muro de Paris na ocasião do *Mai de 1968*.

Cabe notar:

A ideologia da Ação Integralista Brasileira proclamava a excelência dos valores “cristãos”, aqueles ensinados para facilitar a aceitação da ordem estabelecida e do “destino”, a excelência dos valores rústicos, justamente os que permitiam às oligarquias a exploração dos trabalhadores e pequenos proprietários; a primazia dos interesses da “pátria”, isto é, do Estado, sobre os interesses particulares das classes sociais, principalmente os que ameaçavam a ordem estabelecida, em especial as classes trabalhadoras. Propunha a solução dos conflitos entre capital e trabalho pela representação corporativa, juntando patrões e empregados em comissões sob o arbítrio do Estado, exatamente como vinha sendo feito desde 1930 (Cunha, 2007a, p. 216).

Ademais,

Após a fundação da AIB, em 1932, os sindicatos operários viram a necessidade de combater ideologicamente o integralismo, o qual vinha sendo incentivado pelas classes dominantes e pela burocracia do Estado, com a adesão de crescentes contingentes das camadas médias, assustados todos com os perigos do “bolchevismo”, categoria ideológica que representava toda sorte de conquistas democráticas existentes e por existir (Cunha, 2007a, p. 217).

Desta feita, em março de 1935 foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma *frente popular* na defesa de pautas democráticas, antifascistas e anti-imperialistas. Em abril de 1935, aproximadamente um mês após sua fundação, aprovou-se uma *Lei de Segurança Nacional*³⁹, seguida, em julho, pela declaração de ilegalidade da ANL. Desmobilizada, com muitos de seus membros sendo presos ou debandando, havia no seu interior um núcleo-duro, os comunistas do PCB, que via na situação posta uma oportunidade para a deposição armada de Vargas e a instauração de um governo nacional e popular. O diagnóstico de que haveria no país uma situação revolucionária se mostrou um equívoco, e as tentativas de tomada do poder operadas foram debeladas sem grandes, mas violentos, esforços⁴⁰.

O episódio do *levante de 1935* seria o catalisador para uma escalada de medidas repressivas pelo governo federal – criando em 1936 a *Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo*⁴¹ – até o golpe, em 1937, instituindo o *Estado Novo*, utilizando como subterfúgio um suposto plano comunista, o “Plano Cohen.”

Paralelamente, a *Igreja Católica*, com quem o governo Vargas contou bastante, desempenhou um papel proeminente na sociedade brasileira e na política nesse período, reorientando-se para combater o liberalismo e o comunismo enquanto buscava uma

³⁹ Cabe notar que a LSN vem como resposta a um contexto em que o cenário da luta de classes estava efervescente: “Uma série de greves explodiram no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belém e no Rio Grande do Norte, destacando-se as paralisações no setor de serviços: transportes, comunicações, bancos” (Fausto, 2009, pp. 196 e 197).

⁴⁰ Ocorram em três lugares: em Natal, onde chegou a ter logro com apoio civil, mas durou somente quatro dias, sendo reprimida a seguir; em Recife e no Rio de Janeiro, sequer conseguiram avançar além de alguns quartéis e foram rapidamente suprimidas.

⁴¹ A *Comissão* tinha a liberdade de “propor a prisão de pessoas cujas atividades fossem consideradas ‘prejudiciais às instituições políticas e sociais’; propor medidas repressivas em todo país; propor o afastamento de funcionários suspeitos, fossem civis ou militares, e outras medidas de repressão policial” (Cunha, 2007a, p. 219).

reaproximação com o Estado, perdida desde a Constituição de 1891. A Igreja enfocou a luta de classes e a recristianização da classe trabalhadora, promovendo a defesa de um "capitalismo humanizado". Através da Ação Católica, a Igreja mobilizou seguidores para disseminar seu pensamento, e importantes organismos, como a revista *A Ordem* (1921), o *Centro Dom Vital* (1922)⁴² e a Confederação Católica (1922). Em 1932 é criada a Liga Eleitoral Católica (LEC), exercendo grande força sobre a Assembleia Constituinte. Consequentemente, a Constituição de 1934 incorpora todas as exigências da Igreja com destaque a ser feito à permissão do ensino, em caráter facultativo, da religião (basicamente a católica) nas escolas oficiais (do Estado).

Brevemente pintado o quadro do governo Vargas, devemos desenvolver sobre a questão educacional ali envolvente, recuperando e elencando alguns elementos do fundamental desse período, especificamente no que diz respeito ao ensino superior.

2.3.2. A Questão Educacional no período Vargas

Sincronizadamente à perspectiva de intervenção estatal, o período varguista adota uma série de medidas para a educação, em geral, e para o ensino superior, em específico, de caráter centralizador. Visava, com isso, utilizar a educação para promover a formação da “elite” como meio de difundir o ideal do regime e impulsionar o processo produtivo, que ganha nova dinâmica.

Com vistas a alcançar esse objetivo, o Estado intervém de forma mais ativa, no intento de obter maior controle, nos ensinos médio e superior por meio de reformas educacionais, destacando-se a criação do *Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública* – decreto 19.402, de 14 de novembro de 1930 e regulamento de 5 de janeiro – e a elaboração do *Estatuto das Universidades Brasileiras*⁴³ – decreto 19.851, de 11 de abril de 1931 –, quando desde então

⁴² “O centro procurava reunir intelectuais católicos e formá-los para a militância política conforme interpretação do catolicismo feita pelo cardeal Leme e por Jackson de Figueiredo, de acordo, aliás, com as tendências dominantes da Igreja na Europa. O centro coordenava, também, em íntima ligação com o cardeal, os novos movimentos de leigos que foram criados, entre eles a Ação Católica, o Instituto Católico de Altos Estudos (embrião da Universidade Católica), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Católicos, a Confederação da Imprensa Católica” (Cunha, 2007a, p. 223).

⁴³ Cabe notar que o Estatuto das Universidades possibilitou parcerias entre as universidades e outras instituições, criando oportunidades para a troca de conhecimento por meio de cursos reconhecidos pelos conselhos universitários. No entanto, prevalecem alunos de origem burguesa e pequeno-burguesa nas instituições de ensino superior, enquanto os cursos técnicos são destinados aos trabalhadores dos ramos técnico-industrial e básico. Esse cenário reflete a divisão técnica do trabalho na sociedade capitalista brasileira em expansão.

se estabeleceu a inserção do ensino religioso nos currículos escolares. A Constituição de 1934 viria a determinar a criação de um *Conselho Nacional de Educação*⁴⁴.

A política educacional nesse período não se limita ao âmbito legislador, mas busca transformar o sistema educacional em um instrumento eficaz de controle das classes subalternas, no interesse do seu projeto de nação. O novo governo estabelece um controle mais rígido sobre o corpo docente das universidades, permitindo ao Ministro da Educação a escolha do reitor, e centraliza a tomada de decisões nas instituições de ensino superior.

Coetaneamente, a Igreja Católica, que se tornou uma das bases de sustentação política e ideológica, foi importante instituição de apoio também nesse aspecto. A educação passou a ser vista como um meio de integrar a juventude na ideologia do regime, e tornou-se, mais diretamente, um instrumento de influência ideológica estatal. Mesmo com a criação de instituições de ensino privadas, como a Universidade Católica⁴⁵, essas instituições também difundiam a ideologia autoritária.

Esse conjunto de medidas pode dar a impressão de que a política educacional autoritária pretendia fazer que todo o ensino superior fosse absorvido pelo Estado, pelo governo federal, especificamente. Isso é verdade em termos políticos, pois o Estado, cada vez mais centralizado, pretendia controlar rigidamente a função político-ideológica do ensino superior. Mas isso não é verdade em termos de *organização* do aparelho educacional. Um bom exemplo disso foi a criação das Faculdades Católicas, no Rio de Janeiro, em 1941. Era um empreendimento particular, independente do Estado, em termos administrativos, mas portador de ideologias que integravam o vasto repertório autoritário (Cunha, 2007a, p. 280).

A influência do *fascio* (fascismo italiano) no governo de Getúlio Vargas também contribuiu para uma perspectiva autoritária na educação, inspirando-se na *reforma Gentile*⁴⁶. O Ministro da Educação, Gustavo Capanema, com tendências fascistas, obteve sucesso em consolidar essa abordagem na educação brasileira, estando à frente do ministério de 1934 até 1945. Tal aparelhamento ideológico operado, já expresso por meio do Estatuto das

⁴⁴ Visava elaborar um plano nacional de educação que, se implementado, viria a intensificar mais ainda o caráter autoritário da política educacional.

⁴⁵ "A Universidade Católica surgiu justamente na capital da República – na sede do aparelho do Estado visando desenvolver o ensino segundo padrões modernos, com estudantes que já tivessem, predominantemente, uma educação secundária católica, capazes, portanto, de uma formação homogênea. E o que é muito importante, orientados para a *direção* da sociedade" (Cunha, 2007a, pp. 282 e 283).

⁴⁶ "A Reforma Gentile, lançada em 1922-3, previa, depois do ensino elementar uniformizado de cinco anos, um treinamento profissional ou a estrada da escola técnica, da escola principal, e dois liceus, o científico e o clássico, aos quais se elevava depois de cinco anos de ginásio. Somente o liceu clássico permitia o acesso a qualquer curso universitário, enquanto aos diplomados no liceu científico era concedida unicamente a universidade técnico-científica, e aos outros diplomados eram fechadas as portas da universidade. Escola superior para a elite e para parte da classe média; para a pequena burguesia e as massas populares, escola profissional e término dos estudos com a obrigação escolar de 14 anos [...]. A escola superior gentiliana era dirigida por um programa de ensino unitário e uniforme, e tinha por escopo a 'cultura geral do espírito', tinha, desse modo, como observado, caráter estritamente humanista. Dado que o espírito não podia ainda ser realizado, na escola superior deveria prevalecer a autoridade e a uniformidade, o programa imposto pelo estado: aqui a escola é a 'preparação para a vida e a ciência', não ainda a ciência e a vida mesma" (Vanzulli, 2016, p. 191).

Universidades, foi mantido após o golpe de 1937, que não alterou suas regras. Para o governo Vargas, a educação se constituía em um importante instrumento de propagação e controle ideológico e deveria estar sob o controle do Estado, ou de seus aliados, como a já mencionada Igreja Católica.

Porém, mesmo que a tônica das medidas envolvendo a política educacional do governo fosse de cunho autoritário, houve, no período, a concorrência de uma política educacional que se denominou liberal, tendo como principais representantes nomes como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Suas concepções, ambas liberais, porém, terão conteúdos distintos, e serão definidas por Cunha (2007a) como *elitista* e *igualitarista*, respectivamente.

O *liberalismo*, muito mais que mera teoria política ou econômica, é a visão de mundo (*Weltanschauung*) que matiza o pensamento europeu nos seus representantes burgueses em luta contra o mundo feudal. Em sua origem, localizada no século XVII, se verá representado por nomes como John Locke, Adam Smith e Jean-Baptiste Say. Alguns princípios lhe serão característicos, como: a liberdade, a igualdade, a propriedade, o individualismo e a democracia. Muitos desses princípios aparecem como balizadores de uma série de eventos políticos, como as revoluções *Gloriosa* (1688), *Americana* (1776) e *Francesa* (1789), e declarações e constituições que delas se originam. No entanto, o mercantilismo, que desde o século XV alicerçava as bases de onde se desenvolveria o capitalismo – e do mercado mundial que o caracteriza –, teve séculos de bom convívio com a escravidão (negação à liberdade), a usurpação de riquezas alheias (violação da propriedade) e a manutenção de monarquias (regime não-democrático)⁴⁷.

No Brasil, uma das primeiras medidas de cunho liberalizante foi a abertura de portos ao comércio na ocasião da vinda da família real. Porém, a vida social, mesmo após a Independência em 1822, pouco tinha de aberta aos ideais pregados nas revoluções das quais se inspiravam: uma estrutura escravocrata, um governo monárquico (mas com representação parlamentar) e pouca, ou quase nenhuma, participação política dos que compunham o solo da estrutura social (a despeito de importantes revoltas ocorridas no referido período). A despeito disso, e sabendo que tais “contradições” perfazem uma *contra-história do liberalismo* (Losurdo, 2006), ideias

⁴⁷ Ainda hoje o Haiti colhe os perversos frutos de, em 1791, a outrora colônia francesa de São Domingos levar a cabo o exemplo revolucionário de seus colonizadores, sofrendo as respostas “liberais” repressivas e extorquidoras. Sobre esse processo revolucionário único em toda a história, cf. James (2010).

liberais seriam transladadas entre continentes através do Atlântico (reiteramos: junto com navios negreiros⁴⁸) e iluminariam algumas mentes da época.

Em outras palavras, o que parece uma *contradictio in terminis* é, na verdade, a resolução concreta que se dá pela determinação sócio-histórica de uma realidade específica, e aqui, tais elementos, longe de estar “fora do lugar”, aliançaram-se aos interesses dos setores dominantes oligárquicos enquanto eram alimentados pelo tráfico negreiro até a década de 1850, quando é assinada a *Lei Eusébio de Queirós*, realmente levando a cabo o que se tentou em 1831 – que havia sido “pra inglês ver”. A partir daqui, em xeque pelas pressões inglesas motivadas por necessidade econômica, haveria uma mudança de percepção interna acerca da necessidade do trabalho livre frente ao escravista, somando-se às revoltas e maior organização de escravos no período, e um outro evento demarcador é a *Lei do Ventre Livre*, de 1871.

Nesse contexto, vê-se, simplificada, a celebração de duas formas principais de liberalismo, uma surgida no próprio seio escravista diante da necessidade de repor a força de trabalho que ia se perdendo e com a organização política dos cafeicultores paulistas em um *partido republicano*. Estes, adotando um *discurso liberal-oligárquico* azeitado pelos ideais eugenistas, defendiam a importação de mão de obra europeia com subsídios do Estado⁴⁹, como Campos Sales e Bernardo de Vasconcelos. A outra forma estaria vinculada a setores envolvendo intelectuais e profissionais liberais, como Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio, figuras importantes na luta pelo abolicionismo e portadores de um *discurso liberal-democrático*. A primeira forma de ideologia liberal, a oligárquica, se perpetuou após o fim da monarquia, ganhando *status* privilegiado ao longo do período republicano. Quanto à segunda, animaria menos as práticas políticas que advém da Proclamação da República em 1889 que de figuras de camadas médias lastreadas por um idealismo democrático que teria pouca penetração para a definição dos rumos do país.

Cunha (2007a) faz uma síntese desse conjunto e avança trazendo o liberalismo no Brasil diante da questão educacional:

O liberalismo foi submetido, no Brasil, a toda sorte de arranjos ideológicos: conviveu com as ideias que defendiam a monarquia e a escravidão, associou-se ao positivismo e, na Primeira República, serviu admiravelmente bem para legitimar a ditadura das oligarquias e a repressão aos trabalhadores. No **campo educacional**, o liberalismo foi evocado, no tempo do Império, para **legitimar a igualdade das escolas particulares às escolas estatais** e para **justificar a frequência livre dos estudantes das escolas superiores** e a **introdução da livre-docência (liberdade de ensinar e de aprender)**;

⁴⁸ “Auriverde pendão de minha terra, /Que a brisa do Brasil beija e balança, /Estandarte que a luz do sol encerra /E as promessas divinas da esperança. /Tu que, da liberdade após a guerra, /Foste hasteado dos heróis na lança, /Antes te houvessem roto na batalha, /Que servires a um povo de mortalha!” (Alves, 2020, 53).

⁴⁹ “Bons” liberais no campo econômico nunca dispensam, e até exigem, a opressora mão do Estado em prol dos seus interesses quando estes se veem ameaçados.

em todos os tempos, para **fundamentar a necessidade de se estender a instrução elementar a todos os cidadãos** (Cunha, 2007a, p. 231 - destaques nossos).

Ademais, resume o que essa doutrina apregoa para o campo da educação:

[...] a independência da escola diante dos interesses particulares de classe, credo religioso ou político. A escola é vista como tendo a **função de despertar e desenvolver os talentos e as vocações** dos indivíduos na medida de suas **características inatas**, de modo que eles possam se posicionar na sociedade conforme suas aquisições e **não conforme a herança de dinheiro ou de títulos** (Cunha, 2007a, pp. 229 e 230 - destaques nossos).

Percebe-se, portanto, algo que já foi desenvolvido anteriormente, como essa concepção anima e ganha corpo no período republicano em relação à valorização de diplomas para fins profissionais e de prestígio social em detrimento dos títulos nobiliárquicos. Desse modo, podemos retomar, levando em conta a digressão anterior, os lineamentos que Cunha (2007a) estabelece em torno da questão educacional no período varguista e que se opõem ao *corpus* de medidas que conformam a política educacional de cariz autoritário: a *liberal elitista* e a *liberal igualitarista*.

Torna-se necessário destacar, a princípio, as influências do pensamento norte-americano sobre os liberais, em geral, e os educadores brasileiros, especificamente, que encontra raízes de antes do período Vargas. Essa influência teve origem, em parte, nas escolas protestantes estabelecidas no Brasil a partir de 1889 por missionários dos Estados Unidos da América (EUA), mas seu impacto veio a ser sentido a partir da disseminação midiática do *American Way of Life*.

Na década de 1920, a influência ideológica e cultural dos EUA se espalhou amplamente em decorrência da expansão da rede de comunicações e com o crescimento da indústria cinematográfica, difundindo as ideias norte-americanas, que foi incorporada, grande parte, pela classe média e pela burguesia. Esse movimento contribuiu para a concepção de que tanto o modelo cultural quanto o educacional norte-americano deveriam ser adotados no Brasil, em contraponto ao tradicional padrão europeu⁵⁰.

Isso posto, é mister reafirmar que as ideias liberais tiveram penetração e ganharam adeptos no Brasil também na educação e conformaram linhas que podem ser bem percebidas nesse campo, seja através de intelectuais, seja de instituições.

⁵⁰ Tal influência pode ser exemplificada pela fundação da Escola de Enfermagem Ana Nery no Rio de Janeiro, posteriormente incorporada à Universidade do Rio de Janeiro. A influência norte-americana se manifestou na sua estruturação, incluindo financiamento direto da *Fundação Rockefeller*, a presença de professores dos EUA e programas de intercâmbio de estudantes financiados por meio de bolsas entre ambas as nações. Porém, será na ditadura civil-militar de 1964 que a presença dos EUA no processo de expansão educacional liderado pelo governo se consolidará com a Reforma Universitária, a qual será tratada posteriormente.

No cenário de crescente internacionalização de influências, a Associação Brasileira de Educação (ABE) desempenhou um papel central nas discussões educacionais. Fernando de Azevedo, intelectual influenciado pelas perspectivas europeias – principalmente de Durkheim, Pareto e Ortega y Gasset –, exerceu destacada liderança no campo educacional em São Paulo, impulsionando o ensino superior e a modernização do sistema educacional. Sua crítica ao sistema de ensino superior, notadamente à Universidade do Rio de Janeiro, impulsionou sua nomeação como diretor do Departamento de Instrução Pública da capital em 1928. Seu pensamento liberal, de cunho elitista, visava a construção de uma educação voltada para “a formação [...] das elites intelectuais, ou seja, da classe dirigente” (Cunha, 2007a, p. 233). Compreendendo a educação superior como elemento-chave nesse processo, estaria comprometida com concepções burguesas e seria responsável por disseminar essas ideias em prol da nação. Portanto, para Azevedo, a universidade “deveria formar uma elite nova, num processo sistemático, pois o espontâneo já não estaria funcionando, pretendendo, entretanto, obter semelhantes efeitos em termos de ‘equilíbrio moral’ e ‘disciplina social’” (Cunha, 2007a, p. 234).

Com apoio da elite paulista, fundou a *Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo* em 1930, que serviu como um centro de pensamento influenciado pelas elites e pelas ideias liberais. Estas compreendiam que sua “hegemonia [...] seria reconquistada desde que houvesse um regime democrático e elas tivessem preparado ‘camadas de homens superiores’, elites capazes de se impor pelo valor técnico e moral” (Cunha, 2007a, p. 240).

Embora inicialmente fosse uma fundação de direito privado financiada por doações, incluindo contribuições de figuras proeminentes, a instituição dependia de financiamento público, limitando sua autonomia aos interesses do Estado brasileiro. Em 1934, o governo de São Paulo fundou a *Universidade de São Paulo*, unificando várias escolas locais, como a *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* (FFCL), que se tornou um modelo de faculdade voltada para o almejado “estudo desinteressado e da cultura livre”, influenciada pelas perspectivas de Azevedo e outros pensadores da época, a partir de uma abordagem eurocêntrica de cultura civilizada.

Nas vésperas de criação da Universidade de São Paulo em 1932, o governo federal suprimiu os revoltosos paulistas, conforme já abordado anteriormente, pondo fim às ambições das oligarquias do estado no controle do governo central. Nesse cenário, o liberalismo elitista de Azevedo arrefeceu, cedendo espaço a uma perspectiva que absorvia interesses advindos da classe trabalhadora, conhecida como *liberalismo igualitarista*. Essa mudança foi em parte resultado da repressão do governo tanto a liberais quanto a socialistas e comunistas,

fortalecendo uma abordagem de colaboração entre as classes dominantes na concepção do ensino superior.

Destaca-se, aqui, a figura de Anísio Teixeira, um proeminente intelectual brasileiro que também teve importante papel na ABE, fortemente influenciado pelas ideias norte-americanas, notadamente as de John Dewey, de quem foi aluno e traduziu obras – que nos princípios do século XX desenvolveu o conteúdo e deu forma às concepções liberais para educação, conhecido pelo que se chamou de pragmatismo educacional e defensor da renovação da formação escolar.

Reduzido o poder das oligarquias pelo Estado de compromisso que se seguiu à Revolução de 1930 e liberadas as forças sociais das camadas médias, houve ambiente propício para a divulgação do pensamento de Dewey, entre aqueles que pretendiam a construção da democracia (Cunha, 2007a, p. 244).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado em 1932 por Fernando de Azevedo e assinado por 26 intelectuais educadores, dentre os quais Teixeira, expressou uma combinação de princípios elitistas e igualitaristas. Os igualitaristas defendiam a eliminação da segregação educacional, propondo uma escola única para todas as faixas etárias, a fim de unir trabalhadores manuais e intelectuais. No que diz respeito ao ensino superior, os igualitaristas eram a favor da gratuidade do ensino público, em oposição ao Estatuto das Universidades de 1931.

Em 1935, a partir da iniciativa de Anísio Teixeira à frente da Diretoria de Educação do Distrito Federal, foi criada a Universidade do Distrito Federal – que mal chegou a quatro anos de existência –, refletindo a preocupação com a autonomia, incluindo a eleição do reitor pelos próprios membros da universidade, a participação ampla dos estudantes no conselho universitário e uma organização estudantil mais flexível, com o objetivo de unir o pensamento e a ação em um ambiente acadêmico dinâmico.

A universidade tinha um papel técnico e político crucial, servindo como cúpula do sistema de ensino e visando a formação de professores e administradores para as escolas de níveis inferiores. Além disso, buscava combater a tendência, observada na época, de formação autodidata e isolamento intelectual, priorizando a autonomia em relação ao Estado autoritário (Cunha, 2007a, p. 248). Essas mudanças representaram um marco na convergência das políticas educacionais com os interesses das classes trabalhadoras e das camadas médias.

Expostas as características e desenvolvimentos das duas políticas educacionais de cunho liberal, é preciso frisar que essa disputa pela concepção universitária não chegou a realmente hegemonizar a classe trabalhadora, reprimida e cooptada pelo governo. Foram perspectivas discutidas e elaboradas entre intelectuais e elites, que, por caminhos distintos, visavam fim

semelhante, principalmente quando são observadas a política educacional autoritária e a liberal elitista.

Cunha (2007a) resume bem a questão:

Há diferenças entre os dois modelos, mas são apenas diferenças internas, sem maior importância. As diferenças relevantes se encontram na **ideologia** que os legitimava e nos **objetivos** pretendidos. No *modelo paulista*, a **ideologia liberal elitista**, legitimando um regime político liberal-democrático, viabilizado pela **formação das elites** dela imbuídas; no *modelo federal*, a **ideologia autoritária** legitimando um regime político autoritário, organizado por **elites nela formadas** e difusoras dessa mesma ideologia por toda “coletividade” (p. 270 - destaques nossos).

Traçado o panorama do ensino superior no período de 1930 a 1945, avançamos ao momento posterior, logo que cai a ditadura do Estado Novo e são efetuadas eleições diretas para presidência, colocando Eurico Gaspar Dutra (general que colaborou no autogolpe que instituiu o Estado Novo e que fez parte como ministro da Guerra) à frente do governo federal e abrindo um momento democrático no Brasil – mas que não dispensa repressão e perseguição aos elementos mais radicalizados à esquerda. Começaremos apresentando como externamente esse período está marcado por uma importante alteração na geopolítica mundial, que articula-se aos eventos de caráter endógeno, modulando-os de maneiras variegadas.

2.4. Do fim de uma ditadura ao início da próxima: o período democrático que durou menos de 21 anos e expressões de democratização da universidade

2.4.1. O pós-Guerra e a consolidação da hegemonia norte-americana no ocidente

O período que se sucede ao Estado Novo encontra um Brasil inserido em um contexto econômico, social e político internacional que faz parte de um segundo ciclo do imperialismo. Após um longo sucedâneo de crises, que resultaram, por um lado, na reorganização imperialista e, por outro, no fortalecimento da revolução socialista, o mundo mergulhou em um novo confronto de amplitude internacional, a já mencionada Segunda Grande Guerra. Na medida em que esse embate resultou em uma ampla destruição de forças produtivas (força de trabalho e meios de produção), permitiu a retomada do desenvolvimento, da produção e do equilíbrio entre forças em oposição no cenário internacional, eliminando as expressões "perigosas" do Estado-Nação fortemente organizado e com projetos e ações imperialistas próprias.

O exemplo cabal dessa retomada de desenvolvimento foi aquele no qual os Estados Unidos estiveram à frente:

Os EUA emergiram da Segunda Guerra Mundial como a mais forte economia capitalista do mundo, com rápido crescimento industrial, forte acumulação de capital

e alto grau de monopolização. Já no final da I Guerra Mundial, os EUA haviam se tornado o maior credor do mundo e, ao final da década de 1920, o país respondia por mais de 42% da produção industrial global (França, Inglaterra e Alemanha juntas detinham 28%). [...] Depois da crise de 1929, no entanto, a única época em que nos EUA houvera emprego e “prosperidade econômica” totais fora durante a Segunda Guerra Mundial [...]. Na guerra, [...] os EUA não sofreram destruições em seu território, e enriqueceram vendendo armas e emprestando dinheiro aos países aliados; a produção industrial dos EUA em 1945 era mais do que o dobro da produção anual da década precedente (Coggiola, 2010, p. 10).

Das entranhas da referida guerra, moldou-se um quadro de “bipolarização” mundial capitaneada por duas grandes potências: de um lado, os Estados Unidos da América (EUA) – do *Bloco Capitalista* – e, do outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – do *Bloco Comunista*⁵¹; reconfigurando o mapa geopolítico internacional e dando início ao que se convencionou chamar *Guerra Fria*⁵². Também ficou marcado o surgimento de novas nações e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), posteriormente segmentado entre Banco Mundial (BM) e “Banco para investimentos internacionais”, e o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵³, passando a funcionar em 1946, com o objetivo oficial de manter a paz mundial e promover a “cooperação global” – porém, na prática, significou a busca de garantir a hegemonia mundial por parte dos EUA e da Europa, fundamentalmente para aqueles.

Destaquemos:

Abria-se uma etapa em que os EUA, no papel de potência hegemônica no mundo ocidental, cumpriram, simultaneamente, o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e a função de “emprestador de última instância” ou “prestamista internacional”, através da atuação de seu banco central, o *Federal Reserve*, FED, com importante papel como regulador da liquidez internacional do sistema (Coggiola, 2010, p. 06).

⁵¹ O confronto entre a URSS e os EUA já estava delineado antes mesmo do fim da Segunda Guerra. Era notório para a liderança soviética que os EUA, junto à Inglaterra, retardou ao máximo a criação de uma “Segunda Frente” (ou frente ocidental) para reduzir o peso da máquina de guerra nazista sobre a URSS. Ademais, o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki foi visto pelos principais líderes políticos dos Estados em guerra como um aviso e forma de intimidação à URSS.

⁵² A Guerra Fria foi aquecida pela competição na corrida armamentista e na corrida espacial, além de conflitos indiretos, como a Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra do Vietnã (1955-1975) e a Guerra do Afeganistão (1979-1989), e crises significativas, como a Crise dos Mísseis em Cuba (1962), o assassinato de John F. Kennedy (1963), a Guerra das Malvinas (1982) e o Caso Irã-Contras (1985-1987).

⁵³ Podemos sintetizar, com Coggiola (2010), da seguinte forma: “O delineamento de uma ‘nova ordem econômica mundial’ precedeu, durante a guerra, o estabelecimento da ordem política internacional, realizado na Conferência de San Francisco (1945) que deu origem às Nações Unidas. A conferência de *Bretton Woods* estabeleceu, em julho de 1944, regras para as relações comerciais e financeiras entre os países capitalistas industrializados” (p. 04). Ademais: “O FMI foi criado para a operação do sistema [de regulação do fluxo econômico mundial], supostamente ‘para suprir instrumentos de crédito destinados a aliviar dificuldades temporárias no balanço de pagamentos e problemas decorrentes de endividamento externo’[...]. O Banco Mundial tinha o papel de fornecer financiamento para a reconstrução da Europa destruída pela guerra, e depois para os ‘países em desenvolvimento’, outorgando-lhes financiamentos de longo prazo para projetos de investimento e programas de desenvolvimento” (p. 07).

Sob o discurso ideológico de busca pela paz mundial e da cooperação entre nações, as grandes potências não apenas mantiveram suas forças armadas e indústrias bélicas, mas as fortaleceram em um cenário cada vez mais marcado pelo armamentismo. Nesse contexto se institui o *complexo industrial-militar*, demonstrando, durante a II Guerra Mundial e todo o período subsequente de Guerra Fria, que conflitos bélicos são um ótimo negócio para o capitalismo.

Os gastos militares eram, para o sistema mundial capitalista, a principal causa da expansão, e ainda da diminuição de uma parte das desproporções que antes limitavam a capacidade de expansão. Os encargos militares davam solução ao problema colocado pela realização da mais-valia: preservavam a taxa de lucro no conjunto da economia e abriam, para as indústrias não armamentistas, mercados que de outro modo não teriam existido. [...] Os EUA puderam então produzir armamentos à vontade, sem a necessidade de novos investimentos para ampliação da capacidade industrial instalada: o PIB dobrou, em termos reais, entre 1939 e 1944; a taxa de desemprego da força de trabalho caiu de 17% em 1939, para 1% em 1944. No auge da II Guerra Mundial, em 1944, os gastos militares dos EUA alcançaram 38% do seu PIB. No pico da Guerra da Coreia, em 1953, 14%. Na Guerra do Vietnã, em 1966, alcançavam 9,4% do PIB. De um bilhão de dólares anuais gastos com despesas militares diretas em 1939, depois da guerra, os EUA passaram a gastar 12,9 bilhões em 1949, e 43,3 bilhões em 1958 (US News and World Report, 1º de março de 1957) (Coggiola, 2010, p. 20).

Os dois lados em disputa na Guerra Fria buscavam firmar tratados e protocolos entre os países que eram aliados e que haviam sido (e estavam sendo) “conquistados” na disputa ideológica e militar. Harry Truman (1884-1972), então presidente dos Estados Unidos, visava defender interesses do mundo capitalista contra a ameaça comunista, apoiando logisticamente guerras civis entre capitalistas e comunistas.

Assim,

[...] num discurso de março de 1946 [...], W. Churchill, que dirigira a Inglaterra no período da guerra [...] empregou pela primeira vez a expressão “cortina de ferro” (*iron curtain*) para designar a divisória que os “países comunistas” teriam erguido entre eles e os países “democráticos” e “ocidentais” (capitalistas). No ano seguinte, Truman identificou os países da “cortina de ferro” como os inimigos da “democracia ocidental”, atribuindo aos Estados Unidos a defesa de ambos (“democracia” e “Ocidente”); em seu discurso de março de 1947 ao Congresso norte-americano, o presidente anunciou uma série de medidas (econômicas e políticas) no plano internacional para apoiar e sustentar governos que se dispusessem a permanecer no “mundo livre” – isto é, permanecer dóceis à liderança dos Estados Unidos. Nascia a “doutrina Truman” e, com ela, a chamada *guerra fria* (Netto, 2014, p. 33).

Inserido na Doutrina Truman estava o *Plano Marshall* (ou Programa de Recuperação Europeia), anunciado em julho de 1947, que disponibilizou aos países europeus quantias financeiras para que fosse possível a recuperação social e econômica destes países. Claro está que, sob a aparência mistificadora de ajuda aos que estiveram no *front*, e sofrendo seus impactos diretos, encontrava-se o conteúdo real de atrelar tais países aos interesses capitalistas e do hegemonismo norte-americano, buscando deter o avanço comunista na Europa.

O Plano Marshall vigorou entre 1948 e 1952. A “reconstrução” promovida pelos recursos transferidos pelos EUA baseou-se fundamentalmente na recuperação dos mercados internos dos países, embora tenha sido bastante considerável a expansão do comércio internacional neste período. Outra dificuldade que o Plano resolvia era a da formação de uma demanda que assegurasse o escoamento da crescente produção dos EUA: o Plano Marshall era, antes do mais, um subsídio estatal aos exportadores norte-americanos. Depois, foi aprovada uma ajuda equivalente para o Japão (“Plano Colombo”) após a Guerra da Coreia (1950-53). [...] Os EUA também promoveram volumosos investimentos e missões de transferência de tecnologia (Coggiola, 2010, p. 13).

Em 1947, portanto, encontrava-se aberta a “temporada de caça” internacional aos comunistas. A diplomacia estadunidense fez tratados para alistar parceiros nessa luta contra a URSS. O primeiro foi o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), curiosamente na cidade do Rio de Janeiro (capital brasileira à época)⁵⁴. Nesse tratado, as nações latino-americanas formariam uma frente comum contra possíveis agressões vindas de potências externas: leia-se, União Soviética. Nesse sentido, é criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, iniciando uma relação de vínculos e dependências entre os países da América⁵⁵.

Na América Latina, o papel preponderante foi assumido pelos institutos políticos dos EUA, pelos pactos bilaterais ou pelos tratados regionais, sob patrocínio norte-americano. Era um método de dominação mais barato, porque evitava a custosa (e arriscada) tarefa de manter permanentemente tropas nos territórios considerados como de “interesse vital” (embora a ocupação direta fosse sempre o último recurso, como o demonstrou a lista de intervenções militares, as bases militares disseminadas pelo mundo). Depois da guerra mundial, a pressão política e militar sobre a América Latina completou-se com a assinatura (1947) do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), prevendo o direito de intervenção militar em qualquer país latino-americano em caso de agressão externa (Coggiola, 2010, p. 22).

Nesse mote, estabeleceu-se uma maior aproximação interamericana mediante intercâmbio intensivo de educação, ideias e métodos pedagógicos. Resulta daí a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) junto ao Ministério da Agricultura, onde havia responsáveis brasileiros e norte-americanos, sendo que em seguida surge a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). A partir desses dois

⁵⁴ Em 4 de abril de 1949 foi criada a Organização de Tratados do Atlântico Norte (OTAN), com o objetivo original de defender os países europeus ocidentais de um possível ataque das divisões soviéticas estacionadas na Alemanha Ocidental. Em 8 de setembro de 1954 criou-se a Organização do Tratado da Ásia do Sudeste (OTASE), como forma de estabelecer o domínio no Sudeste Asiático, principalmente após as guerras da Coreia (1950 a 1953) e do Vietnã (1955 a 1975), consideradas pelos Estados Unidos como ameaça à hegemonia norte-americana na Ásia.

⁵⁵ Ao se tratar da influência norte-americana na América é necessário fazer uma retrospectiva ao final do século XIX, quando através das Conferências Interamericanas houve uma implantação mais forte do “pan-americanismo monroísta”. A política dos Estados Unidos da América, após sua reconstrução, era de ganhar hegemonia no continente ao combater o colonialismo hispânico e concorrer fortemente contra as principais potências europeias. A Doutrina Monroe (1823), que levantava a bandeira de “América para os americanos”, na verdade podia ser entendida como “América para os norte-americanos”, pois os Estados Unidos queriam deter o controle sobre o continente americano – exemplo expressivo do projeto hegemônico dos EUA é a da Emenda Platt (na Constituição cubana de 1901) que referendou constitucional o intervencionismo estadunidense em Cuba.

acordos realizados, a veiculação das ideologias e os interesses norte-americanos estariam sendo implementados tanto no meio rural quanto no urbano. Será reproduzido no Brasil o modelo americano de extensão agrícola. Devido a esse fator, haverá a necessidade urgente de modernizar a agricultura e criar nas áreas rurais condições favoráveis ao sistema capitalista.

Tendo em consideração o contexto aludido, retornamos ao âmbito local, sempre compreendendo-o articuladamente ao internacional, desenvolvendo as características principais nos governos democráticos e as questões envolvidas do ensino superior.

2.4.2. O breve voo democrático entre 1945 e 1964

a) O Governo Dutra (1946-1951)

A primeira eleição direta para presidência após uma década e meia teve dois atores principais: um general e um brigadeiro, Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes, respectivamente. Com uma vitória altamente expressiva, de 55% para o primeiro contra 35% ao segundo, Dutra sagrou-se presidente como representante do Partido Social Democrático (PSD), partido este que estava articulado aos interventores e tinha no getulismo um importante combustível.

Logo a seguir, a Assembleia Constituinte foi convocada para elaborar uma nova Constituição, sendo então promulgada em setembro de 1946, restabelecendo as instituições democráticas, a liberdade de imprensa e os direitos civis. Apesar do seu caráter liberal-democrático, manteve-se a influência da Igreja Católica e, no que diz respeito ao direito dos trabalhadores:

Não se suprimiu o imposto sindical, suporte principal dos “pelegos”. O direito de greve foi reconhecido em princípio, mas a legislação ordinária tornou-o inoperante. A legislação definiu o que eram “atividades essenciais”, onde as paralisações não seriam permitidas, abrangendo quase todos os ramos (Fausto, 2009, p. 221).

Do ponto de vista econômico, o governo Dutra buscou seguir um modelo liberal, opondo-se à intervenção do Estado e a favor da liberdade de mercado. Porém, logo tal política se demonstrou um fracasso e outras medidas tiveram que ser tomadas, e ao final do governo já havia resultados economicamente positivos. Ao revés, para a classe trabalhadora se impôs a positividade das políticas de austeridade, refletindo na redução dos salários reais. Soma-se o fato de que seus setores organizados foram intensa e extensivamente reprimidos, sendo exemplar o fechamento do PCB e a cassação, em janeiro de 1948, dos mandatos de seus

políticos eleitos. Isso advinha, para além do peso do cariz conservador dos elementos internos, da política externa alinhada com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Em resumo, o governo de Eurico Gaspar Dutra ficou marcado como o período de retorno do país à democracia, alinhamento do país com os Estados Unidos, trazendo como consequência a abertura econômica às empresas dos EUA e ruptura com a URSS, medidas econômicas liberalizantes fracassadas, tentativa de estabelecer uma política econômica baseada na saúde, alimentação, transporte e energia (Plano Salte) e forte repressão aos trabalhadores organizados, enquanto impunha controle sobre os salários.

b) O retorno de Vargas pelas mãos do povo (1951-1954)

Em seguida, em 1951 Getúlio Vargas retorna à presidência, desta vez por meio de eleições diretas como candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Seu segundo mandato foi caracterizado por uma série de mudanças políticas e um fim pessoalmente trágico e politicamente significativo.

Vargas continuou a adotar uma abordagem chamada de “populista”⁵⁶, buscando apoio entre as classes trabalhadoras e promovendo políticas sociais, ao mesmo tempo em que costurava alianças com setores das classes dominantes. Durante seu governo, ele consolidou uma coalizão entre o PTB e o PSD, que lhe deu sustentação política.

Assim, adotou uma série de políticas econômicas que tiveram impacto significativo no país. Continuou a promover a política de substituição de importações, que buscava reduzir a dependência do Brasil em relação a produtos estrangeiros, estimulando a produção doméstica. Isso envolveu o incentivo à industrialização local e a criação de tarifas alfandegárias que

⁵⁶ Quanto ao termo “populismo”, adotamos seu uso aspeado por entrarmos em acordo com a avaliação de Netto (2014): “Embora avalizadas por sociólogos e cientistas políticos respeitados, as várias teorias do populismo (aliás, diferentes entre si) têm sido criticadas - não há consenso sobre sua real capacidade explicativa. E o seu emprego, especialmente vulgarizado nos meios de comunicação social, tem se notabilizado em geral por ser uma forma de desqualificar sujeitos políticos e organizações que gozam de apoio popular. A falta de rigor teórico permitiu tal banalização de seu uso que *populismo* passou a aplicar-se indiscriminadamente a métodos e organizações das mais variadas colorações políticas e ideológicas. No Brasil, o termo foi principalmente utilizado por intelectuais acadêmicos para dar conta do estilo político que notabilizou Vargas. Analisando a sua relação com os segmentos populares, especialmente a classe operária, aos quais aparecia encarnando a figura de ‘pai dos pobres’, a estrutura sindical que ele implantou e a instauração dos direitos sociais (configurados na ‘legislação social’ varguista), boa parte dos teóricos do *populismo* contribuiu para acentuar, naqueles direitos, um caráter de *concessão* e de *controle*, obscurecendo a sua dimensão de *conquistas* resultantes das lutas sociais. Este tipo de análise, ainda que conduzido em nome de um esforço de ampliação da democracia, com frequência resultou no favorecimento de *críticas elitistas* à ordem política brasileira. Assim foi que os conservadores e a direita colaram em Vargas o rótulo de *populista* visando desqualificá-lo. Repetiu-se o procedimento com Jango e seu partido (o PTB): foram sumariamente classificados como tais e igualmente desqualificados” (pp. 31 e 32). Nessa linha, em contexto mais recente, não raro valeu-se desse termo como designação a governos tão distintos, tanto à (centro)esquerda, como Lula, quanto à direita, como Bolsonaro.

tornavam os produtos estrangeiros mais caros em comparação com os produtos nacionais. Retomava, portanto, um desenvolvimento sob o patrocínio estatal com uma política de subsídios à expansão das indústrias com concessão creditícia, além da redução dos preços das matérias-primas, produzidas por empresas estatais.

Assim, o objetivo do nacionalismo econômico getulista era o de reservar a exploração mineral e as indústrias de base (siderurgia, usinas elétricas, construção de rodovias, eletrificação) ao capital privado de algumas empresas nacionais ou ao capital do Estado. Essa política econômica deixava ao capital estrangeiro as indústrias de bens de consumo. Também buscava reduzir a participação das empresas estrangeiras no comércio e nas atividades financeiras (como os bancos).

Durante seu governo, e no mote que o elegeu, foi criada a Petrobrás, em 1953. Essa empresa estatal desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da indústria de petróleo e gás no Brasil e na gestão dos recursos naturais do país. Além disso, também promoveu a industrialização e o desenvolvimento da indústria siderúrgica nacional.

Enfrentou desafios significativos em relação à inflação, e, para controlá-las, implementou medidas de austeridade fiscal e políticas de estabilização, que incluíam o controle de preços e a redução de gastos públicos. Tais medidas buscavam manter a estabilidade econômica, embora muitas vezes fossem impopulares.

Dessa forma, já contando com a forte oposição udenista desde o princípio, visto que estes eram contra as políticas nacionalistas e estatistas do governo, também lidava com as dificuldades de manter promessas junto ao povo que o elegeu, este pressionado pela perda do poder de compra com o não de aumento dos salários.

Após o então ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart, realizar uma proposta de elevar em 100% o salário-mínimo, em 1954, e ser encaminhado ao Congresso um projeto de criação da Eletrobrás, intensificando-se as críticas de empresários e conservadores, foi travada uma *Cruzada Democrática*⁵⁷ contra o governo federal, respondida com o efetivo aumento do salário-mínimo em 1º de maio. No entanto, o ato final para o governo viria em 5 de agosto de 1954, quando o jornalista Carlos Lacerda foi alvo de um atentado a tiros, mas sobreviveu⁵⁸. Getúlio Vargas acabou se envolvendo indiretamente no episódio devido às ligações de alguns

⁵⁷ União dos setores conservadores e reacionários, UDN e direitistas das Forças Armadas, pelo *impeachment* do presidente.

⁵⁸ O atentado ocorreu na Rua Tonelero, no Rio de Janeiro, quando Carlos Lacerda e o major da Aeronáutica Rubens Vaz estavam a caminho de suas residências. Ambos foram baleados, e Rubens Vaz faleceu em decorrência dos ferimentos. A investigação apontou que o atirador era Alcino João do Nascimento, um sargento da Aeronáutica. O autor intelectual do atentado, Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, admitiu a sua responsabilidade.

dos envolvidos com seu governo. O episódio desencadeou uma crise política e uma intensa cobertura midiática, já que Carlos Lacerda era um crítico ferrenho do governo de Vargas e desempenhava um papel destacado na oposição política.

O “Atentado da Rua Tonelero” contribuiu para aumentar a tensão política no país e acentuar as disputas entre os apoiadores e opositores do governo federal. A pressão pública resultante desse evento desempenhou um papel no contexto que levou ao suicídio de Getúlio Vargas poucos dias após o atentado, em 24 de agosto de 1954.

Seu gesto teve consequências imediatas. A massa urbana saiu às ruas em todas as grandes cidades, atingindo os alvos mais expressivos de seu ódio, como jornais da oposição e a representação diplomática dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. [...] A preferência por uma saída legal para a crise na cúpula do Exército e o impacto provocado pelas manifestações populares impediram que se concretizasse um golpe contra as instituições (Fausto, 2009, p. 231).

c) O Governo JK e o desenvolvimentismo (1956-1961)

Mesmo após uma forte campanha contra sua posse e uma tentativa de articulação golpista, Juscelino Kubitschek (1902-1976) ascendeu ao cargo no executivo federal do Brasil, com João Goulart como vice, em 31 de janeiro de 1956. Caracterizou-se por sua abordagem voltada para o desenvolvimento e pelo lema “50 anos em 5”, cujo propósito era impulsionar o rápido crescimento econômico do país e a sua modernização

De acordo com Kubitschek, a crise era vista como uma fase transitória e a pobreza como um estágio superável ao “despertar as energias latentes e lançar os alicerces de uma nação poderosa, capaz de proporcionar a seus filhos dignas condições de existência” (Oliveira *apud* Amann, 1984, p. 58).

No plano da política partidária, o acordo entre PSD e PTB garantiu o apoio aos principais projetos do governo no Congresso. [...] Um traço comum aproximava PSD e PTB, apesar de suas divergências: esse traço era o getulismo. [...] O getulismo do PSD reunia uma parte dos setores dominantes no campo, a burocracia de governo que nascera com o Estado Novo, uma burguesia industrial e comercial beneficiária do desenvolvimento e dos negócios propiciados pela inflação. O getulismo do PTB abrangia a burocracia sindical e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que controlava a estrutura vertical do sindicalismo e áreas importantes como a previdência social, uma parte da burguesia industrial mais inclinada ao nacionalismo e a maioria dos trabalhadores urbanos organizados (Fausto, 2009, pp. 234 e 235).

O “*Plano de Metas*” representou o alicerce da estratégia econômica de Kubitschek, estabelecendo um conjunto de 31 metas de desenvolvimento que abrangiam os setores de energia, transporte, indústria e educação. O objetivo principal era reconfigurar a infraestrutura do Brasil, estimulando, assim, o crescimento econômico. O financiamento do plano ocorreu por

meio de empréstimos internacionais e incentivos fiscais direcionados a investidores estrangeiros.

Um componente substancial do Plano incluiu a construção de rodovias, usinas hidrelétricas e outras infraestruturas, que aprimoraram a conectividade do país, estimulando o comércio e a produção. O setor automobilístico foi particularmente promovido (enquanto a construção de ferrovias foi notoriamente negligenciado), com a atração de montadoras internacionais para o Brasil.

O governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização. Mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades. Desse modo a ideologia nacionalista perdia terreno para o desenvolvimentismo (Fausto, 2009, p. 236).

No que diz respeito ao desenvolvimentismo, escusamo-nos a uma breve digressão. O desenvolvimentismo é a busca de expansão econômica nos moldes capitalistas, ou seja, através da prosperidade material, no qual a vida da população irá automaticamente melhorar como consequência do desenvolvimento geral. Seria a lógica de integração associada à expansão do sistema capitalista global. Haveria o objetivo de desenvolver a indústria de base no país como uma lógica associada entre desenvolvimento e industrialização. Além de tudo, é importante que haja uma abertura ao capital externo como forma de incentivar a expansão e sua continuidade. Todo esse processo de desenvolvimento desembocaria em um progresso equitativo, que não priorizaria uma classe em detrimento da outra e que significaria não só desenvolvimento econômico, mas também “garantia de ambiente de ordem e segurança”.

Outro projeto emblemático desse período foi a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para a recém-criada cidade de Brasília, situada no interior do país. Essa mudança tinha como bandeira a promoção do desenvolvimento do interior do Brasil e a distribuição do crescimento de forma mais equitativa. JK também continuou com a política de substituição de importações, com o objetivo de reduzir a dependência do Brasil de produtos estrangeiros, fomentando a produção local por meio do incentivo à indústria nacional e da imposição de tarifas alfandegárias para proteger os produtos locais. O governo de Kubitschek buscou estreitar as relações com parceiros comerciais, incluindo os Estados Unidos e a Europa, o que contribuiu para o acesso a empréstimos internacionais e investimentos estrangeiros.

A avaliação feita no início dos anos 1960 afirma que houve consideráveis êxitos na política de Kubitschek, com balanços positivos em suas metas, que chegaram a superar expectativas. No entanto, o crescimento econômico gerou ainda mais contradições, havendo grande decaimento dos salários dos trabalhadores enquanto ocorria expressivo crescimento da

produtividade. Tais problemas sociais se expressaram em aumento dos movimentos políticos que, exercendo grande pressão no governo, geraram mudanças no regime “populista”, elevando o número de empregos e a participação no consumo.

Na medida em que os frutos do desenvolvimentismo não se mostraram tão positivos quanto se afirmava, e setores dentro da Igreja passaram a criticá-lo, é criado dentro da própria instituição uma “Igreja dos Pobres”, que pregava que a Igreja deveria ser voltada para os pobres, ao invés da burguesia, e defendem, além de tudo, a Reforma Agrária. Esses novos setores começam a criar vínculos com outros setores da Europa que também criticam a Doutrina Católica.

Dentre os principais pensadores que influenciaram o Brasil nesse sentido estão Calvez, que reconhece a existência da alienação e da exploração; Mounier, que afirma que o capitalismo impede o desenvolvimento do homem; Le Bret, que estuda o desenvolvimentismo e percebe sua contradição a partir do grande crescimento das favelas no Brasil; além da Ordem dos Dominicanos que vão disseminar a experiência dos padres operários na França.

A Juventude Universitária Católica (JUC) foi a vanguarda da mudança da Igreja e da cultura cristã no Brasil e, de certo modo, a precursora do que seria a Teologia da Libertação. O pensamento católico francês foi, sem dúvida, um dos ingredientes mais importantes na preparação desse coquetel explosivo que é, no final da década de 1950, a ideologia jucista brasileira (Löwy, 2016, p. 245).

A Juventude Universitária Católica (JUC) foi a principal corrente que convergiu com os ideais marxistas e estendeu esses ideais para o pensamento cristão dentro do Brasil, se preocupando com os problemas políticos. Voltava-se para a defesa da reforma agrária, combatia os monopólios capitalistas e defendia uma libertação nacional, ou seja, possuía um claro objetivo revolucionário. Ocorre, conseqüentemente, um movimento de afastamento entre a JUC e a Igreja, onde grande parte dos dirigentes abandonam a instituição e formam uma nova organização política, a *Ação Popular*, que possui uma clara opção socialista.

d) De Jânio a Jango (1961-1964): começando com a vassoura, terminando com o porrete

Se as turbulências políticas do breve e tão interrompido voo da democracia brasileira já vinham de algum tempo⁵⁹, os anos 1960 gestaram e pariram uma série de eventos que dão caráter peculiar a essa década. O governo que se sucedeu ao de JK é uma composição possível pelas regras eleitorais da época, que permitia a votação e eleição de presidente e vice

⁵⁹ Os eventos que levaram à morte (suicídio) de Getúlio Vargas eram demonstrativos do horror dos setores dominantes diante dos avanços e conquistas das demandas populares, mesmo que “pelo alto”, e um prenúncio do impulso golpista conduzido pelas mãos militares.

concorrentes, questão essa que, já tendo precedente, seria determinante pelos desdobramentos futuros.

Jânio Quadros (1917-1992) teve uma acachapante vitória⁶⁰ por um partido sem grande expressão sob o mote de “varrer” a corrupção – carregando consigo, literalmente, uma vassoura que simbolizava essa pauta –, ganhando o apoio da UDN⁶¹. Por outro lado, a vice-presidência ficou com João Goulart, que se lançou na composição estabelecida entre o PSD e o PTB, com general Lott para presidente.

d.a) Jânio Quadros: o personagem inusitado e sua passagem relâmpago

Apoiado numa base conservadora, os sete meses de seu “governo relâmpago” foram cheios de atitudes controversas e até contraditórias com suas origens.

Das ações importantes, ressalte-se no plano das relações internacionais, a implementação do que então se chamou de *política externa independente*, defendida pelos setores nacionalistas e que excluía a obediência à política exterior norte-americana; esta nova posição brasileira relacionava-se à postura dos chamados “países não alinhados”, que se articularam a partir da *Conferência de Bandung*. A *política externa independente* de Jânio Quadros revelou simpatia pela Revolução Cubana (1959) e condecorou um de seus líderes, o argentino Ernesto “Che” Guevara, num gesto que irritou profundamente os segmentos conservadores, que conduziam, à época, uma cruzada anticomunista (Netto, 2014, p. 29).

Com essa face “esquerdista” na política externa, a UDN começará a lhe retirar o apoio, enquanto que o agravamento da inflação fez seu apoio popular esboroar. Não tendo logrado uma virada a seu favor com a renúncia em 25 de agosto de 1961 – entendida como parte de uma tentativa de pressionar o Congresso a lhe conceder poderes mais amplos –, imediatamente se colocaram duas movimentações políticas em cena: a dos setores legalistas, pela posse do vice-presidente Jango⁶²; e a dos setores conservadores e reacionários (com a cúpula militar na ponta), pela assunção do conservador que presidia a Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili.

Desse embate, após corajosa resistência dos setores democráticos capitaneados por Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul)⁶³, eclodiu um acordo: “Jango tomaria posse se o regime presidencialista fosse substituído pelo parlamentarismo” (Netto, 2014, p. 31). O

⁶⁰ Contando com 48% dos votos totais.

⁶¹ “Jânio corria em faixa própria, criticando a corrupção do governo e a desordem financeira. Sem ter um programa definido e desprezando os partidos políticos, atraía o povo com sua figura popularesca e ameaçadora que prometia castigo implacável aos beneficiários de negociatas e de qualquer tipo de corrupção. [...] Ele reunia as esperanças da elite antigetulista, do setor da classe média que esperava a chamada moralização dos costumes políticos e se via atingida pela alta do custo de vida, assim como da grande maioria dos trabalhadores” (Fausto, 2009, pp. 240 e 241).

⁶² Que na ocasião encontrava-se na China.

⁶³ A essa resistência deu-se o nome de *Campanha da Legalidade*.

presidente conseguiria retomar a “normalidade democrática” após um plebiscito em 6 de janeiro de 1963.

Antes de avançar, cabe destacar que a década de 1960 foi um período marcadamente revolucionário no território latinoamericano, e ganhou uma exponencial representação em 1959 com a Revolução Cubana, tomando o poder de Cuba das mãos do ditador Fulgêncio Batista⁶⁴, que seguia a lógica de política expansionista dos Estados Unidos. Esse episódio irradia sobre os demais países latino-americanos um *frisson* revolucionário.⁶⁵

No Brasil, esse acontecimento influenciou de maneira decisiva as massas populares e os intelectuais, que começaram a entrar em convergência com os interesses dos “de baixo”. Por causa desse desenvolvimento com impactos no nível de consciência da classe trabalhadora, esta passou a pressionar o governo com uma força ainda maior, reivindicando principalmente as Reformas de Base, que abordaremos mais à frente.

d.b) João Goulart: instabilidade política, radicalização e golpe

O governo de João Goulart (1919-1976) ficou caracterizado pela tentativa de fazer avançar um projeto de nação (no espírito varguista), com uma política externa independente, que ia de encontro aos interesses norte-americanos, amalgamando desde setores conservadores reformistas a comunistas, buscando retomar o crescimento econômico do país e realizar Reformas de Base. Estas foram a promoção de um conjunto de reformas que incluía a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária e a reforma educacional. Com elas, buscava-se atender às demandas do movimento sindical, do campo e estudantil. O objetivo era promover a igualdade social e econômica no Brasil.

De fato, “encarnava um projeto de desenvolvimento capitalista que se enfrentava com os mesquinhos e rasteiros interesses da grande burguesia e dos latifundiários, além de colidir com o imperialismo” (Netto, 2014, p. 73). Porém, enfrentaria grande resistência dentro do

⁶⁴ Os protagonistas deste processo, Fidel Ruiz Castro (1926-2016) e Ernesto “Che” Guevara (1928-1967), conduziram de maneira decisiva uma Revolução que, em sua gênese, não evocava o comunismo, mas posteriormente, em 1961, passou a adotar sua ideologia, implantando uma série de programas sociais e econômicos nessa perspectiva, como estatização das empresas privadas, nacionalização dos bancos, tomada das terras da Igreja pelo Estado e reforma agrária, além de reformas nos sistemas educacionais e na saúde.

⁶⁵ Cabe nota: “Em resposta à influência da Revolução Cubana, os Estados Unidos aprofundaram sua ingerência na América Latina, operando em dois níveis: o legal, através de ‘programas de ajuda’ (o mais importante foi a *Aliança para o Progresso*, lançado por Kennedy em 1961 e cujos pífios resultados levaram à sua extinção em 1969), e o clandestino, com as iniciativas encobertas da CIA, a agência central de inteligência norte-americana [...], [que] envolviam desde a espionagem pura e simples até a orquestração de campanhas desestabilizadoras de governos democráticos, do financiamento clandestino a organizações de extrema-direita ao patrocínio de ações terroristas e criminosas” (Netto, 2014, p. 37).

Congresso Nacional – majoritariamente composto pelo campo conservador –, e o agravamento da situação econômica (com as tentativas de reanimação da economia não logrando sucesso) fragilizava ainda mais sua situação frente aos diversos setores da sociedade.

Trocando em miúdos: os elementos que tentavam conectar o amplo leque de alianças formado por variados espectros políticos iam perdendo aderência, os conservadores reformistas migravam para o campo da oposição, e a ala mais à esquerda radicalizava a pressão por reformas de base; soma-se a isso a ferrenha oposição externa dos Estados Unidos (que, na verdade, era muito interna também na intensa atividade do embaixador dos EUA, Lincoln Gordon) diante do posicionamento “não alinhado” do governo⁶⁶.

Nesse sentido, formou-se dois campos que polarizaram o cenário político brasileiro no desenlace dos fatos até 1964. Com uma composição heterogênea, são eles:

O campo nacional-reformista [, que] envolvia alguns setores burgueses, pequeno-burgueses, trabalhadores e proletários; tinha suas bases no movimento operário e sindical, nas ligas e sindicatos camponeses e em entidades estudantis; expressava-se sobretudo através do PTB, alguns segmentos do PSD e minimamente da UDN e de partidos menores da esquerda (dos quais o que ganhava maior audiência era, sem dúvida, o ilegal PCB) – e trazia em seu bojo um largo leque de tensões e contradições. Também o campo conservador-direitista não constituía um bloco homogêneo: aglutinava os grandes proprietários fundiários, o grosso do empresariado, os banqueiros, estratos da pequena burguesia, pequenos proprietários e as empresas imperialistas atuantes no país; no entanto, unificava-se mais rápida e solidamente, na medida em que seus interesses coincidiam em frear o processo de democratização e suas consequências socioeconômicas – e o cimento que ligava seus vários componentes era um caldo cultural e ideológico elitista, conservador, antipopular e antidemocrático, do qual a síntese era o anticomunismo (Netto, 2014, p. 53).

Dois eventos em 1964 foram a “pá de cal” para o governo Jango. O primeiro foi o discurso proferido pelo presidente para 200 mil pessoas em 13 de março, na Central do Brasil, de conteúdo mais radicalizado em defesa das reformas de base. Com isso acentuaram-se as campanhas em prol do golpismo. O segundo evento, em 25 de março, – de fato, o sepultador – foi aquele que garantiu a adesão dos setores das forças armadas que titubeavam frente à ruptura com a legalidade: a chamada “revolta dos marinheiros” – fomentada pelo traidor e suspeito de

⁶⁶ “Já a partir de 1961 o Departamento de Estado norte-americano e a CIA desenvolveram atividades específicas para a desestabilização do governo de Jango, visto por Washington como ‘não confiável’ e ‘infiltrado’ por comunistas. [...] Desde os anos 1950, a CIA monitorava programas com os quais o governo norte-americano procurava influir na formação de policiais civis brasileiros [...]” (Netto, 2014, p. 38). Além disso, “a ingerência da CIA foi marcante no financiamento de entidades como o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática*/IBAD, [...] cujo objetivo principal era corromper processos eleitorais, e a *Ação Democrática Parlamentar*/ADEP, organizada em 1962, assim como o *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais*/IPES, criado por empresários brasileiros também em 1962 [...]”. Também podemos colocar na conta da CIA (ou saindo da conta, em forma de financiamento), a “corrupção do movimento sindical (tratando de constituir, no Rio de Janeiro, a *Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres*/REDESTRAL e, em São Paulo, o *Movimento Sindical Democrático*/MSD) e do movimento camponês (criando o *Serviço de Orientação Rural de Pernambuco*/SORPE, para dividir as *Ligas Camponesas*); igualmente, [...] subsidiou e orientou a ação de entidades como a já citada *Ação Democrática Parlamentar*/ADP, a *Campanha da Mulher Democrática*/CAMDE e a *Frente da Juventude Democrática*/FJD” (Netto, 2014, p. 39).

ser agente da CIA, “Cabo Anselmo” – fez declinar qualquer oposição interna entre os militares à instauração do golpe que, com a ciência da embaixada norte-americana, viria à tona em 1º de abril.

A ditadura se efetivará numa verdadeira inflexão nos rumos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O dia que viria a durar 21 anos interrompeu o governo de João Goulart, notavelmente popular, democrático e progressista, que reunia latentes possibilidades de giro à esquerda, de teor revolucionário. Seu significado nos rumos da sociedade brasileira não foi mínimo. Quer dizer,

[...] ele não representou simplesmente a deposição de um presidente no legítimo exercício de seu mandato – *significou à época a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar substantivamente a sociedade brasileira* (Netto, 2014, p. 77).

Desse modo, tivemos o “encerramento” de um capítulo da democracia brasileira, cujo livro chamado *formação do Brasil* está repleto de páginas intensamente rabiscadas por forças que ora atrasam ora impedem o avanço da participação ativa dos subalternos na escrita da sua história presente e futura. A despeito disso, a roda da história segue viva e não permite que se anule a inscrição dos que insistem em ver “a manhã renascer e esbanjar poesia”, de onde uma rosa pode nascer, furando “o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”.

Antes, porém, de adentrarmos no período da ditadura civil-militar, torna-se necessário apresentar os principais elementos que, no contexto do período que Cunha (2007b) denomina “república populista” (1945 a 1964), condicionaram o desenvolvimento do campo educacional, especificamente na esfera do ensino superior.

2.4.3. Reflexos e inflexões do período democrático no ensino superior

Conforme abordado anteriormente, o período compreendido como o Estado Novo, entre 1937 e 1945, marcou uma fase de controle ditatorial do Brasil por Getúlio Vargas. Durante esse tempo, houve uma aproximação do governo brasileiro com o fascismo⁶⁷, e a repressão tanto aos liberais quanto aos comunistas, destacadamente a estes, foi notória. A universidade foi submetida a um forte controle, com o propósito principal de formar uma elite, restando à classe trabalhadora apenas o acesso à formação técnica, voltada para as necessidades da indústria.

⁶⁷ Ainda que buscasse se destacar de movimentos de inspiração fascista no Brasil, como a AIB, tendo reprimido seus integrantes de forma contundente diante da tentativa de eles tomarem o palácio da Guanabara em reação ao decreto-lei nº 37 de 1937 – que extinguiu as agremiações políticas em todo o país, inclusive a dos integralistas, outrora apoiadores do governo.

Exemplar é o Sistema S (inicialmente Senai), criado em 1942, visando o ensino e a qualificação da mão de obra operária do país.

As políticas públicas do período refletiam as tensões entre grupos autoritários, trabalhadores e burguesia nacional, que buscavam influenciar os rumos da nação. Esse cenário ganhou nova tônica ao final de 1945, com a realização de eleições livres após o governo de Vargas, que retornaria como presidente, então eleito, em 1951.

Durante esse período, as ideias liberal-democráticas ganharam força, refletidas na Constituição de 1946. Ao contrário da Constituição de 1937, a nova reconheceu a educação como um direito do cidadão e estabeleceu recursos mínimos para garantir esse direito. Além disso, **a nova Constituição determinou que a União fosse responsável por legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional** (Lombardi, 2014, p. 32 – destaques nossos).

A mudança na conjuntura política possibilitou o fortalecimento da autonomia universitária, embora, na prática, a liberdade real nas universidades tenha sido limitada.

A modernização do ensino superior ganhou impulso durante esse período, com iniciativas tanto pelo Estado quanto por setores da sociedade civil. Inicialmente, a modernização foi liderada pelo segmento militar do Estado, com a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em 1947⁶⁸, durante o governo do general Dutra. A influência dos modelos norte-americanos era evidente. Posteriormente, diversas iniciativas surgiram tanto dentro quanto fora do governo na perspectiva de modernizar o ensino superior⁶⁹. Isso culminou na criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, que também se baseou nos padrões norte-americanos de organização universitária. A UnB simbolizava a modernização capitalista do país e uma nova perspectiva para a organização universitária.

O movimento pela modernização do ensino superior no Brasil, embora se faça sentir a partir de então [com a criação do ITA], vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB). Instituída por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, a UnB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30 (Fávero, 2006, p. 29).

Dessa forma, as mudanças no sistema educacional foram dinamizadas pela ocorrência de diversos fatores, que desempenharam papéis significativos. A mobilização popular

⁶⁸ “A existência do ITA como uma ilha de ensino superior moderno num mar de escolas arcaicas animou os reformadores do ensino, principalmente aqueles que viam na sua modernização o caminho necessário para que o país adquirisse a maioria científica e tecnológica indispensável, por sua vez, para viabilizar o rompimento dos laços de dependência do exterior, ou, então, para os reforçar, no intuito de modernizar o país, começando pelo sistema educacional, à imagem do paradigma do país capitalista hegemônico — o mais ‘desenvolvido’” (Cunha, 2007b, p. 130).

⁶⁹ São exemplares as criações, nesse período, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) – instituição privada formada por cientistas brasileiros – e da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), do MEC.

alimentada pelas políticas que impactaram em flutuações nos preços e salários, levando às lutas sociais e à busca das reformas de base; o aumento na demanda por educação superior, impulsionado principalmente pelo deslocamento das camadas médias, mas também pela migração das populações rurais para as áreas urbanas e pela crescente demanda por educação entre as mulheres, resultado da crescente dinamização da economia capitalista. Além disso, os mecanismos políticos relacionados ao “populismo” desempenharam um papel importante, especialmente o de trocas políticas que levou à criação de mais escolas, principalmente de nível médio. Ademais, a ideologia nacionalista, centrada no desenvolvimento e na redução da dependência externa, também demandava um ensino superior modernizado para atender a essas necessidades.

À medida que ficava mais difícil acumular o capital necessário ao ingresso nas classes dominantes, passou-se a definir o topo das burocracias públicas e privadas como o alvo de ascensão. Buscava-se a promoção no interior das burocracias resultantes (as privadas) e propiciadoras (as públicas) do próprio processo de monopolização que inviabilizou o modelo empresarial de ascensão. Como essas burocracias são organizadas de forma hierárquica, utilizando os graus escolares como requisitos de admissão e promoção aos diversos níveis de poder, remuneração e prestígio, houve uma demanda de escolarização em todos os graus. O ensino superior, por ser mais raro, teve a sua demanda aumentada numa proporção superior à dos outros graus (Cunha, 2007b, p. 43).

A pressão para alterar os mecanismos que limitavam o acesso ao ensino superior levou a mudanças significativas nesse nível de ensino. Dentre as principais, estavam: a atenuação da estrutura dual do ensino médio; a expansão do número de vagas no ensino superior; a unificação dos exames vestibulares em alguns casos; a progressiva eliminação das mensalidades no ensino superior, culminando na gratuidade total; e um maior envolvimento do Estado no financiamento do ensino superior. Com isso, muitas instituições estaduais, municipais e particulares foram “federalizadas”. Durante esse período, foram alvos de debates os exames vestibulares, incluindo a possibilidade de sua abolição, mas tais mudanças não se efetivaram, e projetos relacionados foram rejeitados.

A conjugação dos processos geradores da demanda e da oferta do ensino superior levou a um intenso crescimento das matrículas. De 27.253 estudantes, em 1945, passou-se a 142.386, em 1964, ou a um crescimento anual linear de 12,5%. Foi a ampliação das matrículas nas escolas públicas existentes e a criação de novas que responderam pela maior parte dessa expansão. Em 1954, já em crescimento acelerado, as escolas e universidades públicas abrangiam 59,7% das matrículas, aumentando um pouco sua participação até o fim do período analisado, chegando a 61,3% em 1964 (Cunha, 2007b, p. 79).

O processo de “federalização” levou à unificação das instituições isoladas em universidades, por meio da integração financeira e administrativa, representando uma transformação fundamental no ensino superior nesse período.

No entanto, houve também antagonismos em relação ao processo de integração do ensino superior. Alguns tentaram restaurar a dualidade na educação superior por meio de um projeto que visava a criação da Universidade do Trabalho, esquecida com o fim do governo de Jânio Quadros, mas recuperada uma década e meia depois, e pela limitação do papel do Estado na educação superior como mantenedor de sua gratuidade. Além disso, a criação de cidades universitárias implicou em um movimento duplo de integração e segregação (Cunha, 2007b, pp. 84 e 85).

Durante o período “populista”, a educação no Brasil foi palco de disputa entre frações burguesas e populares, cada um buscando imprimir sua perspectiva sobre a educação frente às mudanças sociais e do crescente conflito ideológico entre diferentes setores. As perspectivas adotadas pelos governos nesse período refletiram as tensões entre o anticomunismo e a influência liberal norte-americana. Gradualmente, esta se tornou mais presente na sociedade brasileira, alimentando conflitos entre distintos grupos da burguesia. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1948 tenha refletido essas tensões e contradições, não foi sancionada constitucionalmente até 1961.

Em oposição a essa política educacional [do Estado Novo] encarnada no sistema escolar, a concepção liberal, voltada para a estruturação de um ensino flexível e aberto, passou à posição hegemônica no Estado, pelo menos no âmbito do Ministério da Educação. Essa concepção se corporificou no projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional, de 1948, o qual buscava eliminar as barreiras interpostas entre o ramo secundário e os ramos profissionais do ensino médio, entre estes e o ensino superior. O projeto atendia os egressos das escolas profissionais do primeiro ciclo do grau médio (escolas comerciais, industriais, agrícolas e normais) que buscavam o ensino secundário no segundo ciclo de modo que obtivessem o necessário credenciamento à candidatura irrestrita ao ensino superior (Cunha, 2007b, p. 67).

Embora a LDB não tenha sido sancionada constitucionalmente em 1948, uma série de leis começaram a abrir caminho, atendendo demandas pontuais dessas visões em disputa. As leis 1.076/1950, 1.821/1953, 3.104/1953 e o decreto 34.330, de outubro de 1953, facilitavam o acesso ao vestibular de estudantes de cursos fora do ginásio, equiparando cursos secundários de formação diferente⁷⁰.

Essa série de medidas parciais, visando todas facilitar, direta ou indiretamente, a candidatura ao ensino superior, foi completada pela lei de diretrizes e bases da educação nacional, promulgada em dezembro de 1961, esta verdadeira “lei de equivalência” dos cursos de grau médio, para efeito de promoção no sistema escolar. Todos os cursos de grau médio ganharam plena “equivalência”, garantida pela presença, nos cursos técnicos, de disciplinas do secundário, em ambos os ciclos. Com isso, o ingresso no segundo ciclo do secundário de concluintes dos cursos técnicos do primeiro ciclo deixou de depender de exames de adaptação (Cunha, 2007b p.70).

⁷⁰ “Mas, se aumentavam as oportunidades de escolarização no ensino médio, pela criação de novas escolas e pela ampliação das vagas nas existentes, elas não tinham todas o mesmo currículo (embora tivessem disciplinas comuns) nem ofereciam ensino de mesma qualidade, nem, ainda, recebiam estudantes de idêntica formação prévia e motivação. Por isso, mesmo que os certificados de conclusão da escola de grau médio permitissem inscrição nos concursos vestibulares de quaisquer cursos superiores, como veio a acontecer após 1961, as chances de aprovação estavam desigualmente distribuídas” (Cunha, 2007b, p. 71).

Essa lei refletiu as disputas de interesses entre a burguesia “nacionalista” e a burguesia “privatista”, que estava mais alinhada com os modelos de educação dos Estados Unidos. O resultado foi um compromisso que permitiu maior acesso ao ensino superior através da expansão do sistema público e da criação de universidades privadas.

Conforme já abordamos, com a posse de João Goulart ocorre uma intensificação na pressão por parte dos movimentos dos trabalhadores, das Ligas Operárias e dos estudantes pelas reformas, intimamente ligadas aos movimentos político-econômicos supracitados. A conjunção de forças entre proletariado urbano e campesinato gera uma grande força dessas frações de classes nas lutas sociais.

O Movimento de Educação de Base (MEB) está em auge nesse momento e ganha repercussão desde a Conferência Nacional de Bispos do Brasil, na qual foram encaminhadas propostas de criação de um movimento educativo a Jânio Quadros, o que caracteriza a já referida preocupação da Igreja Católica com a educação de adultos.

Então, percebe-se quão mais político vai se tornando esse movimento, que vai abandonando seu caráter religioso e messiânico (sem querermos afirmar a sua não coexistência) e adota um modelo de atuação que visa realmente dar um novo vislumbamento de mundo, mais crítico, às classes subalternizadas.

O período também testemunhou uma rebelião estudantil contra a ordem social existente, radicalizando a já existente União Nacional dos Estudantes (criada em 1938). Dessa feita, é da iniciativa destes que virão os projetos de reforma universitária no Brasil, ganhando o apoio de alguns professores à medida que o movimento se intensificava. As propostas do movimento estudantil estão contidas especialmente nos documentos do I e II Seminários Nacionais de Reforma Universitária (Carta da Bahia e Carta do Paraná), realizados em 1961 e 1962. Também destaca-se seminário realizado pelos reitores após o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pelos estudantes, e textos do CFE sobre a matéria, os quais denotam a preocupação da burocracia educacional “em absorver a luta pela reforma universitária”.

O projeto de uma reforma do ensino superior brasileiro, tendo em vista a democratização, nasceu e se desenvolveu nos meios estudantis. Foi só nos fins da república populista, quando a reforma universitária constava do rol das “reformas de base”, que alguns professores engrossaram o movimento. À medida que o movimento pela reforma universitária se intensificava, o Estado passou a incorporar essa bandeira, acabando, depois de 1964, por arrebatá-la completamente, redefinindo o seu sentido para torná-lo mero apoio à modernização do ensino superior (Cunha, 2007b, p. 169).

Assim, a concepção de reforma universitária estudantil nascida nesse contexto e guiada por esses atores se expressa ainda de forma tímida no documento Carta da Bahia, redigido e

formulado após o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em maio de 1961, na cidade de Salvador:

A maior parte da Carta da Bahia refere-se, entretanto, ao papel da universidade na formação de profissionais de nível superior. Para o melhor cumprimento desse papel é que foram traçadas diretrizes da reforma universitária. Quase todas elas coincidem com as demandas de modernização do ensino superior de setores do Estado: quebra das barreiras entre as faculdades; criação de institutos; organização do regime departamental e do trabalho docente e discente em tempo integral; extinção da cátedra vitalícia; estruturação da carreira do magistério com base em cursos de pós-graduação, em tempo de serviço e em realizações profissionais; “remuneração justa” para os professores e “assistência ao estudante” como bolsa de estudo, alimentação, alojamento e trabalho remunerado dentro da universidade; “incentivo à pesquisa científica, à pesquisa artística e à mediação filosófica” (Cunha, 2007b p. 183).

No ano seguinte, em seminário realizado no Paraná, a Carta do Paraná reiterou pontos reivindicados anteriormente, mas se tornou ainda mais crítica em suas análises, assumindo pontos anti-imperialistas e que apontavam para uma necessária mudança societária rumo ao socialismo, para que assim a universidade pudesse exercer a função de voltar-se para a população e suas demandas reais.

Tal “chegada” do pensamento crítico ao ensino superior nacional também influenciou o ativo movimento católico dos estudantes, conforme explicita Cunha (2007b). Tal movimento ocorreu em consonância com ideias socialistas que permearam o catolicismo no pós-guerra mundialmente, fenômeno já aludido no texto.

Ocorreu em 1958 o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a participação de Paulo Freire e que marca o início da preocupação de intelectuais com a questão da educação popular e que visam compor “um vínculo orgânico com as classes trabalhadoras”. Surge deste congresso um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização, que convergiu no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire. Neste âmbito, diversas fontes (marxistas radicais até humanistas cristãs europeias) influenciaram os movimentos.

A educação de adultos é, então, concebida não mais enquanto mera alfabetização de adultos nem objetiva exclusivamente a formação de eleitores que ampliem as bases de representação da democracia liberal. Ela pretende, sim, formar indivíduos conscientes de sua posição no mundo e da relevância de sua contribuição à mudança das estruturas socioeconômicas do país e vincula-se à cultura popular. Em tal conjuntura entra em cenário a figura de Paulo Freire, que ensaia os primeiros esboços de seu método pedagógico e suas propostas [...] inspiram-se nos pensadores europeus, principalmente Piaget, Maritain e Mounier (Amann, 1984, p. 61).

Dessa forma, percebe-se a importância que é levar a educação para as classes trabalhadoras em uma conjuntura de tomada de consciência política e visão desmistificada do mundo.

Portanto, é cabível afirmar que essa crítica à universidade é fruto desse aporte de ideias e do entendimento de que a universidade deve trabalhar em função de uma mudança societária voltada ao atendimento das demandas populares, o que, por sua vez, culminou em pressões de setores conservadores, tementes a essa concepção universitária em crescimento.

Assim, o período da “República Populista” se caracterizou por uma disputa acirrada em prol de uma reforma educacional desejada por vários setores, cada qual com concepções próprias sobre o ensino superior e que, embora tenha tido sua política consolidada na forma de um arranjo de interesses pela LDB, não satisfez nenhum destes setores.

Nessa conflituosa disputa entre propostas de modernização, reforma universitária e outras demandas, o golpe militar de 1964 destituiu João Goulart, pondo fim a qualquer avanço popular, ou minimamente progressista, e impôs um modelo educacional que passou a buscar a manutenção ideológica das universidades pelo controle repressivo e uma modernização próxima a concepção universitária norte-americana, já influente num crescente de aceitação desde o pós-guerra.

Em suma, o período do pós-Segunda Guerra Mundial no Brasil foi caracterizado por mudanças na política e na sociedade que tiveram impacto na educação superior e na autonomia universitária. À medida que o Brasil transitou de um governo autoritário para uma democracia mais aberta, houve lutas por reformas educacionais e maior acesso à educação superior. No entanto, esses esforços foram interrompidos pela investida militar de 1964, que impôs restrições severas às universidades e à liberdade acadêmica, principalmente a partir da Reforma Universitária de 1968. Tal período e os elementos que conformaram a política educacional e o ensino superior serão abordados em seguida.

2.5. A entrada no monopólio pela via civil-militar e a Reforma Universitária sob motes autocráticos

Nesse item, apresentaremos a inserção plena do Brasil ao capitalismo dos monopólios de forma subordinada ao capitalismo central pela via militarista em prol da garantia dos interesses burgueses, principalmente dos setores associados ao capital externo, como demonstrou-se no ativo acompanhamento e financiamento indireto dos EUA ao golpe civil-militar. Seus impactos, sendo generalizados sobre a sociedade brasileira, podem ser visualizados também no desenvolvimento do ensino superior nesse período, alinhado aos interesses norte-americanos corporificados pelos acordos MEC-USAID, que conduziram uma

modernização e ampliação das Universidades, inclusive dos programas de Pós-Graduação, aos moldes do interesse do capital.

2.5.1. A Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

O golpe de 1º de abril de 1964, em nome da ordem, da família, da tradição e da propriedade, logo apresentou seu quadro, em que se

[...] instaurou o arbítrio e a violência. Governadores legítima e democraticamente eleitos foram depostos *manu militari* (o de Pernambuco, Miguel Arraes, o de Sergipe, Seixas Dória e, meses depois, em novembro, Mauro Borges, de Goiás) e políticos de oposição jogados nas cadeias. Irrompeu o terrorismo: líderes sindicais, estudantis e dirigentes de organizações nacionalistas e populares foram presos arbitrariamente e submetidos a tratamento vexatório; o movimento sindical passou por uma “operação limpeza”: de abril a dezembro, o novo regime interveio em 452 sindicatos, 43 federações e 3 confederações de trabalhadores urbanos; membros das Ligas Camponesas foram perseguidos e encarcerados; assassinatos foram cometidos (oficialmente, apenas 7 civis – nenhum militar – foram mortos no dia 1º de abril; ao longo do ano, morreram mais 13 pessoas); centenas de brasileiros escaparam do terror saindo pelas fronteiras do sul e levados de exilados refugiaram-se em embaixadas estrangeiras; milhares de domicílios, escritórios e consultórios viram-se invadidos e varejados; expurgo rigoroso iniciou-se nas Forças Armadas e em organismos estatais e autarquias; bibliotecas foram objeto de assaltos e ataques policiais; o ódio dos violadores da legalidade destruiu espaços de organizações e instituições culturais: no Rio de Janeiro, a sede nacional da UNE foi incendiada e a do ISEB, vandalizada; jornais nacionalistas e democráticos (os poucos que existiam), editoras e livrarias foram empasteladas e fechadas (Netto, 2014, p. 70).

Se o golpe, e a ditadura então implantada, foram administrados pelos militares, este foi efetivamente

[...] um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus gestores, “gringos” e brasileiros) (Netto, 2014, p. 74).

Desta feita, abre-se uma fase no desenvolvimento capitalista brasileiro caracterizada como *modernização conservadora*, em que, ao recusar a via do *nacional-reformismo*, as classes dominantes, destacadamente aquelas articuladas ao capital estrangeiro, escolhem a opção mais segura e à qual já se viam acostumadas, a “aventura” militar⁷¹.

Coube ao marechal Castelo Branco realizar as primeiras medidas à frente do Estado, servindo ao comando militar autoritário. Baixado o primeiro Ato Institucional (de um total de

⁷¹ “A tutela militar assegurou a redução dos conflitos que certamente levariam à divisão do bloco de forças vitoriosas no 1º de abril, bloco das classes proprietárias; com efeito, se todas se unificaram na defesa dos seus privilégios para derrubar o governo Jango, havia entre elas tanto interesses comuns quanto tensões e contradições, uma vez que eram forças muito heterogêneas (grandes e médios burgueses, banqueiros, latifundiários e representantes de interesses imperialistas) – a solução militar garantiu governos que, defendendo os *interesses comuns* de todos esses setores, puseram-se a administrar os *conflitos específicos* entre eles” (Netto, 2014, p. 84).

17 que viriam a existir), AI-1, em 9 de abril, pelo autodenominado *Comando Supremo da Revolução*, suspendendo por sessenta dias as garantias da Constituição, foram iniciadas as perseguições, suspensões de mandatos, demissões, prisões, e mais um amplo leque de autoritarismo impetrado logo nos meses iniciais do novo regime armado. Ademais, além de fortalecer o Executivo, buscou-se aumentar a segurança do Estado, e foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) em junho do corrente ano, com a missão de espionar, identificar e enjaular os inimigos da ditadura.

Durante o governo Castelo Branco, sem deixar de se valer da repressão sistemática, tentava-se cobrir o regime com uma “manta democrática” que, no decorrer dos fatos, foi sendo consistentemente retirada, como o demonstra, dentre outras medidas, a instauração do AI-2. Com ele, prorrogou-se o mando ditatorial-militarista, que seu governante havia garantido desfazer com eleições presidenciais em 1965, e se instituiu a existência de apenas dois partidos: a *Aliança Renovadora Nacional* (Arena), representante da situação, e o *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), oposição consentida. A isso se atribui a força exercida, desde dentro, de um segmento do militarismo a que se denominou *linha dura*, fazendo-se representar, dentre outros, pelo ministro da Guerra, Artur Costa e Silva. Mesmo com a preservação de princípios que mantinham os diversos grupos enlaçados pela manutenção da ditadura, sua heterogeneidade era incontestada, e, à “linha dura”, opunha-se a ala em que Castelo Branco se inseria, denominada de *Sorbonne*⁷².

Netto (2014) afirma que a concepção ideológica que amalgamou os dois grupos poderia ser situada na Doutrina de Segurança Nacional, inspirada em similar norte-americana.

Para a Doutrina de Segurança Nacional, a questão central é a garantia da *segurança interna*, que exige duas condições: a criação de um *aparato repressivo*, encimado por uma *rede de informações* que permita detectar o “inimigo interno” (os “subversivos”), capaz de neutralizá-lo/eliminá-lo, e a implementação de uma *política de desenvolvimento econômico*, eficiente e assentada no planejamento para assegurar a força militar do Estado (Netto, 2014, p. 87).

Em prol dessa política de desenvolvimento econômico que se orientariam os mecanismos do Estado a fim de atender aos interesses monopolistas.

Findo o “mandato” de Castelo Branco, em 15 de março de 1967, Costa e Silva o sucederia, significando a assunção da “linha dura” ao protagonismo da cena política e na

⁷² Quanto a estes, estavam vinculados, em sua origem, à *Escola Superior de Guerra* (ESG), donde se destacaram importantes formuladores e ideólogos do militarismo. Resumidamente: “em geral, tratava-se de altos oficiais com uma concepção estratégico-elitista do seu papel na sociedade e com preocupações que iam mais além das tarefas profissionais e administrativo-burocráticas da vida da caserna” (NETTO, 2014, p. 85). No que diz respeito à “linha dura”, “eram oficiais de visão estreita, pouco intelectualizados, pragmáticos e frequentemente oportunistas; encontraram apoio sobretudo entre os coronéis que subiram rapidamente na hierarquia em 1964 graças aos expurgos então promovidos” (*ibidem*).

condução do Executivo federal. Pouco antes, porém, é aprovada uma nova Constituição, que absorvia as deliberações dos Atos Institucionais e diversos decretos, fortalecendo a centralização política nas mãos do presidente e ampliando os poderes repressivos.

O desenrolar dos fatos apresentaria um aumento significativo de movimentos de contestação (aberta e clandestina) ao governo militar: setores estudantis, intelectuais e da cultura, e até operários – que vinham sofrendo com as políticas de arrocho salarial –, sendo a *Passeata dos Cem Mil* – organizada em protesto à morte de Edson Luís – a maior pós-golpe até então e uma expressão cabal do descontentamento geral.

Diante disso, a resposta dada é a escalada da repressão e, após fechar o Congresso, numa sexta-feira 13, em dezembro de 1968, é editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁷³ – “o golpe dentro do golpe” –, dando início, com Garrastazu Médici no poder a partir de 1969, aos chamados “anos de chumbo”.

Essas ações coercitivas ganhavam justificativa sob o mote da defesa do Estado e da estabilidade econômica. Foi nesse período o desenvolvimento do “*milagre econômico*”, estratégia de expansão industrial, beneficiando a elevação dos ganhos das elites e classes médias altas, enquanto aplicava-se o arrocho salarial e fazia erodir o poder aquisitivo da “massa” trabalhadora. Com isso, o Estado atinge seu ápice na plena inserção do monopólio e seu projeto de modernização no aparelho político.

De acordo com Netto (2015):

O que fora, até então, uma *ditadura reacionária*, que conservava um discurso coalhado de alusões à democracia e uma prática política no bojo do qual ainda cabiam algumas mediações de corte democrático-parlamentar, converte-se num regime político de *nítidas características fascistas*. No bloco sociopolítico dominante, conquista preeminência indiscutível o componente mais reacionário do pacto contrarrevolucionário, aquele que corporifica os interesses do grande capital monopolista imperialista e nativo. O processo de concentração e centralização capitalistas, com a desobstrução do campo realizada pelo PAEG e, em muito menor medida, pelo *Plano Estratégico de Desenvolvimento* (PED, do governo Costa e Silva), acelera-se velozmente - é que a estrutura do Estado, então, é inteiramente redimensionada e refuncionalizada para servir e induzir à concentração e a centralização. Se, entre 1964 e 1968, a ditadura assumiu o Estado, *ela agora cria as suas estruturas estatais*. Com efeito, é neste momento do ciclo autocrático burguês que a ditadura *ajusta estruturalmente* o Estado de que antes se apossara para a funcionalidade econômica e política do projeto “modernizador”. Esta adequação integra o aparato dos monopólios ao aparato estatal (pp. 57-59).

⁷³ “O AI-5 significou, em termos imediatos, o fechamento de praticamente todas as possibilidades políticas legais para a atividade das forças de oposição. [...] Paralela e simultaneamente, a máquina do regime para a ‘guerra interna’ experimentou um ‘salto de qualidade’: para fazer do terror uma *política de Estado* [...], modificou-se a estrutura da atividade repressiva, com a integração da ‘comunidade de informações’ às operações policiais-militares” (Netto, 2014, p. 136).

É nesse sentido que cabe enfatizar o caráter nada casual da deflagração da ditadura no Brasil; tanto pelo caráter regressivo e reativo das classes dominantes – que, a qualquer movimentação popular, se antecipam pela força –, quanto por sua condição de associadas e dependentes ao imperialismo – agindo em total consonância com os interesses do capital externo. A instauração desse regime ditatorial representou factualmente o recurso que permitiria a realização plena do capitalismo no Brasil como dependente do capitalismo monopolista.

[...] o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou [...] uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que “é bom” para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, [...] nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social (Fernandes, 2005, p. 340).

A ditadura civil-militar, então blindada por um poderoso aparato policial-militar, cria uma ideia de identidade nacional – em torno da mística do futebol e um grande investimento propagandístico – alicerçada num crescimento econômico. É sobre isso que tentam articular uma hegemonia, um consenso firmado em torno do grande crescimento da economia batizado de “milagre econômico”.

Ademais, cabe frisar:

[...] que a concretização do “modelo econômico”, expressa no “milagre”, teve como condição política necessária o terrorismo de Estado. Somente em condições políticas absolutamente excepcionais [...] (instauradas pelo AI-5, como vimos) foi possível impor ao país um “modelo econômico” de efeitos socialmente tão perversos e corrosivos. Foi o Estado terrorista, o *Estado de segurança nacional*, que propiciou essas condições, sem as quais a implementação do “modelo econômico” seria inviável (Netto, 2014, p. 160).

Os anos seguintes ao AI-5 foram de desenvolvimento para as finanças e políticas estatais até a “crise” deste modelo, em meados de 1970, quando entra em cena, em 1974, o general Ernesto Geisel, anunciando um processo de “lenta, gradativa e segura distensão”. Tal processo responde e absorve aos influxos de então, seja no plano nacional – como a já referida crise do “milagre” e o retorno de movimentos de contestação aberta à ditadura –, seja no cenário mundial – a crise do Petróleo (1973), ponta do *iceberg* da crise estrutural do capital e abalos na hegemonia estadunidense com sua reorientação geopolítica –, ambos articulados. Assim, buscava-se “realizar uma *autorreforma do regime ditatorial* [...] que ativasse a vida política com a abertura de espaços que legitimassem o Estado ditatorial [...] impedindo a livre organização das forças democráticas e a sua participação nos núcleos decisórios do Estado” (Netto, 2014, p. 192)⁷⁴.

⁷⁴ “Tratava-se, claramente, de uma estratégia que reiterava o procedimento tão ao gosto de certos segmentos das classes dominantes ante a erosão das suas bases de apoio, estratégia que um personagem de *O leopardo* (notável

Desse modo, nos moldes da vontade dos ditadores de plantão, mas imantados pelas pressões da “sociedade civil”, via-se uma bruxuleante luminosidade nos porões da tortura e dos assassinatos. Assim, portanto, ainda que com alguns incômodos, atritos e pontuais oposições que tentavam travar a “distensão”, foi passado o bastão para o próximo (e que seria o último) general na presidência: João Batista de Oliveira Figueiredo. Com ele se completou a metamorfose na casca do modelo político brasileiro (refletindo, é claro, mudanças de conteúdo, mas não sendo rupturas no seu caráter mais profundo) sem que seus operadores diretos e indiretos, bem como os articuladores “intelectuais”, fossem submetidos ao julgamento e condenação. Sob o véu da cínica anistia “ampla, geral e irrestrita”, escondia-se o fato de que ela se configurava em um “auto perdão” pelos crimes de um Estado terrorista e seus criminosos (oficiais e oficiosos), enquanto os presos políticos, exilados etc., já pagavam de imediato pelo “crime de ser divergente”.

Antes, porém, de melhor caracterizar esse processo de transição, abordaremos os impactos e mudanças que se efetivaram no ensino superior sob o domínio da “ditadura do grande capital”, de grande importância pelo legado que deixarão aos tempos democráticos.

2.5.2. A Universidade sob o coturno: a reforma universitária nos termos da autocracia burguesa

a) Antecedentes

Conforme abordamos ao longo do capítulo, a inserção tardia do sistema universitário na realidade brasileira explica-se a partir do *modus operandi* interno da colonização, subordinada ao alvorecer capitalista nas metrópoles, especificamente pela forma lusitana de condução desse processo. Assim, só veremos o nascimento dessa instituição propriamente dita com a República – apesar das escolas de ensino superior já virem de 1808, como já abordado previamente –, em algumas iniciativas efêmeras e de curta passagem e duas que subjazem às adversidades (do Rio de Janeiro e de Minas Gerais), mas ainda com pouca solidez institucional.

Apesar das reformas empreendidas naquelas décadas – de 1910 e 1920 –, que buscaram dar-lhes uma organização e responder às transformações em curso, somente com a entrada em cena de um processo centralizador do desenvolvimento do capitalismo brasileiro diante da articulação de setores insatisfeitos com a oligarquia tradicional (mas sem “soltar sua mão”),

romance de Lampedusa) já enunciara: “*Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude*” (Netto, 2014, p. 193).

com a *Revolução de 30* e a subida de Vargas ao centro do poder, é possível dizer que o universo do ensino superior será dinamizado, ainda que com ressalvas, diante de uma concepção “autoritária” de educação – iniciado no governo federal pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (1931).

Não pretendendo repetir a integralidade do que já foi objeto em itens anteriores, cabe ressaltar que é principalmente a partir da segunda metade dos anos 1940, após assentadas as bases de um projeto de desenvolvimento de nação conduzido centralmente pelo Estado e organizado em torno dos impulsos da industrialização no período varguista, que o ensino superior se vê fortemente impulsionado. Nesse sentido, deve-se levar em conta as diferenciações nada desprezíveis dos governos subseqüentes e a incidência mais acentuada da hegemonia norte-americana no mundo, especialmente na América Latina.

Destaca-se o período a partir dos anos 1950, quando o projeto desenvolvimentista se alastra sobre o conjunto da sociedade, primeiramente desfazendo a estrutura dual que o Estado Novo impusera ao ensino médio e ganhando maior abrangência com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961. Em seguida, frente ao aumento da demanda pela diplomação superior, o governo federal dará sua resposta.

Tal resposta assumiu três formas. Em primeiro lugar, a criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar, a “federalização” de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades (Cunha, 2000, p. 171).

A criação do ITA (1947) e da SBPC (1948), como expressão mais avançada desses “tempos modernos”, será significativa para os debates em torno do desenvolvimento científico e da pesquisa, para além de criar uma massa crítica potencializada pela fermentação do universo cultural mais abrangente do período. A criação da UnB (1962) seria a coroação do que vinha ocorrendo nesse contexto, apoiada por dois importantes órgãos de fomento criados em 1951: CNPq e Capes. Essas iniciativas derivaram da influência dos modelos norte-americanos que se espalharam no pós-guerra e estimularam diversos intelectuais e pesquisadores, inclusive progressistas (posteriormente isso seria combustível para as concepções do CFE pós-golpe).

Tudo isso veio com o mote da defesa de uma Reforma Universitária, pela qual se destacaram as iniciativas estudantis em torno dos encontros da UNE (criada em 1942) na década de 1960 (1961, 1962 e 1963), cujo conteúdo ganhava tons cada vez mais radicais e via a adesão de novos atores, como professores e pesquisadores. Seus impulsos transformadores, porém, mesmo absorvidos pelo Estado em torno das reformas de base, foram abortados, e seu conteúdo foi redefinido pelo Estado da ditadura civil-militar de 1964.

b) *A Reforma Universitária* na ditadura civil-militar

Como já apresentado anteriormente, o golpe militar de 1964 instaurou um governo reacionário apoiado por setores conservadores das camadas médias e altas, da Igreja, de latifundiários, além da burguesia, destacadamente a associada ao imperialismo, consolidando a revolução burguesa no Brasil.

A ditadura civil-militar teve decidida importância no desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa científica e tecnológica brasileiros (ambos atrelados, ainda que não de forma mecânica). Esteve na linha de frente para se utilizar de seus mecanismos em prol da inserção plena do país, subordinadamente, aos desígnios do monopólio.

No que concerne à instituição universitária, a ditadura operou um duplo movimento: perseguiu, reprimiu e expurgou seus elementos mais contestatórios; absorveu as demandas reprimidas, readequou-as ao seu projeto de “modernização conservadora” e reestruturou esse nível de ensino – com rebatimentos para os demais, que, no entanto, tiveram menos incidência direta em comparação à Universidade – para utilizá-lo plenamente dentro de seus interesses (os interesses dos monopólios). Valeu-se disso também como elemento de legitimação necessário ao regime enquanto mantinha, ativa e intensamente, as formas conhecidamente coercitivas.

As primeiras diretrizes formuladas por este governo, norteadoras da futura política educacional, já foram fixadas no início do governo Castelo Branco. Estão contidas nas declarações feitas pelo Presidente aos Secretários de Educação de todos os Estados, em meados de 1964: o objetivo do seu governo seria restabelecer a ordem e a tranquilidade entre estudantes, operários e militares. Excluindo o grupo dos militares podemos dizer que com a nova legislação, promulgada pelo governo militar, visa-se de fato criar um instrumento de controle e de disciplina sobre estudantes e operários (Freitag, 2007, pp. 134 e 135).

Desde os primeiros anos do golpe de abril ocorreu um enfraquecimento intencional da autonomia acadêmica das universidades, o que pode ser observado através da análise do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária – GTRU e da tramitação do projeto de lei da reforma no congresso. Esse enfraquecimento fazia parte do processo de gestação de uma política educacional alinhada aos interesses do projeto societário mais amplo.

Em 1968-1969, a política educacional da ditadura para realizar a “filosofia” que a norteava, passa a operar a *refuncionalização* que lhe era necessária - e, para tanto, a sua dimensão “negativa”, acopla-se a uma dinâmica *construtiva* (“positiva”): o regime autocrático burguês, redefinindo-se na vertente do militar-fascismo, começa a instaurar o seu “modelo educacional”, congruente com a concretização do seu “modelo econômico”. Estabelece-se, enfim, a compatibilização *funcional-operativa* entre a política educacional e o conjunto da política social da ditadura (Netto, 2015, p. 83).

A Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540) representou a cristalização desse contexto, sendo concebida por figuras governamentais em colaboração com interesses da política expansionista dos Estados Unidos, que exerceram influência constante no Brasil, tanto em termos econômicos quanto políticos. As ideias norte-americanas, que já estavam presentes nas mentes dos intelectuais brasileiros, incluindo os de esquerda, foram adaptadas para atender aos interesses das classes dominantes, com a participação ativa dos EUA por meio de apoio financeiro estratégico⁷⁵.

A influência dos Estados Unidos na reforma universitária brasileira foi facilitada pelos acordos entre o Ministério da Educação do Brasil e o programa de assistência internacional dos EUA, conhecido como acordos MEC-USAID. Esses acordos criaram um ambiente propício para a adoção de uma reforma universitária com influências norte-americanas. A USAID concedeu muitas bolsas de estudo para brasileiros nesse período, o que teve um impacto significativo no planejamento do ensino superior e na modernização da administração das universidades brasileiras.

Antes da reforma de 1968, o modelo educacional brasileiro já havia incorporado influências francesas e alemãs. No entanto, as universidades brasileiras eram estruturadas de maneira fragmentada, sem refletir uma concepção universitária unificada. O movimento pela reforma universitária nas vésperas do golpe de 1964 buscava encerrar o sistema de cátedras e o modelo universitário ultrapassado. Essa necessidade foi alvo de críticas dos grupos progressistas e foi explorada pelos militares para obter apoio à reforma.

Em 1966 e 1967, decretos presidenciais e pareceres do Conselho Federal de Educação minaram o poder e a legitimidade que os catedráticos haviam usufruído desde o início do século XIX. A Constituição de 1967 revogou o privilégio da vitaliciedade da cátedra, substituída então, nas universidades federais, por uma carreira docente mais aberta, constante de concurso de títulos e provas para os níveis inicial e final. Assim, não foi difícil para o Congresso Nacional aprovar a proposta do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, inclusive o dispositivo que extinguiu o regime de cátedras, mantendo, no entanto, os titulares desses cargos no último degrau da carreira docente (Cunha, 2000, p. 184).

Os estudantes já haviam destacado a necessidade de priorizar instituições públicas em relação às privadas, abolir os exames vestibulares considerados discriminatórios, permitir que os estudantes participassem de atividades fora da universidade, promover a participação dos

⁷⁵ A reforma universitária durante o período da ditadura civil-militar tinha como objetivo modernizar a universidade brasileira seguindo o modelo norte-americano, com influências tanto do idealismo alemão autoritário quanto do modelo organizacional dos EUA. Ela resultou em mudanças profundas nas universidades brasileiras. Fichte, um dos reitores da Universidade de Berlim, tinha uma visão autoritária da universidade, enquanto Humboldt defendia a autonomia universitária. Isso se tornou um ponto importante nos debates reformadores. Conforme Cunha (2007c), “[...] a própria estrutura da universidade revelava a vitória do empiricismo anglo-saxônico sobre o racionalismo francês e o idealismo alemão, embora este fosse evocado em sua justificativa” (p. 21).

estudantes em comissões acadêmicas e escolher reitores universitários por meio de conselhos universitários, reduzindo a interferência do governo nesse processo. O governo de João Goulart liderou essa discussão e a incorporou às “reformas de base”, enquanto os militares e a elite dominante também apoiavam a reforma universitária, mas a viam como uma modernização necessária para o sistema de ensino, alinhada com os interesses das nações dominantes e destinada a fortalecer os laços com os Estados Unidos.

Antes de 1964, a influência paradigmática das universidades norte-americanas era espontânea e atomizada, pois se exercia principalmente pela ação, no Brasil, dos bolsistas retornados e dos diversos mas desarticulados contratos de assistência técnica e financeira do Ponto IV e da Usaid. Depois de 1964, não só essas agências desenvolveram programas maiores e articulados para o ensino superior, como também o Ministério da Educação não tardou a contratar norte-americanos para que dissessem como organizar nosso ensino superior e convocá-lo para assistirem o governo brasileiro no planejamento desse grau de ensino (Cunha, 2007c, p. 154).

A reforma também buscou vincular a universidade aos interesses econômicos, tornando-a um fornecedor de recursos humanos para o mercado de trabalho. Isso resultou em mudanças na estrutura dos cursos e na expansão do setor de ensino superior privado. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) enfatizou que a expansão das matrículas deveria seguir as demandas do mercado de trabalho, não a demanda estudantil. A expansão das universidades deveria ser alinhada com os interesses econômicos e as necessidades do Estado tecnocrático e das frações burguesas locais.

A modificação quantitativa, no sentido da recuperação do equilíbrio perdido, viria de uma verdadeira “reorientação da demanda” do ensino superior brasileiro. Para isso, seria preciso que se induzisse a procura de cursos importantes para a “modificação e desenvolvimento da estrutura da produção e aumento da produtividade no Brasil” (Agronomia, Veterinária, etc.); que se aumentasse a oferta de vagas em cursos de grande importância para o progresso tecnológico e o desenvolvimento da pesquisa científica (Engenharia, Química, Física, Geologia, etc.); e, finalmente, se contivesse a procura por cursos onde ela seria “maior do que a necessária na esfera econômica e social” para o desenvolvimento do país (Cunha, 2007c, p. 247).

O PAEG propôs que os estudantes contribuíssem diretamente ou por meio de bolsas para custear seus estudos em instituições públicas. A política de concessão de bolsas aumentou gradualmente, levando a uma suspensão da ajuda à educação brasileira pela USAID. Em 1973, 39% dos recursos públicos destinados ao ensino superior eram direcionados a escolas particulares. No final da década de 1970, o setor privado representava 50% das matrículas totais na educação superior devido a esses incentivos.

A agenda do IPES, elaborada entre dezembro de 1964 e janeiro de 1965, buscava implementar a tendência de adotar o modelo de massificação dos EUA na educação superior. Propôs fragmentar o curso de graduação em três partes: bacharelado superior, licenciatura e doutorado. O primeiro ciclo da graduação equivaleria ao *college*, com cursos de três anos em

universidades ou faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, fornecendo uma base de conhecimento para profissões de nível superior. Os *teachers colleges* seriam a base para a formação de professores, com cursos divididos em dois ciclos de dois anos cada. Resistências a esse modelo surgiram, mesmo sob a repressão da ditadura, e não foi implementado de maneira ortodoxa. No geral, a reforma consentida da universidade durante a ditadura no Brasil envolveu uma série de influências internas e externas, mudanças estruturais nas universidades e resistências por parte de diferentes setores da sociedade.

O termo “reforma consentida da universidade”, de Fernandes (1975), representa a dualidade da reforma universitária mencionada por Cunha⁷⁶. Alguns na universidade apoiaram uma reforma que estava alinhada com as propostas dos “técnicos, educadores e cientistas” que compunham um grupo de consultores externos, enquanto outros na universidade resistiram a essas ideias. O consentimento aqui, portanto, é uma ideia-chave para compreender o rápido desenvolvimento desse processo. Essa influência externa era alimentada por pessoas no governo e seus comitês, e, inversamente, as vozes "nacionais" expressavam as perspectivas do discurso apoiado pela USAID, mais do que as recomendações dos consultores.

Sintetizando esse processo, Fávero (2006) explica de forma sucinta os objetivos da reforma universitária ditatorial, sua concepção e como a repressão militar foi funcional a ela:

Em fins de 1967, preocupado com a “subversão estudantil”, o Governo cria, por meio do Decreto nº 62.024, comissão especial, presidida pelo General Meira Mattos, com as finalidades de: “a) emitir pareceres conclusivos sobre reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado”. Do relatório final dessa Comissão, algumas recomendações também vão ser absorvidas pelo Projeto de Reforma Universitária: fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos. Com a proposta de fortalecer o princípio de autoridade dentro das instituições de ensino, pretendiam Meira Mattos e os membros da Comissão instaurar no meio universitário o recurso da intimidação e da repressão. Tal recurso é implementado plenamente com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e com o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definem infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares e as respectivas medidas punitivas a serem adotadas nos diversos casos (pp. 31 e 32).

⁷⁶ “É preciso que fique bem claro de antemão, que entendemos a reforma universitária consentida como uma manifestação de tutela política e como mera panacéia. Não podemos aceitá-la porque ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos. Complemento de dois decretos-leis de um Governo militar autoritário e expressão perfeita do poder que engendrou a constituição outorgada à Nação em janeiro de 1967, ela representa uma contrafação de nossos ideais e de nossas esperanças.” (Fernandes *apud* Cunha, 2007c, p. 282).

c) A Luta do Movimento Estudantil

A política educacional ditatorial que culmina na Reforma Universitária de 1968 está ligada às movimentações de um importante protagonista: o *movimento estudantil*. Diante do deterioramento do nível de vida da população – inclusive os setores médios que se viram dilapidados diante das políticas econômicas ditatoriais –, procurou-se um novo veículo para percorrer a rota ascendente, o da obtenção de diplomas universitários, levando a um aumento significativo da demanda reprimida.

Embora elas tivessem apoiado o golpe movidas pelo medo do “comunismo”, que tão bem lhes fora incutido, essas camadas começaram a ver que a “democracia” e o “desenvolvimento” que lhes prometia o governo militar não correspondiam aos seus interesses. [...] Com o aumento do ritmo da inviabilização dos pequenos negócios, correlativo ao da intensificação do crescimento dos monopólios industriais, comerciais e financeiros, as camadas médias davam forma ainda mais nítida a uma idéia que já se desenvolvia desde algumas décadas atrás: o futuro dos filhos passaria pela diplomação em grau superior. O resultado foi o crescimento ainda mais acelerado da procura de ensino superior, enquanto que a oferta de vagas não correspondia a esse movimento. As camadas médias foram entendendo que o governo que ajudaram a instalar – a quem era dirigida essa procura, pois as escolas públicas superiores eram gratuitas – não visava à satisfação de suas demandas (Cunha, 2007c, p. 32).

Dessa forma, aqueles que assumiram o protagonismo em pressionar o governo em prol de uma reforma universitária foi, de fato, o setor estudantil, grande parte advinda daquelas camadas médias, carregando consigo as pautas que, desde antes, já vinham sendo gestadas. Se, a princípio, a resposta ditatorial foi menos “positiva” (enquanto um projeto elaborado) do que centrada na repressão, ou seja, “negativa” – principalmente até 1968 –, buscou absorver tais demandas e secretar respostas dentro do seu tom (que era, também, o tom dos interesses norte-americanos). Pois “não se tratava de fazer tábula rasa do ensino superior existente no Brasil, mas de promover sua modernização na direção do modelo norte-americano” (Cunha, 2007c, p. 20).

O movimento estudantil, que, assim como o setor operário e o camponês, vinha bem articulado no pré-golpe, sofreu dura investida desmobilizadora, com perseguição a lideranças, uma emblemática destruição da sede da UNE, a diretórios acadêmicos e de representações estaduais (UEEs), ao mesmo tempo em que o governo articula uma nova representação, submetida a ele - o que motivou a aprovação da Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, a *Lei Suplicy*.

Mais do que exclusão e repressão, o novo governo pretendeu montar um sistema de entidades paralelas às que congregavam os estudantes em todos os níveis. Esperava-se que o reconhecimento da representação desse sistema paralelo, mais a repressão ao sistema existente, pudesse quebrar o ímpeto do movimento estudantil (Cunha, 2007c, p. 55).

No entanto, as entidades de representação consolidadas (UNE, UEEs, etc.) seguiram funcionando à margem, se articulando e incidindo de maneira crescente no movimento estudantil, enquanto as tentativas da Lei Suplicy tinham pouca efetividade e via, contra essa, a luta daquele movimento em direção ascendente, e em 1967 seria revogada pelo decreto-lei 228, o *Decreto Aragão*, trazendo “o aumento das restrições e dos mecanismos de coação previstos pela Lei Suplicy” (Cunha, 2007c, p. 60).

A vanguarda dos estudantes que não foi retirada de cena radicalizava, boicotava os órgãos da ditadura e enchia as ruas em protestos diante da situação do ensino, mas também sofria com o constante apartamento daquela frente à massa estudantil. Porém, em 1968, o AI-5 iria impor uma situação ainda mais dura à organização estudantil com o salto qualitativo dado pela ditadura no nível de repressão política e ideológica. Ao mesmo tempo, organizaria de modo mais estruturado, com o apoio externo, sua política educacional.

d) A Pós-Graduação na vanguarda da modernização da Universidade sob a ditadura civil-militar

Diante do exposto acima, e com a busca do governo ditatorial-militar concretizar suas aspirações, instituiu-se, com a Reforma Universitária, “todo um novo segmento do sistema de ensino e de pesquisa – os programas de pós-graduação –, inspirados no modelo norte-americano” (Cunha, 2000, p. 181).

Desse modo,

Os programas de pós-graduação vieram a constituir o verdadeiro motor da reforma da universidade brasileira, uma espécie de enclave moderno nas universidades arcaicas (se antigas) ou inexperientes em termos acadêmicos (se recentes). Para isso, foi indispensável o intercâmbio com as instituições universitárias da Europa e dos EUA, mediante a estada nelas de brasileiros em programas de doutoramento e estágio, assim como a vinda de professores visitantes (Cunha, 2000, p. 182).

Um parecer feito por Newton Sucupira (parecer 977/65) teve importância nesse processo, pois conceituou, no Brasil, o nível pós-graduado de ensino, subsidiando o Relatório do Grupo de Trabalho que foi designado para “estudar a reforma da Universidade Brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País” (Cunha, 2007c, pp. 219 e 220). A expansão da pós-graduação passou de 36 programas em 1965 para 669 em 1976 e importantes 1.116 cursos em 1985.

Os pilares que possibilitaram a expansão da pesquisa e da pós-graduação foram estabelecidos através da criação de instituições, na década de 1950, como a CAPES, que teve

como objetivo principal promover a formação de professores universitários. O Conselho Nacional de Pesquisas desempenhou um papel fundamental ao oferecer suporte à pesquisa realizada em universidades e instituições de pesquisa públicas. Além disso, o BNDE também contribuiu para o avanço dessas áreas, fornecendo apoio financeiro a setores que demandavam um alto nível de conhecimento. Nesse mesmo contexto, surgiram instituições como o ITA, que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da indústria aeroespacial, e a UnB, liderada por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que se destacou como uma instituição inovadora no cenário universitário brasileiro, alinhada com a ideologia do desenvolvimento nacional. A pesquisa sistemática também ganhou destaque na USP, com a Cátedra de Sociologia – liderada por Florestan Fernandes – abordando questões epistemológicas, metodológicas e a relação entre pesquisa e formação social brasileira. Movimentos semelhantes de renovação foram observados em áreas como biologia, física, química e engenharias.

No contexto da reforma universitária, ocorreram mudanças significativas no apoio à pesquisa. Durante a ditadura, houve um incentivo à criação de instituições privadas de ensino que não estavam integradas à pesquisa sistemática, além de uma promoção da pesquisa orientada pelos interesses do regime. Essa situação gerou tensões entre a busca pelo modelo de pesquisa “interessada” defendido pela ditadura, a visão desenvolvimentista dos líderes das agências de fomento e o papel da universidade nesse cenário.

Esses conflitos não impediram que um dos líderes da FINEP (1965/1967), João Paulo dos Reis Veloso, que também participou da criação do FNDCT (1969), participasse do Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto no 62.937/68, anteriormente citado.

A já mencionada aliança tácita entre docentes-pesquisadores (principalmente das áreas biomédica, tecnológica e das chamadas “ciências exatas”) com os militares e a tecnoburocracia assegurou recursos para a pós-graduação e a pesquisa nas universidades. Mais do que isso, propiciou a extensão do apoio às Ciências Sociais e garantiu que o controle desses recursos fosse exercido por comitês formados pelos próprios docentes-pesquisadores escolhidos por cooptação. E, ainda mais, propiciou a abertura das agências de fomento para as Ciências Humanas e Sociais, em especial o CNPq e a Capes (Cunha, 2000, p. 187).

As universidades federais tiveram uma redução nos recursos destinados à pesquisa, que já eram limitados, sendo redirecionados para órgãos de ciência e tecnologia. Esses órgãos, por sua vez, tiveram sua autonomia relativa comprometida ao serem subordinados ao Ministério do Planejamento. Os conselhos desses órgãos passaram a ser compostos por cientistas alinhados com uma agenda de modernização mais conservadora. Além disso, em vez de financiar diretamente projetos de pesquisa com base no mérito acadêmico, os órgãos de fomento passaram a definir grandes programas de apoio à pesquisa e tecnologia que refletiam as

prioridades do Planejamento. No final do período da ditadura, os editais de pesquisa foram utilizados para direcionar ainda mais a pesquisa em direções específicas.

Os motivos principais para tal regulamentação [da pós-graduação] foram os seguintes: 1) formar professores competentes que pudessem atender à expansão quantitativa do ensino superior, garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da formação adequada de pesquisadores; 3) assegurar a formação de quadros intelectuais do mais alto padrão para fazer frente às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (Cunha, 2000, p. 185).

Diversos setores se ajustaram e contribuíram para o modelo de modernização, seja por meio de líderes que apoiaram as políticas governamentais dentro das universidades, seja nos conselhos dos órgãos de fomento, ou como executores das políticas do Ministério da Educação.

A colocação da universidade, pelos condutores do poder público e de sua política econômica, como locus de formação de recursos humanos e instituição capaz de dar suporte ao Estado que absorvia rapidamente tecnologias, notadamente por meio de suas empresas estatais. O modelo da modernização conservadora acentuou o processo de esvaziamento terminal dos últimos resquícios da substituição das importações com consequências importantes para a absorção dos quadros mais qualificados na área científica no setor privado.

A lei deveria propor medidas imediatas para a solução da crise universitária, que consistia no descontentamento dos alunos que pressionavam a universidade para dar-lhes “um lugar ao sol” e que viam nos mecanismos altamente seletivos do vestibular uma forma de atuação dos grupos no poder com vistas a perpetuar a estrutura de desigualdade na sociedade brasileira. Um dos instrumentos propostos em lei para ampliar o número de vagas sem maiores investimentos novos foi a racionalização das estruturas acadêmicas e a otimização dos recursos (Freitag, 2007, pp. 145 e 146).

Este movimento de racionalização do ensino e aplicação de uma organização tecnicista voltada para as demandas do avanço do capitalismo, somou-se à dispersão da graduação, agora organizada pela política de créditos, o que alterou as relações internas do ambiente universitário, pois criou uma hierarquização profissional:

Enfim, a institucionalização da pós-graduação, ao recuperar a verticalidade do ensino universitário, repõe a discriminação socioeconômica que fora abrandada na graduação. Sua finalidade aparente é a formação de pesquisadores de alto nível, de professores universitários e de mão de obra altamente qualificada para as burocracias empresariais e estatais. Sua finalidade real, porém, é bem outra. Por seu intermédio, a expansão do ensino universitário é contida ao mesmo tempo que permite, no interior da universidade, comandar a carreira e, portanto, a estrutura de poder e de salários, enquanto, fora da universidade, além de conferir prestígio simbólico, discrimina a oferta de trabalho: o pós graduado, além de mais bem remunerado, lança o graduado na condição de diplomado degradado – um peão universitário (Chauí, 2014, p. 65).

Então,

Essa racionalidade interna, que realmente intenciona, alocando os recursos humanos e materiais adequadamente, com um mínimo de desperdício, obter o máximo de rentabilidade do sistema, tem, em verdade, dois objetivos: por um lado atender à demanda de um mercado de trabalho bastante sofisticado que requer número crescente

de profissionais altamente qualificados; por outro, com a racionalização dos recursos disponíveis, absorver o máximo de candidatos ao vestibular. Ao tentar introduzir a racionalidade se cai, porém, na irracionalidade. As medidas tomadas tanto no interesse econômico quanto no político trocam quantidade por qualidade. A racionalização do ensino superior vai em detrimento da qualidade do ensino e, portanto, da capacidade dos futuros profissionais. Por isso, tornam-se necessárias medidas irracionais (jubilamento, 477), para assegurar um nível mínimo de qualidade (Freitag, 2007, p. 153).

Operou-se, no nível universitário do ensino público brasileiro, uma “assepsia ideológica” no sentido de fomento aos elementos formalistas da cientificidade, a formação de burocratas e constituída de professores-pesquisadores insulados nos “feudos acadêmicos”, de rarefação do pensamento crítico e desarticulado da vida cultural mais abrangente, a despeito de poucas excepcionalidades que somente confirmam a regra.

Recapitulando, o projeto dos Estados Unidos demonstrou sua viabilidade dentro das limitações estruturais do Brasil ao mesmo tempo em que atendeu a demandas progressistas específicas sem ameaçar a política dominante. Em resumo, ocorreu uma “modernização conservadora” que foi prontamente aceita, a despeito de importantes manifestações contrárias, uma vez que essa modernização já era uma demanda anterior ao golpe.

A política educacional implementada na reforma de 1968 impulsionou efetivamente a pesquisa nacional, mas reprimiu concepções críticas, tanto por meio de repressão direta quanto por meio de consenso, como no caso da destituição de cátedras. Essa política sustentou o modelo societário e o controle social de acordo com a coordenação política dos Estados Unidos e as demandas dominantes.

Nessa perspectiva, compreende-se também que a reforma universitária durante a ditadura brasileira foi crucial para fortalecer a iniciativa privada no ensino superior. Uma série de medidas adotadas nesse período favoreceu o surgimento de universidades privadas, tais como a exigência de profissionais qualificados no corpo docente e a retirada da obrigatoriedade de as universidades possuírem bibliotecas. Além disso, a concepção de as universidades públicas construírem *campi* universitários fora dos grandes centros urbanos, nas periferias das cidades, embora tenha facilitado a obtenção de recursos financeiros para a construção de cidades universitárias mais bem estruturadas, as instituições privadas se beneficiaram permanecendo nos centros urbanos, sem a necessidade de grandes *campi*, o que reduziu os custos de expansão estrutural.

Diante da crise do estado de bem-estar social, a ditadura foi perdendo força. Com os ideais do neoliberalismo, passou-se a priorizar a expansão do livre mercado em detrimento do papel do Estado, considerado pelos defensores da “nova coqueluche” como um obstáculo à livre concorrência. Nesse contexto, uma série de ideias que defendiam a diminuição da influência

estatal passaram a grassar. Gradualmente, o sistema educacional brasileiro também foi sendo impactado, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970.

Já no início dessa década, com a Lei 5.692/71, observa-se uma abordagem mais voltada para o mercado de trabalho, tratando da educação profissional. Nesse momento, havia uma crescente demanda dos trabalhadores por uma formação técnica que lhes permitisse ingressar rapidamente no mercado de trabalho, e o governo optou por especializar o ensino secundário para reduzir o impacto no ensino superior.

A abertura democrática traria consigo – numa espécie de “cavalo de Tróia” – a presença do neoliberalismo no pensamento da sociedade brasileira, muito matizada pela influência de organismos empresariais, além do contexto internacional. Desse modo, cabe inserirmos a discussão acerca da crise estrutural do capitalismo em âmbito mundial, com impactos profundos no Brasil e no ensino superior aqui situado, nas balizas da década de 1970 e que, junto a outras determinações, imporá sobre a ditadura uma dilapidação de suas bases de legitimação econômica e, também, política.

3. CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO SOB O NEOLIBERALISMO

Porque a cobra / já começou / a comer a si mesma pela cauda, /
sendo ao mesmo tempo / a fome e a comida.
Complexo de Épico - Antônio José Santana Martins

3.1. Crise do Capital e Neoliberalismo

Ao final da década de 1960 e princípio dos anos 1970, com a chamada *Crise do Petróleo*⁷⁷ e a desvinculação do dólar ao ouro, dá-se o estopim, a válvula de escape de uma profunda e abrangente crise, encontrando-se escondida nessa camada da superfície a crise do pacto que conforma até então o *welfare state* na Europa e o *new deal* nos Estados Unidos da América. Apresenta-se um momento de inflexão no modo de produção capitalista, alterando a própria dinâmica interna às estruturas do regime de acumulação, impactando nos diversos âmbitos da vida social, operando uma alteração da reprodução sociometabólica do capital.

Resumidamente:

Entre 1971 e 1973, dois detonadores anunciaram que a ilusão do “capitalismo democrático” chegava ao fim: o *colapso do ordenamento financeiro mundial*, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro (rompendo, pois, com os acordos de Bretton Woods que, após a Segunda Guerra Mundial, convencionaram o padrão-ouro como lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro) e o *choque do petróleo*, com a alta dos preços determinada pela *Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP*. [...] A ilusão dos “anos dourados” é enterrada em 1974-1975: num processo inédito no pós-guerra registra-se então uma *recessão generalizada*, que envolve simultaneamente *todas* as grandes potências imperialistas [...]. **A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas** (Netto; Braz, 2010, pp. 213 e 214).

A partir do esgotamento do modelo taylorista/fordista/keynesiano, o ideário neoliberal⁷⁸ eclode como força hegemônica no interior da sociedade capitalista. Antes desse fenômeno, o capitalismo havia passado por uma “onda longa com tonalidade expansionista”⁷⁹ (Mandel, 1985) que durou cerca de trinta anos, designados por alguns estudiosos como *les trente glorieuses*, ou *anos dourados* do capital (Hobsbawm, 1995)⁸⁰.

⁷⁷ Tal crise do Petróleo ocorre em torno dos conflitos entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), principalmente pelas guerras dos Seis Dias (1967) e do Yom Kipur (1973), e a revolução islâmica no Irã (1979); soma-se a isso a especulação financeira, fazendo os barris de petróleo terem uma alta sem precedentes, impactando EUA e Europa.

⁷⁸ Adiante abordaremos o que constitui o ideário neoliberal.

⁷⁹ Mandel (1985) aponta dois fatores que permitiram a “aceleração a longo prazo da acumulação de capital” nos países centrais: “consistiram num mercado em expansão constante e nas condições pelas quais essa expansão não trouxe consigo uma queda rápida na taxa de mais-valia, nem ocasionou um rápido declínio na taxa de lucros.” (p.

⁸⁰ “Um primeiro ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o slogan ‘Você nunca esteve tão bem’, uma afirmação sem dúvida correta. Contudo, só depois que passou o grande boom, nos

O período que se abre após a Segunda Guerra Mundial é o da articulação de um processo produtivo originário dos Estados Unidos nos anos 1910, denominado de *fordismo/taylorismo*⁸¹, com uma política de pleno emprego⁸², políticas sociais amplas e de tendência universalizante, a partir de um Estado “máximo”, ou seja, que garantisse tais medidas político-econômicas. Esse era um contexto alimentado pela chamada Guerra Fria, no qual, diante do “perigo comunista”, era fundamental manter um pacto interclasses, demonstrando que o capitalismo poderia unificar democracia com liberdade e bem-estar.

Assim, este Estado intervém no controle das relações entre capital e trabalho de forma ainda mais sistemática (característica própria do Estado no monopólio), subvencionando o consumo, garantindo a reprodução da força de trabalho, a expansão da acumulação capitalista, e respondendo a algumas demandas sociais⁸³. A esse pacto deu-se o nome de *keynesianismo*, que, em unidade com o fordismo/taylorismo,

veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou altas taxas, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas (Harvey, 2012, p. 125).

Assim, somente após o decurso de algumas décadas desde que Ford anunciou seus ideais inovadores para a produção automobilística, na tentativa de remodelar não só a fábrica, mas

perturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores — sobretudo, para início de conversa, os economistas — começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única. Buscaram nomes para descrevê-la: ‘os trinta anos gloriosos’ dos franceses (*les trente glorieuses*), a Era de Ouro de um quarto de século dos angloamericanos (Marglin & Schor, 1990). O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise” (Hobsbawm, 1995, p. 202).

⁸¹ Resumidamente, esse modelo produtivo articula a racionalização da produção de mercadorias através de uma grande especialização e divisão do trabalho por meio da implantação da esteira rolante (que homogeniza a produção), com a “decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento” (Harvey, 2012, p. 121), seguindo os estudos realizados por F. W. Taylor em *Os Princípios da Administração Científica* (1911). Funcionava segundo a lógica da produção em massa para o consumo em massa, tendo H. Ford como seu principal operacionalizador. Vale trazer as observações de Antunes (2009) sobre esse modelo: “À mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo de sua dimensão *absoluta*, intensificava-se *de modo prevacente* a sua extração *intensiva*, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A *subsunção real do trabalho ao capital*, própria da fase da maquinaria, estava consolidada. [...] Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, ‘suprimindo’ a *dimensão intelectual do trabalho operário*, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva.” (p. 39)

⁸² É impossível o pleno emprego no capitalismo, vide cap. XXIII de *O Capital*, que demonstra a lógica da acumulação ampliada de capital e suas consequências, mas se buscava implementar a ideia de empregar o máximo possível de trabalhadores, ainda que fosse para “uns cavarem buracos e outros tampá-los”.

⁸³ Cabe lembrar que essa realidade é basicamente exclusiva a alguns países da Europa central, que implantaram tais medidas de maneiras muito distintas entre si, sendo que naqueles de capitalismo periférico, como é o caso da América Latina, operou um Estado de caráter ditatorial (em muitos casos se valendo da intervenção militar).

também quem nela trabalha, o operário⁸⁴, estabeleceu-se as bases de concretização e universalização dessa forma constitutiva de modelo de produção, plasmada no intervencionismo estatal keynesiano⁸⁵.

Pode-se dizer que junto com o processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de “compromisso” e de “regulação” que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser *efetiva, duradoura e definitivamente* controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado (Antunes, 2009, p. 40).

Nesse sentido, a ilusão de que o capitalismo conseguiria cumprir sua tarefa civilizatória de garantir condições de bem-estar ao conjunto da humanidade, através do acesso à renda, emprego e direitos sociais, conquistou “corações e mentes”. Contudo, tratando-se de um modo de produção essencialmente desumanizante⁸⁶, cuja autoexpansão tem como traço fundamental a irracionalidade da acumulação – que ocorre através da exploração da força de trabalho para a apropriação do mais-valor –, não passam de ilusões que estão fadadas a ser perdidas.

Como afirma Mészáros (2000):

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio *sistema do capital*. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (p. 07).

Evidenciando as contradições próprias ao sistema capitalista, as crises, ao mesmo tempo em que denotam os limites, geram os mecanismos que permitem o início de um novo ciclo produtivo. Assim, as crises, com sua variação de intensidade e duração, são “o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (Mészáros, 2002, p. 795).

⁸⁴ Sobre isso, Gramsci (2007) é lapidar: “O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa: é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência ou ter suas peças individuais renovadas constantemente sem que isso provoque grandes perdas” (p. 267).

⁸⁵ Vale a nota: “Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado” (Harvey, 2012, p. 124).

⁸⁶ “O capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos três séculos, como *produção generalizada de mercadorias*. Através da redução e degradação dos seres humanos ao *status* de meros ‘custos de produção’ como ‘força de trabalho necessária’, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma ‘mercadoria comercializável’, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica” (Mészáros, 2000, p. 08).

Compreende-se com o autor as três dimensões essenciais para a contínua operação do sistema capitalista, quais sejam: “produção, consumo e circulação/distribuição/realização”. Enfatiza-se, por sua vez, a existência de múltiplas formas de crises, podendo variar em duração, frequência e severidade. Ao atingirem uma das expressões do capitalismo, essas crises criam nódulos no sistema, mas não dão um ultimato à sua estrutura global. Um exemplo mencionado é a crise de 1929-33, caracterizada como uma "crise de realização", devido à produção e consumo extremamente baixos em comparação com o pós-guerra (Mészáros, 2002, p. 798).

Desse modo, há uma *tripla fratura* no seio do sistema do capital:

[...] entre 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional). O resultado é um irremediável sistema “*centrífugo*”, no qual as partes conflituosas e internamente antagonicas pressionam em muitos sentidos diferentes (Mészáros, 2000, p. 11).

Compreende-se, nesse sentido, que o sistema capitalista resultou em uma cisão entre produção e controle, bem como entre produção e consumo, e entre produção e circulação. Portanto, a harmonia entre a produção e o consumo é constantemente posta em xeque em todos os momentos da atividade produtiva, uma vez que o próprio crescimento contínuo do sistema capitalista estabelece limites para a expansão do capital em escala maior, levando a crises cíclicas, parciais ou periódicas. Essas crises cíclicas surgem da contradição entre a produção e o consumo, mas não ameaçam a expansão do capital, mesmo quando indicam sinais de estagnação, como a queda das taxas de lucro, redução da produtividade e o aumento da superpopulação relativa (o “exército industrial de reserva”), refletida na crescente escassez de oportunidades de trabalho e na diminuição do padrão de vida. No entanto, eventualmente o ciclo de produção e reprodução é restaurado.

Para Marx (2017b):

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. [...] A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho (pp. 250 e 251).

Essa queda efetua-se porque em relação ao capital empregado utiliza-se em geral menos trabalho, e, com isso, desacelera “a formação de novos capitais independentes e, assim, aparece como ameaça ao desenvolvimento do processo de produção capitalista; tal queda promove a superprodução, a especulação, as crises e o capital supérfluo, além da população supérflua” (Marx, 2017, pp. 281 e 282).

Nesse cenário, é importante observar que até o ano de 1929 as crises seguiam ciclos que permitiam ao sistema capitalista se reorganizar. No entanto, após o declínio dos “anos dourados” e a redução do papel do estado de bem-estar, Mészáros argumenta que o capitalismo entrou em uma crise estrutural. Segundo o autor, essa crise se distingue das anteriores em caráter, alcance, escala de tempo e modo:

(1) seu *caráter* é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular [...]; (2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo) [...]; (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro (Mészáros, 2002, p. 796).

A crise estrutural, por conseguinte, representa uma crise que afeta o modo de produção de mercadorias e que agora se instalou no *cerne* do sistema. Sua natureza é caracterizada por ser prolongada, persistente, sistêmica e destrutiva, com um processo incontrolável e profundamente danoso. Conforme Mészáros (2002), “a crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emanam das três dimensões internas [produção, consumo e circulação/distribuição/realização]”, questionando “os *limites últimos* da estrutura global” (p. 798).

Os desafios emergentes do final do século XX diante da ativação dos “limites absolutos” do capital não podem ser plenamente resolvidos dentro deste sistema sociometabólico. Isso se efetiva frente à constatação do fim da ascendência histórica do capital nesse contexto, sendo que sua dimensão “se revela como uma verdadeira *crise de dominação em geral*” (Mészáros, 2002, p. 800), afetando as relações humanas, as esferas de atividade, o cotidiano dos indivíduos, ou seja, reverbera-se pelo planeta chegando “até mesmo nos mais remotos cantos do mundo, afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais” (Mészáros, 2000, p.15).

Sendo parte insuprimível dos fundamentos do capitalismo, a tendência à queda da taxa de lucro é expressão material da crise do capital após sua *golden age*. Em concomitância, temos um aumento significativo da força do movimento operário nos países centrais e periféricos, que, para além de lutar por melhorias salariais, questiona a organização de produção baseada no modelo taylorista-fordista – o que demarca a exaustão desse padrão de produção caracterizado como “rígido” por alguns autores.

A transição de uma “onda longa com tonalidade basicamente expansionista” a uma “onda longa com tonalidade basicamente de estagnação”, por volta dos anos 1966/67, esteve assim intimamente relacionada a essa luta em torno da taxa de mais-valia. O capitalismo tardio

não pode editar um período de expansão econômica relativamente desacelerada, caso não consiga quebrar a resistência dos assalariados e, por esse meio, garantir um novo aumento em largas proporções na taxa de mais-valia. No entanto, isso é inimaginável sem uma estagnação, e mesmo, sem uma queda temporária nos salários reais. Assim, em meados da década de 60, uma nova fase de aguçada luta de classes se manifestou em todos os países imperialistas (Mandel, 1985, p. 125).

Assim, conforme iniciamos essa discussão, tal modelo (enquanto hegemônico) esgota-se na entrada do septuagésimo ano do século XX.

Resume Netto (2012):

Considerada ao longo deste século [XX], a ordem do capital mostrou-se inepta para promover o crescimento econômico-social em escala ampla [...]; esta inépcia, no entanto, é parte de uma dinâmica em que as crises inerentes ao movimento do capital se operavam no marco de *ondas longas de crescimento*; tais *ondas longas expansivas* [...] experimentaram uma reversão neste último decênio: impõem-se ondas largas *recessivas*, onde os picos de crescimento tornam-se conjunturais (Mandel, 1982). [...] Ora, o fundamento mesmo do arranjo sociopolítico objetivado no *Welfare State* consistia nos ganhos possíveis no marco da *onda larga expansiva*; revertida esta, o arranjo se problematiza visceralmente (p. 77).

A crise estrutural denota a destrutividade inerente ao próprio sistema, visto que a produção e consumo excessivos redundam em degradação do trabalho, decorrendo em sua precarização e o surgimento do desemprego estrutural. Ademais, essa superprodução impulsiona a degradação ambiental em níveis mundiais. A profunda desconexão entre a produção voltada para atender às necessidades e a autorreprodução do capital se manifesta como uma erupção repentina e intensa (Antunes, 2010).

Conforme apontado, a partir dessa crise abre-se uma profunda alteração do sociometabolismo do capital, em que novas formas societárias surgiram em resposta à necessidade de autoexpansão do capitalismo, a saber: financeirização da economia, transformações no mundo do trabalho e a cartilha neoliberal para os Estados Nacionais. Tal combinação modificou a forma com que o capital se apropria da riqueza socialmente produzida, inaugurando novos tempos para o capitalismo – um tempo que, sem eliminar o capitalismo ou mesmo seus traços fundamentais, viu a ofensiva burguesa contra a classe trabalhadora e todas as suas conquistas⁸⁷.

⁸⁷ Vale frisar que esta nova configuração não se conduz por um mero arranjo de escolhas políticas feitas pela cúpula econômica: “A ascensão de um regime particular de acumulação tem de ser vista [...] como o resultado de todo um conjunto de decisões econômicas e políticas, que de modo algum sempre são dirigidas conscientemente para alcançar este ou aquele fim específico, provocadas por persistentes manifestações do problema da superacumulação” (Harvey, 2012, p. 171).

Além dos fatores econômicos, a intensificação da luta dos trabalhadores torna-se elemento decisivo para a crise do modelo. O final dos anos 1960 e início dos anos 1970 também é marcado pelo surgimento de profundas mobilizações e greves de trabalhadores na Europa que pressionavam por melhorias salariais, e questionavam o regime de acumulação rígido fordista/taylorista. Cabe ressaltar que esse período também foi palco da ebulição de movimentos sociais centrados em moldes anticapitalistas, como o movimento feminista, o movimento negro e o movimento estudantil.

Realizava-se, então, uma interação entre elementos constitutivos da crise capitalista, que impossibilitavam a permanência do ciclo expansionista do capital, vigente desde o pós-guerra: além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afloravam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e inícios dos 70 (Antunes, 2009, p. 44).

No entanto,

A luta dos trabalhadores [...] não conseguiu se converter num projeto societal hegemônico contrário ao capital. [...] As práticas auto-organizativas acabaram por se limitar ao plano microscópico da empresa ou dos locais de trabalho, e não conseguiram criar mecanismos capazes de lhes dar longevidade. [Também,] as forças do capital conseguiram reorganizar-se, introduzindo novos problemas e desafios para o mundo do trabalho, que se viu a partir de então em condições bastante desfavoráveis. [...] Estavam dadas então as bases sociais e ideológicas para a retomada do processo de reestruturação do capital, num patamar distinto daquele efetivado pelo taylorismo e pelo fordismo (*idem*, pp. 46 e 47).

Neste diapasão, é paradigmática a forma como a crise se alastrou por todo o mundo, mas atingindo, num primeiro momento, os países capitalistas centrais, atacando políticas sociais e trabalhistas, flexibilizando e reestruturando a própria forma de sociabilidade, produção e reprodução da vida social, incidindo principalmente sobre o trabalho e a classe trabalhadora. Diante disso, o capital buscará articular uma série de respostas/medidas visando à retomada do crescimento econômico e à lucratividade do capital.⁸⁸ Os meios encontrados de responder à crise estarão articulados em um tripé, qual seja: a *financeirização do capital*, a *reestruturação produtiva* e a *ideologia neoliberal* – tudo isso organizado em uma nova base técnico-científica que então surge. Tais medidas se orientarão para incidir sobre quatro aspectos da organização político-econômica e social: o Estado, o Mercado, a Indústria e a Classe Trabalhadora.

⁸⁸ “De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (Harvey, 2012, p. 135).

3.1.1 A financeirização do capital

No que diz respeito à *financeirização*, esta assumirá um papel central no processo de expansão capitalista no final do século XX. Exponenciando as características apresentadas por Lênin (2010) sobre o estágio superior do capitalismo – dentre elas: a fusão entre capital bancário e capital industrial, originando o capital financeiro⁸⁹ –, estas atingem um novo patamar nos tempos do chamado “capitalismo tardio” que, por meio da financeirização da economia, intensificou sua potencialidade de expansão e se afirmou num nível globalizante, a fim de manter o processo de valorização do valor, denotando o fenômeno da *mundialização*.

A mundialização do capital apresenta-se, portanto, como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior (Chesnais, 1995, p. 06).

De acordo com Netto e Braz (2010), esse fenômeno tem como razão essencial o processo de “superacumulação, e ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos setenta e meados dos oitenta” (p. 231). Com a financeirização do capital, é possível se apropriar de mais riqueza sem passar por investimentos produtivos – apesar da esfera produtiva fazer parte de sua natureza – e isso se dá através da ampliação do capital especulativo, com as transações financeiras tornando-se “sob todos os sentidos hipertrofiados e desproporcionais em relação à produção real de valores” (p. 232)⁹⁰.

Neste contexto, o substancial investimento em Pesquisa e Desenvolvimento voltado para a tecnologia se tornou uma característica distintiva da fase mundializada de execução do capital. Assim, é evidente que “o conteúdo efetivo da globalização é dado, não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira” (Chesnais, 1995, p. 04), diretamente relacionado ao avanço tecnológico. No entanto, é importante frisar que o capital que obtém valorização na esfera financeira provém da esfera produtiva.

O capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva. [...] A esfera financeira alimenta-se da riqueza gerada pelo investimento

⁸⁹ “O capital financeiro concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas” (Lênin, 2010, p. 41).

⁹⁰ Sobre a face financeira do capital sabemos que, essencialmente, apenas na produção se cria valor e a realização de valores se expressa na circulação; diante disso, nessa sociedade torna-se indispensável determinada massa de capital sob a forma de capital dinheiro, sendo essa massa remunerada através de juros. No desenvolvimento desse sistema, uma parcela de capitalistas: os chamados rentistas, viviam desse capital fruto dos juros e não se preocupavam por investimentos produtivos. A tônica do capitalismo atualmente “é o fabuloso crescimento (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucro) dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente” (Netto; Braz, 2010, p. 231).

e pela mobilização de uma força de trabalho com múltiplos níveis de qualificação. Nada cria por si só. Representa o tipo mesmo de arena onde se joga um jogo de soma zero: aquilo ganho por um, dentro do campo fechado do sistema financeiro, é perdido por outro. As bolhas especulativas que se desenvolvem em torno deste ou daquele “produto”, deste ou daquele compartimento do mercado pressupõem que, em paralelo, as punções e as transferências continuem ocorrendo a partir da esfera produtiva, se possível de modo ininterrupto (Chesnais, 1995, p.21).

Dessa forma, decorre-se no aumento do capital fictício⁹¹ (categoria basilar para a compreensão da dinâmica da mundialização) sob a forma de ações e títulos desprovidos de valor intrínseco, porém simbolizando e conferindo direito a certos rendimentos. Esse procedimento resulta na prevalência de transações financeiras de natureza predominantemente especulativa, obscurecendo a produção real de riqueza e permitindo que os detentores desse capital fictício se beneficiem de ganhos baseados, muitas vezes, em ativos imaginários.

O movimento independente do valor desses títulos de posse, não só dos títulos da dívida pública, mas também das ações, reforça a ilusão de que eles constituem um capital real ao lado do capital ou do direito ao qual eles possivelmente deem título. [...] Por um lado, seu valor de mercado flutua com o montante e a confiabilidade dos rendimentos sobre os quais conferem título legal. [...] O valor de mercado desses papéis é, em parte, especulativo, pois não depende somente dos ganhos reais, mas também dos ganhos esperados, calculados por antecipação (Marx, 2017b, pp. 524 e 525).

Sendo assim, os não retornos dos lucros para produção passam a circular entre as empresas transnacionais do mercado eurodólar, permitindo o surgimento das dívidas externas nos países periféricos, que não fazem parte do núcleo central do sistema capitalista. Essa dívida é cobrada pelos países que ocupam uma posição central nesse sistema e impõem, através de pressões políticas e econômicas, propostas de ajustes econômicos por meio de organizações internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tal fenômeno aprofunda a condição de dependência, pelos países centrais, dos países periféricos, que seguem há tempos com as “veias abertas”, submetidos à saga da extração de riquezas, agora por novas vias, desobstruídas pela mundialização.

3.1.2 A reestruturação produtiva

⁹¹ Segundo Marx (2017b): “A formação do capital fictício tem o nome de capitalização. Para capitalizar cada receita que se repete com regularidade, o que se faz é calculá-la sobre a base da taxa média de juros, como o rendimento que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria; [...] desse modo, apaga-se até o último rastro toda a conexão com o processo real de valorização do capital e se reforça a concepção do capital como um autômato que se valoriza por si mesmo (p. 524).

O segundo eixo desse tripé é a chamada *reestruturação produtiva*. Ela se caracteriza por uma mudança no regime de acumulação, daquele considerado “rígido” (fordista/taylorista) para um “flexível” (toyotista).⁹²

Em uma caracterização do *regime de acumulação flexível*, pode-se dizer que ele

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (Harvey, 2012, p. 140).

Em uma situação de queda exponencial da taxa de lucro, o capital necessita alavancar mecanismos que permitam intensificar a exploração e extrair mais-valor, combinando-os com meios de quebrar a resistência da classe operária moldada aos padrões fordistas, que coloca em risco a sustentação da própria ordem capitalista; algo ao qual o processo de reestruturação produtiva vai responder muito bem⁹³. Portanto, podemos dizer que essa alteração no regime de acumulação atinge fundamentalmente as bases do trabalho e, conseqüentemente, a forma de organização dos trabalhadores, na medida em que, ao flexibilizar as formas de produção do trabalho, flexibiliza e reestrutura o modo com o qual os trabalhadores se organizam para lutar por suas demandas.

Segundo Antunes (2010):

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo interrelacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser* (p. 23).

Considerando o exposto, e antes de avançar para o terceiro aspecto das transformações ocorridas a partir da crise do capital, faremos uma exposição acerca dos elementos que envolvem as mudanças tecnológicas que afetam o padrão de reprodução societário sob o capital.

⁹² “A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação” (Harvey, 2012, pp 137 e 140).

⁹³ “Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (Antunes, 2009, p. 50).

Tais mudanças tecnológicas encontram-se no cerne tanto da reestruturação produtiva quanto da financeirização, ou mundialização do capital, como já apontado pelos autores referenciados.

3.1.3 Da “Revolução Informacional”

O capitalismo nasce revolucionando toda a sociedade, reconfigurando o sociometabolismo de acordo com suas determinações fundamentais. Para que isso possa ocorrer, ao adequar o mundo à sua imagem e semelhança, vale-se de um impressionante desenvolvimento das forças produtivas. Introduz máquinas, técnicas, reelabora os conhecimentos já adquiridos em prol de *racionalizar* a produção e, com isso, ampliar a produtividade do trabalhador que se encontra subsumido por esse enorme sistema que, em uma primeira aproximação, está expresso no maquinário. A máquina, sendo já produto de um trabalho anterior, portanto um *quantum* de trabalho social médio, é a expressão do avanço tecnológico daquela sociedade *in totum*. Se em um momento a dinâmica da produção era controlada (respeitando-se as leis imanentes dos objetos) pelo sujeito (artesão, camponês) que porta o conhecimento, este lhe é destituído, ocorre uma segmentação entre o trabalho *manual* e o trabalho *intelectual*, e a máquina passa a se “comportar” como o sujeito daquele processo. Ela é quem impõe o ritmo e a dinâmica, e o trabalhador se torna seu apêndice. Esse fenômeno, denominado de *subsunção real* do trabalho ao capital, é a tônica que determina o modo de produção capitalista, exercendo sobre o sujeito que trabalha um processo de intensificação da alienação, ou de *reificação*, considerando o desenvolvimento posterior do capitalismo.

Nesse sentido, para o mundo da produção (que funciona articuladamente aos demais momentos: circulação e consumo), visando intensificar o procedimento extrativo de mais valor, é fundamental um constante revolucionamento de técnicas e de conhecimento voltado a isso. Se com a passagem do mundo feudal ao capitalismo há a valorização das chamadas *ciências naturais*, voltadas à transformação do mundo produtivo, e, com isso, a prevalência – transcendendo para outras áreas – de métodos relacionados a esse tipo de conhecimento e uma desvalorização do que se chama de “metafísica”, o desenvolvimento do capitalismo se articula profundamente ao desenvolvimento desse tipo de conhecimento. Cada vez mais, e abrangendo setores diversos, o capitalismo, dado seu caráter universalizante e generalizando a forma-valor sobre toda a singularidade da vida no planeta, investe na transformação do mundo natural e social. Assim, segue desmanchando tudo que é sólido para manter sua estrutura fundamental intocada, a exploração. O que se evidencia na passagem do tempo dinamizado pelo capitalismo é que a técnica, o conhecimento voltado à aplicação imediata para a produção de valor-

mercadoria e extração de mais valor, apropriada do cérebro de quem trabalha e imposta sobre e contra ele, precisa avançar, e, com isso, temos a aparente certeza de que ela caminha sozinha transformando tudo à sua volta, quando o contrário é o verdadeiro.

Porém, não se pode desprezar a capacidade de transformação que a técnica imprime sobre a produção/reprodução do capital, e o próprio caráter dialético dessa relação leva com que isso ocorra. Na medida em que o capital transforma e cria (destruindo) coisas à sua volta, é transformado pelas forças que aparentemente se autonomizam diante dele (e de quem trabalha). Ou seja, ao mesmo tempo em que um conhecimento é transmutado em técnica e se autonomiza diante daquilo que originalmente a criou, retorna para o mundo material reinventando sua realidade, e isso pode ser algo mais ou menos intenso e extenso. No caso em que nos debruçamos, a crise do capital no entorno dos anos 1970, a tecnologia revelou sua enorme capacidade de ser utilizada em prol da renovação e inovação das malhas de reprodução do capital, operando mudanças incontestes que se refratam sobre todos os níveis da vida, objetiva e subjetivamente. Certo é, porém, que isso não ocorre desarticulado do conjunto de determinações às quais nos referimos nesse contexto, sendo mesmo difícil dizer quem é o “ovo” e quem é a “galinha” dessa relação.

Jean Lojkine (1995), ao tratar desse conjunto de mudanças, denominou-a *Revolução Informacional*, no mesmo “espírito” do que se chamou de *Revolução Industrial*. Ele afirma que “a revolução *informacional* nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial” (p. 14).

Sob o jugo das relações capitalistas, a imbricação entre trabalho, ciência e tecnologia é complexa e repleta de contradições. A autonomia da ciência é restringida em seu desenvolvimento independente pelas determinações do choque entre o capital e o trabalho. Essa limitação impede o avanço em direção a uma sociedade que produza com base nos recursos disponíveis, em vez disso, a ciência se torna mais subjugada à lógica do capital, resultando na “tecnologização da ciência”. A interação entre trabalho e ciência na sociedade contemporânea leva a uma mescla mais profunda entre conhecimento científico e prático, sem substituir um pelo outro. Máquinas inteligentes não substituem trabalhadores, mas utilizam sua inteligência, impulsionando a uma força de trabalho tendencialmente mais versátil para atender às novas requisições.

O avanço dos *softwares* incide sobre a composição orgânica do capital, na medida em que o trabalho vivo é “sugado” em prol do trabalho morto. Em outras palavras, as “máquinas de informação” ao executarem tarefas anteriormente realizadas por seres humanos, que

transferem suas habilidades intelectuais para essas máquinas, ampliam a transformação do trabalho vivo em trabalho morto, intrínseco à lógica do próprio capital.

Sendo o computador a base desse processo, é localizada sua gênese a partir do estabelecimento do complexo industrial-militar norte-americano no pós-Segunda Guerra, extrapolando esse determinante originário (como é da natureza do próprio conhecimento) (Lojkine, 1995, pp. 49 e 50). Poder-se-ia afirmar que esse produto, o computador, foi reincorporado e metamorfoseado no conjunto da vida social, submetido a processos de constante atualização sob os novos desígnios. Certamente continuam a ser os desígnios da autoexpansão do capital, porém, em particularidades renovadas para atender a distintas mediações. Agora, o computador, representado em micro e nano *chips*, é dinamizador ativo das cadeias produtivas, além dos processos que se espraiam além desse momento, também mediatizados pelas *Novas Tecnologias da Informação* (ou, Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs).

Portanto, ganha mais sentido a afirmação do autor de que, sobre a Revolução Informacional, “a estendemos a todos os aspectos estratégicos da informação, isto é: a todos os aspectos pelos quais uma informação *confere sentido* à miríade de informações que saturam a nossa vida cotidiana – estratégia econômica, política, mas também arte, ideologia, ética” (Lojkine, 1995, p. 307).

Mesmo em um tom otimista no que diz respeito às possibilidades de alcançar uma sociedade pós-mercantil com essa nova forma de utilização das informações, que na década de 1990 ainda não haviam se generalizado como se verifica na atualidade, o autor pondera sobre esse fenômeno, tanto recusando a tese da emergência de uma sociedade “pós-industrial”, quanto do fim do trabalho.

[...] a mutação maior que vivemos nada tem a ver com o fim do confronto entre o homem e a natureza exterior, o fim do *homo faber* em proveito do *homem das linguagens* e de um universo no qual o homem só se confrontaria consigo mesmo ou com seu duplo fantasmático [...] - e isto mesmo quando o informacional se insere cada vez mais nos instrumentos materiais, como, por exemplo, os programas de computador materializados nos *chips* (Lojkine, 1995, p. 50).

Ademais, com Marx, também aponta a utilização desse “mundo informacional” em prol do aumento da exploração pelos capitalistas.

As máquinas-ferramentas, depois o maquinismo da grande indústria, impuseram-se no sistema capitalista como o melhor método para “dispensar o trabalho humano ou reduzir seu preço” (Marx); igualmente, as Novas Tecnologias da Informação são vistas hoje, pela maioria dos dirigentes empresariais, como métodos ideais para reduzir os custos da mão-de-obra e controlar o trabalho dos operadores (Lojkine, 1995, p. 308).

Tal alteração nas formas de produção e reprodução do capital incide (e altera) também a própria dimensão de intervenção política, econômica e social do Estado sobre a sociedade e, principalmente, sobre as sequelas da “questão social”. Ou seja, se no momento de imperialismo clássico o Estado se refuncionalizou e se redimensionou de modo a atender às expressões da “questão social”, a reestruturação produtiva engendrada a partir do marco da crise de 1973 remodela o aparato estatal – que não altera seu fundamento, mas carrega de novas determinações o seu funcionamento. Este será o terceiro eixo a que aludimos: o *ideário neoliberal* que subsidiará o “novo” padrão de intervenção do Estado na sociedade, alterando também a relação entre o público e o privado nesse contexto.

3.1.4 O ideário neoliberal

O ideário neoliberal ressurgiu como uma reação política e ideológica ao *Welfare State*, opondo-se claramente, portanto, ao modelo intervencionista e de bem-estar assumido pelo Estado durante a chamada fase clássica do capitalismo monopolista. Segundo os neoliberais, o Estado interventor limitaria a liberdade política e econômica do mercado, e, com isso, a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência também ficaria limitada (Anderson, 1995). Assim, a defesa pela ampliação da esfera privada (de modo a favorecer o mercado), conjuntamente ao reducionismo da esfera pública, tornam-se claros princípios do neoliberalismo.

[...] é especialmente no arco ídeo-teórico polarizado por Hayek e Friedman que a ofensiva neoliberal se apoia. Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: *uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia* (Netto, 2012, p. 84).

Tais proposições, anteriormente formulações que ecoavam entre um conjunto de intelectuais, em geral “pregando para convertidos”, torna-se um *zeitgeist* diante das novas condições então postas pela reprodução do capital.⁹⁴

Segundo Anderson (1995), o principal objetivo do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 1970, combinada com baixo crescimento econômico. A principal solução

⁹⁴ As ideias neoliberais, um eco difuso do que havia sido a tradição liberal, principalmente por não corresponder mais às bases materiais sobre as quais se soergueram, surgiram nos anos 1940 do século XX, como reação político-ideológica ao avanço do Estado regulador (*Welfare state*), propondo limitar o caráter intervencionista do Estado. O economista Friedrich Von Hayek é considerado o “pai do neoliberalismo”, por ter sido o autor de uma publicação original, intitulada *O Caminho da Servidão* (1944), na qual afirma que o Estado interventor limita a liberdade econômica, política e social dos indivíduos, levando-os ao caminho da servidão. Além dele, tal ideário também teve como precursores os pensadores Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Lionel Robbins, Salvador de Madariaga, entre outros (Anderson, 1995).

proposta foi a modificação das funções de Estado, que deveria intervir o mínimo possível no âmbito social e econômico – Estado mínimo. Em contrapartida, o Estado deveria manter sua força para reprimir e fragilizar os sindicatos e a classe trabalhadora. Para isso, seria necessário reduzir os gastos sociais e promover a restauração dos níveis de desemprego, e, com isso, a sociedade poderia seguir sua ordem “natural”. Ou seja, “a proposta neoliberal centra-se na inteira *despolitização* das relações sociais: qualquer regulação *política* do mercado (via Estado, via outras instituições) é rechaçada de princípio” (Netto, 2012, p. 88).

Em 1979, Margareth Thatcher implementou o receituário neoliberal na Inglaterra, e em 1980 foi a vez do recém-eleito Ronald Reagan, nos Estados Unidos – antes, porém, já seria aplicada a versão latino-americana, no Chile, com o ditador Pinochet empalmando o poder em 1973. A partir de então, o programa neoliberal passou por um processo de expansão e hegemonia nos países capitalistas. Apesar de observarem-se antecedentes nos governos Fernando Collor e Itamar Franco, a inserção das políticas de ajustes neoliberais no Brasil é datada em 1995, com o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, ao qual abordaremos posteriormente.

Fazendo um balanço do neoliberalismo, Anderson (1995) conclui que, economicamente, o modelo fracassou. Apesar de ter contido as altas taxas de inflação, e de ter revertido a queda da taxa de lucro, o capital não conseguiu obter o mesmo crescimento dos 30 anos gloriosos. No entanto, do ponto de vista social, o neoliberalismo obteve êxito ao fomentar sociedades ainda mais desiguais.

Do ponto de vista político e ideológico, conclui que o ideário neoliberal conseguiu atingir grandes conquistas – mais até do que provavelmente seus fundadores imaginaram – se colocando como ideologia dominante ao disseminar a concepção de que não haveria alternativas aos seus princípios, que acabam sendo naturalizados no interior da sociedade capitalista. Com isso, podemos dizer que, ao encontrarem solo concreto favorável para germinar, os princípios neoliberais que haviam sido formulados nos anos 1940 alcançaram status de ideologia dominante ao serem abraçados pela classe dominante e dirigente, construindo sua hegemonia baseada em tais princípios – mesmo que muitos não acreditem ou defendam o seu programa.

[...] este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (Anderson, 1995, p. 22).

Assim, concluindo esse ponto, cabe ressaltar o quanto o tripé financeirização do capital, reestruturação produtiva e ideário neoliberal – que não pode ser considerado de maneira desarticulada – implicou em sérios rebatimentos para a classe trabalhadora, anteriormente elencados: intensificação da exploração, precarização do trabalho, ampliação das taxas de desemprego, movimento de fragmentação (que incide na capacidade de reconhecimento e de união da classe trabalhadora, enfraquecendo as possibilidades de lutas), retração de direitos conquistados, dentre outros. Além disso, também conduziu ao desmonte de políticas sociais – que passam por um forte processo de sucateamento e privatização. Não menos importante é a incidência desse processo sobre a saúde da classe trabalhadora, que se vê cada vez mais desgastada física e psicologicamente.

Cabe dizer que a inserção de novas formas organizacionais do trabalho, bem como a flexibilização dos direitos trabalhistas com a coexistência de múltiplas formas de contrato em uma mesma instituição representa ataques profundos não só à organização desses trabalhadores, mas também à saúde dos mesmos, que concretamente acabam trabalhando mais (remontando ao século XIX) mesmo sem perceber, pois agora são colaboradores, autônomos, microempreendedores, precisam ser proativos, amigos da empresa, vestir a camisa, enfim, incorporam a ideologia do neoliberalismo e assumem para si a responsabilidade de serem bons explorados, comprometendo – às vezes irreversivelmente – a sua saúde e sua vida.

O processo de avanço do neoliberalismo, cujas bases foram elencadas acima, é um contínuo modelo que caracteriza o capitalismo no século XXI. Muito longe de ser uma mera decisão política (ainda que dela faça parte), é o modo de ser do capitalismo contemporâneo, mesmo com novos arranjos a depender de uma série de determinações – cujas especificidades precisam ser cuidadosamente analisadas caso se queira montar um quadro analítico mais preciso dessa realidade concreta.

3.1.5. Impactos da Crise do Capital sobre o Conhecimento

Conforme exposto ao longo do capítulo, a partir da crise do capital vai ocorrer um enorme redimensionamento da sociabilidade capitalista, colocando-se não apenas como problema “econômico”, mas ganhando diversas expressões na multiplicidade da vida social.

Dentre tais expressões, nota-se aquela no âmbito do conhecimento, apontada como uma crise “nas ciências sociais”, “dos paradigmas”, dentre outras denominações. Jameson (1996), refletindo sobre esse momento histórico, aponta-o como produtor de uma determinada lógica cultural: o *pós-modernismo*. Assim, mesmo tendo apresentado manifestações artístico-culturais

em contextos anteriores, tal fenômeno ganha ampla penetração dentro dos marcos da crise do capital.

Netto (2010) elenca os traços comuns a tal pensamento:

a) aceitação da imediatividade com que se apresentam os fenômenos socioculturais [...]; assim, de uma parte, tende-se a suprimir a distinção clássica entre *aparência e essência* e, sobretudo, a dissolver a especificidade das modalidades de conhecimento - donde, por consequência, a supressão da diferença entre ciência e arte e a equalização do conhecimento científico ao não científico; b) a recusa da categoria de totalidade [...]; c) a semiologização da realidade social: o privilégio (quase monopólio) concedido às dimensões simbólicas na vida social acaba por reduzi-la, no limite, à pura discursividade (“tudo é discurso”) ou ao domínio do signo e/ou à instauração abusiva de hiper-realidades (pp. 261 e 262).

A tais características, o autor adiciona a presença de “duas constantes generalizadas”, sendo a primeira: “o ecletismo como cânone metodológico”; e a segunda: o relativismo no sentido da “completa dissolução da ideia clássica de *verdade*, [convertendo] a ciência num *jogo de linguagem*”. Dessa forma, há, nessa perspectiva, uma “concepção clara e grosseiramente *idealista* do mundo social” (*idem*, p. 162).

O pensamento pós-moderno se torna uma espécie de “paradigma anti-paradigmático”, absorvendo a rebeldia aristocrática irracionalista, que busca aniquilar com os eixos fundamentais do pensamento moderno (razão, historicidade, verdade, totalidade) (Lukács, 2020), ao mesmo tempo em que reedita uma miserável racionalidade que capta a mais imediata e superficial expressão da realidade, organizando-a ao bel prazer, típica do neopositivismo (e dos vieses pragmatistas e utilitaristas) (Coutinho, 2010). É, portanto, legatário e exponenciador (no plano ideocultural) de um modo de ser típico a uma forma histórica do capitalismo, um *zeitgeist* da barbárie contemporânea que atinge amplos espectros teóricos e políticos.

Se a razão moderna nasce marcada por uma “Revolução Copernicana” na filosofia (como a grande expressão kantiana), alçando o sujeito ao centro desse sistema teórico-epistemológico, desde uma abordagem gnosiológica, a pós-modernidade implode o sujeito, o objeto, o conhecimento, e observamos um processo de “contrarrevolução”, girando para trás a roda da história e caindo nas fogueiras que, medievalmente, queimavam hereges. Atualmente, as fogueiras não são acesas materialmente, tornou-se virtuoso transformar a razão em cinzas de uma época em que se aceitou, de forma célebre, a indefinível fluidez do homem e do mundo, a diferença – sempre tão esquecida e ignorada – viu-se finalmente elogiada, classes transmutaram-se em multidões, o trabalho se desmaterializou (ou acabou), o poder se partiu em inúmeros micropoderes. Anuncia-se, nesse ínterim, também o fim da história, da verdade,

valoriza-se o presente, os olhares, os “novos” movimentos sociais, as verdades (ou opiniões) em seus fragmentos cada vez mais localizados, ou como meros “jogos de linguagem”⁹⁵.

Nesse sentido, afirma Tonet (2013):

A fragmentação, a diferença, a empiricidade, a efemeridade, então, deixam de ser produtos histórico-sociais, para se tornarem características naturais da realidade. Esta, sem essência, sem unidade, sem ordem, sem hierarquia, sem gênese. Impenetrável à razão e completamente avessa a qualquer interferência substantiva do sujeito (pp. 60 e 61).

Logo em seguida, prossegue o raciocínio:

Como consequência disso, pode-se dizer que hoje vigora não apenas a centralidade, mas a *hipercentralidade da subjetividade*, que se manifesta sob as mais diversas formas e nas mais variadas áreas. Na esfera do conhecimento, desde a sua forma mais extremada, que é o irracionalismo, tônica das chamadas concepções pós-modernas, até as formas mais moderadas, como o neoluminismo, o pragmatismo e outras. (*idem*, p. 61 - itálicos nossos)

Desse modo, o ceticismo diante de questões como o formato da Terra, a evolução do homem, a existência de vírus etc., dá lugar à aceitação de explicações irracionais, místicas e pseudocientíficas sobre os fenômenos e processos sociais. Ainda que não se possa estabelecer uma linha direta e imediata de articulação causa-efeito entre perspectivas filosóficas e das ciências humanas de cunho subjetivista *in totum* (principalmente as pós-modernistas, que abrem margem para outorgar a correção ou incorreção de uma explicação sobre o real aos indivíduos que a formulam), com aquelas já mencionadas de negação do conhecimento científico veraz, podemos perceber lineamentos que saem dessas perspectivas, entrelaçando-as.

Com isso, intenta-se apontar que tais expressões ideoculturais não brotam simplesmente em um céu límpido, nublando-o automaticamente. Existe uma correlação histórica no curso do desenvolvimento das ideias, ainda que não seja linear e unicausal. Considera-se, também, que tais ideias não se desenvolvem *de per se*, como Ser que se cria e movimenta a si mesmo, mas que há uma necessária prioridade ontológica da materialidade sobre as suas formas de consciência, com uma consequente determinação precípua daquela sobre essas, ainda que haja mútua influência.

⁹⁵Alguns vão considerar, com isso, que foram obtidos enormes avanços. Pensamos neles: as pessoas, independente das credenciais, são livres para escolher qual formato da Terra mais lhes agrada, o modelo de educação mais útil, a versão da história mais conveniente, e assim por diante. Interessantes observações nesse sentido são feitas por Rouanet (1987), a saber: “Sem nenhuma dúvida, o irracionalismo brasileiro não é nenhuma ‘ideia fora do lugar’. Talvez a política educacional do regime autoritário seja o mais importante desses fatores internos. Durante 20 anos, ela extirpou metodicamente dos currículos tudo o que tivesse a ver com ideias gerais e com valores humanísticos. Nesse sentido, o que está na origem da ‘contracultura’ é a ‘incultura’ – uma incultura engendrada politicamente. [...] Os egressos desse sistema educacional deficitário transformam, simplesmente, seu não-saber em norma de vida e em modelo de uma nova forma de organização das relações humanas” (p. 125).

Apontamos assim que há uma problemática social do conhecimento gerada e localizada desde os fundamentos da própria organização societária sob a lógica do capital, que orienta e submete a formação humana a uma práxis ainda mais reificante nesse contexto. No capitalismo o trabalho, não se constituindo como finalidade para a autoconstrução do ser social em sua potência humanizadora, coloca-se como meio degradante. Na “fase neoliberal” tais características se aprofundam, com o capital buscando ampliar cada vez mais seus elementos tanto de expropriação e acumulação, quanto de reificação/manipulação, levados a cabo por via da educação formal (nos distintos níveis e modalidades) e não-formal (a subjetivação humana das objetivações do capital nos seus diversos interstícios).

Sobre tal questão, temos instigante consideração de Alves (2011):

[...] o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo *olhar*, mas nas instâncias sociorreprodutivas, com a pletera de valores-fetichê e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (p. 114).

Vale, também, a análise de Frigotto (2001):

Neste horizonte a educação em geral e, particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como a de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar um **cidadão mínimo**, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária – sequer habilita o cidadão e lhe dê direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração (p. 80).

Interessa-nos, destarte, caracterizar brevemente esse movimento no caráter mundial do capitalismo na particular concretização brasileira, ao que procederemos a seguir.

3.2. Brasil e o Neoliberalismo

Na antessala da concretização do neoliberalismo à brasileira, assistimos a um processo de reconfiguração política que encaminha o término do período da ditadura civil-militar, fenômeno multicausal, mas envolvido exogenamente nas ressonâncias da crise estrutural do capital, que tem como epicentro os países de “primeiro mundo”, e reverberando de maneira polifacetada nas suas franjas periféricas. Denota-se, assim, o gradual esgotamento do paradigma estatal centralizado e militarmente dirigido no Brasil, o qual, por sua vez, começa a perder as bases de sustentação da legitimidade outrora construída.

Politicamente, vai se efetivando uma

mudança na correlação de forças entre o regime e a oposição democrática [...] no primeiro terço da década de 1980 – em proveito da oposição democrática. É esta alteração que converterá o projeto de autorreforma do regime em um processo que abrirá o caminho para a restauração democrática, tortuoso e truncado processo que determinará o fim do Estado de segurança nacional somente com a promulgação da Constituição de outubro de 1988, com o *intermezzo* da “nova República” (1985-1989, nascida sob a inspiração de Tancredo Neves, mas conduzida sob a presidência de José Sarney) (Netto, 2014, p. 211).

Também ganham evidência no cenário político atores de acentuado relevo no desenvolvimento desse processo. É digno de destaque tanto o papel desempenhado pelas associações profissionais, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outras, figurando com proeminência na década de 1970. Além disso, merecem atenção o chamado “novo sindicalismo”, personificado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), bem como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa tríade, apesar da notável heterogeneidade de tendências e segmentos internos, incorporou e consolidou uma perspectiva de classe nas mobilizações contrárias ao regime ditatorial, tendo surgido como forças significativas nas décadas de 1980 (1983, 1981 e 1984, respectivamente).

Portanto, será nos anos 1980 que as lutas pelo fim da ditadura (em conjunto com reivindicações pelas demandas sociais dos setores subalternos) ganharão verdadeira ressonância, materializando-se em amplas mobilizações e paralisações, exemplificadas pelas greves ocorridas no ABC entre 1978 e 1981, bem como pelas demandas em prol das eleições diretas, referidas como “Diretas Já”, nos anos de 1983 e 1984. Virgínia Fontes (2010) nos clarifica ao afirmar:

As décadas de 1970 e 1980 foram especialmente ricas no que concerne à constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto sindical e populares, que afrontavam em sua multiplicidade a seletividade repressiva dominante. As lutas populares foram intensas, complexificando efetivamente os processos de direção e de construção de hegemonia (p. 227).

No período compreendido entre os anos de 1987 e 1988, uma Assembleia Nacional Constituinte desempenhou o papel de formalizar as demandas das forças democráticas em voga. Nesse processo, ela conviveu também com uma ampla diversidade de grupos representantes dos interesses da burguesia local e internacional, bem como os remanescentes “filhotes da ditadura”, formando um amálgama que se personificou no que ficou conhecido como o Centrão. Assim, nasceu a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, uma síntese que oferece a fotografia de um momento singular na história do Brasil, também carregando consigo os traços histórico-sociais regressivos que lhe dão forma e conteúdo.

Logo em seguida à promulgação da Constituição, ocorrida em 5 de outubro de 1988, apelidada de “a Constituição Cidadã” por Ulysses Guimarães, teve início uma série de investidas contra os direitos conquistados na árdua luta e oficialmente formalizados na referida carta magna. Esses ataques foram dirigidos, sobretudo, ao Título VIII, no qual se instituíram, de uma forma ou de outra, fundamentais avanços sociais para a classe trabalhadora, em um contexto global de reestruturação produtiva, ao qual já aludimos. Em síntese:

É apenas com a Constituição de 88 que se consagra o novo “pacto social”, resultado das lutas gestadas no período pós-ditatorial – onde uma base social organizada e mobilizada coabitava com uma extensa cúpula política e econômica de tendências democráticas, onde aparecem, juntos aos chamados “novos movimentos sociais”, novos partidos políticos trabalhistas de massas, sindicatos operários, entre outros –, pacto esse abortado pelos governos Collor e Cardoso (Montaño, 2007, pp. 34 e 35).

Apesar de os ataques terem se iniciado já durante o governo de Collor (1990-1992), foi sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que se levou a cabo o “novo” projeto do capital para a realidade brasileira, desmantelando os direitos então conquistados e administrando um governo implacável contra os trabalhadores. Como resultado, o sistema de Seguridade Social, além das áreas como Educação e Ciência e Tecnologia, foram (des)montados em conformidade com os princípios neoliberais que orientaram a contrarreforma do Estado. Essa tendência de desmantelamento prosseguiu durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) sob a liderança de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), sendo posteriormente (re)aprofundada em sua forma mais “pura” durante a administração de Michel Temer (2016-2018) e, mais recentemente, durante o governo de Bolsonaro (2019-2022), com as particularidades que os distinguem e definem.

Buscaremos orientar o enfoque para o momento em que aquilo que outrora se apresentava enquanto indícios, como a dicotomização entre o Estado e a sociedade civil, a demonização do Estado e o direcionamento das ONGs para interesses setoriais e cada vez mais orientados pelo financiamento, ocorridos na década de 1980, assumiram uma orientação neoliberal de consequências trágicas para os trabalhadores. Essas orientações foram promovidas pelas principais potências mundiais por meio de seus organismos multilaterais, incluindo o Banco Mundial, o FMI, a OMC e outros. As medidas de privatização, flexibilização, de ofensiva contra o trabalho, juntamente com a contrarreforma do Estado, foram religiosa e obedientemente aplicadas no Brasil ao longo da década de 1990 e nos anos subsequentes. Tais orientações eram advindas do chamado *Consenso de Washington*, ocorrido em 1989, de onde partiram as formulações gerais do que deveria ser implementado nos países latino-americanos em prol de um ajuste macroeconômico fundamentado pelos princípios neoliberais.

3.2.1. O governo FHC/Bresser Pereira

Nesse contexto, do governo FHC, teve início o que ficou conhecido como a “Reforma Gerencial”, concebida e implementada pelo então ministro do recém-criado Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Bresser Pereira. Partindo da premissa de que a crise enfrentada se definia enquanto uma crise fiscal, declarando culpado o Estado “patrimonialista e burocrático”, a adoção dessa reforma seria a busca de adequar esse Estado a um mundo que havia, então, se globalizado. Portanto, para seu patrono, a reforma gerencial significaria

[...] superar de vez a crise fiscal, de forma que o país volte a apresentar uma poupança pública que lhe permita estabilizar solidamente os preços e financiar os investimentos. Significa completar a mudança na forma de intervenção do Estado no plano econômico e social, através de reformas voltadas para o mercado e para a justiça social. Reformar o Estado significa, finalmente, rever a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, a partir de uma crítica não apenas das velhas práticas patrimonialistas ou clientelistas, mas também do modelo burocrático clássico, com o objetivo de tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade (Bresser Pereira, *apud* Silva Jr.; Sguissardi, 2020, p. 43).

Em suma, “a crise do Estado atual definir-se-ia como crise fiscal, de esgotamento da estratégia estatizante e de intervenção [...] e de superação da forma burocrática de sua administração” (Silva Jr.; Sguissardi, 2020, p. 53). Em vistas de alcançar essa superação, buscase implementar uma *administração pública gerencial*.

Por administração pública gerencial entende-se a que surgiu como resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial; a que traria eficiência à administração pública e que seria “[...] orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações” (BRASIL, MARE, 1995, Cap. 2) (Silva Jr. e Sguissardi, 2020, pp. 55 e 56).

Tendo em vista os objetivos de flexibilizar e descentralizar o aparelho estatal, enfatizando as supostas qualidades atribuídas ao setor privado, moldando também a opinião pública nessa direção – ao utilizar-se dos aparelhos privados de hegemonia burgueses para atacar o setor público e valorizar o mercado –, irá propor um *Programa de Publicização*, cujo intuito é transformar em *organizações sociais* (OS) as entidades de serviços do Estado.

As OS fazem parte do que se chamou por “terceiro setor”, fenômeno que tem nas Organizações Não Governamentais (ONGs) sua principal referência. Em um primeiro momento (anos 1980) as ONGs surgiram como um conjunto de instituições que se apresentavam enquanto organizações sem cunho nem vinculação político-partidária, mas que estavam “a serviço de” grupos e segmentos sociais oprimidos. No entanto, esse *modus operandi* das ONGs acabava setorializando as lutas sociais, dividindo-as e cristalizando-as em diversas pautas

(negros, mulheres, meio ambiente etc.). Por conseguinte, observava-se uma redução no “engajamento direto numa luta comum”, enquanto “crescia a oferta de serviços de apoio a lutas cujas causas estariam, supõe-se, de acordo”, sob o argumento de que “era em nome da democracia que o conjunto dessas atividades se articulava” (Fontes, 2010, p. 237).

Com um passado recente de ditadura, ou seja, de um Estado claramente autoritário, os anseios democráticos das classes subalternas eram grandes. A incorporação liberal (ideológica) do conceito de “sociedade civil” deu o amparo teórico-conceitual à ideia de ONGs (e “terceiro setor”, de forma mais ampla) como representantes legítimas das lutas sociais, na medida em que estavam no “espaço privilegiado” de lutas de classes, a sociedade civil, onde nem Estado nem mercado influenciavam.

Assim, conforme Montaño (2007), consideramos o “terceiro setor” como uma forma ideológica do neoliberalismo, enquanto estratégia de reforma do capital que cinde a realidade social em três esferas autônomas: o Mercado, o Estado e a “Sociedade Civil”; esta, pouco (ou quase nada) tendo a ver com as formulações gramscianas. O conceito torna-se ideológico pois serve para mistificar a realidade social ao dividi-la em “primeiro”, “segundo” e “terceiro” setores, consistindo em artifício positivista, institucional ou funcionalista, tratando-se de uma abstração nada razoável, sem fundamento real, funcional à ofensiva neoliberal.

Boa parte da responsabilidade pode ser remetida às entidades empresariais como articuladoras da satanização do Estado e defesa de uma dita autonomia da sociedade civil em relação àquele espaço. Assim sendo, tais segmentos empresariais “procuravam qualificar-se como a expressão racional da sociedade e reforçavam de forma vigorosa a contraposição entre sociedade civil e Estado, de cunho tipicamente liberal” (Fontes, 2010, p. 240).

Retomando a discussão acerca da busca de se realizar o que propagou como a “publicização”, para tal, Bresser Pereira considerava necessário operar a

[...] descentralização dos serviços sociais do Estado, de um lado para os Estados e Municípios, de outro, do aparelho do Estado propriamente dito para o **setor público não estatal**. Esta última reforma se dará através da **dramática** concessão de autonomia financeira e administrativa às entidades de serviço do Estado, particularmente de serviço social, **como as universidades, as escolas técnicas, os hospitais, os museus, os centros de pesquisa, e o próprio sistema de previdência**. Para isso, a ideia é de criar a possibilidade dessas entidades serem transformadas em **"organizações sociais"**.

Organizações sociais serão organizações públicas não-estatais – mais especificamente fundações de direito privado – que têm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com o poder executivo, e, assim, poder, através do órgão do executivo correspondente, fazer parte do orçamento público federal, estadual ou municipal (Bresser Pereira *apud* Silva Jr. e Sguissardi, 2020, p. 48)

Essa reforma, como afirmado por Montaño (2007, p. 44), “não é outra coisa senão a continuidade do ‘ajuste estrutural macroeconômico’ com o desenvolvimento de novas áreas

mais de ordem ‘institucional-legal’, como as reformas administrativa e da Previdência”. Em outras palavras, ela representa a disseminação ideológica de uma série de ataques severos aos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de suas lutas. Busca-se, deste modo, criar e aprofundar os mecanismos que possibilitaram a efetivação das políticas neoliberais provenientes do “velho mundo”. Ou seja, os antigos meios de ataque à classe trabalhadora vinham embalados em roupagens supostamente novas, criativas, alternativas e modernas de lidar com as expressões da “questão social”, considerada *nova* por alguns estudiosos.

Nessa tônica que a Reforma Gerencial é orientada em prol da contrarreforma do Estado:

a gestão e prestação de serviços sociais e assistenciais, a partir do processo de privatização e descentralização (chamado ideologicamente de “publicização”), se autonomizaram dos controles e mecanismos democráticos existentes (mesmo que limitados e insuficientes) no âmbito estatal: contratos temporários, inexistência de concursos públicos abertos e obrigatórios, seguindo critérios técnicos e de carreira profissional, inexistência de licitações públicas, inexistência de controle social sobre os gastos de recursos, garantia de continuidade dos serviços, entre outros processos (Montaño, 2007, p. 46).

Dessa maneira, a contrarreforma iniciada com Bresser Pereira está vinculada a um movimento de caráter global, o neoliberalismo, cujas características já elucidamos anteriormente. Assim, opera-se um conjunto de ajustes econômicos num projeto de enfraquecer o caráter interventor do Estado no âmbito das políticas sociais, hipertrofiando uma dita “sociedade civil” para que esta assuma a execução de todas as ações de âmbito socioassistencial. A partir daí, o Estado apenas gere as ações, assumindo uma função *gerencialista*.

Uma administração pública “gerencial”, conforme defendida pelo governo, seria baseada

[...] em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna "cliente privilegiado" dos serviços prestados pelo Estado. (Presidente Fernando H. Cardoso, Apresentação do Plano Diretor da Reforma do Estado, 25 nov. 1995) (Silva Jr. e Sguissardi, 2020, p. 52).

Fica evidente uma concepção de cidadania fundamentada pelos critérios do mercado, de compra e venda, de consumo, e critérios de qualidade definidos pelas leis que regem o ir e vir de mercadorias, enquanto o sujeito que acessa a cidadania pela via do consumo se torna um *cidadão-consumidor* (Mota, 2015).

3.2.2. Os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), o Golpe (2016) e o Vice

Em 2003 se anuncia um novo ciclo na política brasileira, em que assume o cargo executivo federal aquele ex-torneiro mecânico, Luiz Inácio Lula da Silva, personagem que

outrora expressava o movimento sindicalista dos anos 1970 e 1980 e vinha disputando as eleições à frente de um Partido dos Trabalhadores (PT), carregando o peso dos compromissos do passado e das promessas para o futuro. A hegemonia na condução dos rumos da organização política da classe trabalhadora a partir dos desdobramentos do ocaso do período ditatorial nos anos 1980, de encontro com o contexto mundial já aludido, é cimentada a partir daquilo que foi chamado de *Estratégia Democrático-Popular*, tendo o PT como seu principal operador ao longo dos anos vindouros.

Se havia a perspectiva de que uma grande inflexão aconteceria a partir de então, o que se observaria é que aquele partido já não era o mesmo de quando escrevera que “não acreditamos que partidos políticos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para nosso povo” (Carta de Princípios *apud* Iasi, 2012), e já em *Carta ao Povo Brasileiro* ficava claro que

[...] o partido criado por Lula da Silva na abertura dos anos 1980 tem pouco a ver com o PT da primeira década do século XXI – como o demonstram as mudanças na sua base social de apoio e as divisões internas que sofreu. Da sua fundação à sua chegada ao governo central, o PT experimentou um verdadeiro processo de transformismo, de que decorreram, inclusive, defecções de grupos e personalidades de considerável influência, especialmente intelectuais (Netto, 2017, p. 80).

À partida, o governo Lula se demonstraria “mais realista que o rei”, ou, mais neoliberal do que se esperava, promovendo de cara uma reforma previdenciária (Emendas Constitucionais nº 41, de 2003, e nº 47, de 2005), além de deixar os assuntos econômicos em mãos confiáveis para o mercado (ente que parece possuir vontade própria e, vira e mexe, fica nervoso – geralmente diante de alguma política favorável aos trabalhadores), merecedor de elogios por parte de um reconhecido capitalista como Abílio Diniz.

Se o primeiro mandato (2003-2006) foi predominantemente marcado por oferecer alívio ao nervosismo do mercado, a despeito das polêmicas envolvendo o Mensalão (2005) e as constantes investidas de alguns setores das classes dominantes e da mídia hegemônica, seu segundo momento (2007-2010), quando se reelege com 60,83% dos votos válidos, traria novidades à política econômica com um incremento da política social e o benefício do momento internacional. De fato, implementou medidas que contemplariam principalmente os setores classificados como de “extrema pobreza”, além de realizar investimentos produtivos (mas jamais abandonando os bancos, que se locupletaram em lucros exorbitantes, e o setor do *agrobusiness*) e elevar o país a um *status* muito mais significativo no âmbito das relações exteriores, constituindo-se como verdadeira referência em diversos âmbitos (positivos e

negativos, poderíamos dizer, sem querer cair em uma visão maniqueísta), evidenciado pelo seu protagonismo no BRICS.

Numa breve caracterização geral deste governo, temos:

Com efeito, durante seu primeiro mandato (2003-2006), Lula da Silva deu plena continuidade à orientação macroeconômica implantada por Fernando Henrique Cardoso e seu Partido da Social-Democracia Brasileira/PSDB – entregando, por exemplo, a direção do Banco Central a um ex-servidor do *Bank of Boston* (homem, portanto, inteiramente confiável ao “mercado” e aos “investidores”) e implementando a Lei de Responsabilidade Fiscal, exigida por instituições como o FMI e o Banco Mundial. Se não avançou nas privatizações [...], conduziu a nível mais profundo a reforma previdenciária [...]. [...] A partir de 2007/2008: através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo federal passou a bancar um forte processo de centralização/concentração de capital, oferecendo vultosos recursos financeiros a grandes grupos capitalistas para investimentos no país e no exterior [...]. E, no plano interno, através de iniciativas como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), reverteu-se a curva descendente (que vinha do primeiro governo Cardoso) do crescimento econômico até então verificável, malgrado os impactos da crise internacional de 2008, que se manifestaram no país no ano seguinte (Netto, 2017, p. 81 e 82).

Desse modo, com a articulação de um neoliberalismo de caráter “neodesenvolvimentista”, ou “social-liberal”, com o fomento de uma política assistencialista, a “discreta recuperação do salário-mínimo” e o estímulo ao consumo que movimentou a economia interna via ampliação do crédito, conformou-se uma política de conciliação de classes. Indubitavelmente, tal conciliação subordina-se aos interesses daqueles que detêm o capital, e os impactos dessas políticas que efetivamente beneficiam a classe trabalhadora é residual, a despeito de servir para manter, até certo ponto, os subalternos como subalternos apassivados.

Isso se deve ao fato de que “qualquer estratégia séria para desconcentrar a renda tem que enfrentar a concentração da propriedade e do poder e esse enfrentamento está completamente fora dos projetos e das práticas de Lula da Silva” (Netto, 2017, p. 83). Assim, há uma combinação de políticas de austeridade, de cunho neoliberal, com novidades, políticas anticíclicas que, em si mesmas, não podem ser categorizadas como neoliberais.

Sob esse mote, o denominado Partido *dos* Trabalhadores conseguiu eleger a candidata que sucederia a Lula – que saía com 80% de aprovação –, a outrora ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, apesar de uma pesada campanha difamatória da oposição. Eis uma expressão da

ambiguidade dos segmentos capitalistas em face de Lula da Silva: do ponto de vista estritamente econômico, seus interesses foram muito bem preservados nos oito anos de mandato do Presidente; mas seu desprezo pelas massas que se identificam com ele - expressão de um ódio de classe dificilmente ocultável - leva-os aos braços de uma proposta política [...] bastante diferente, ainda que, no plano econômico, pouco diversa da que terá continuidade com Dilma Rousseff (Netto, 2017, p. 84).

Realmente o que se segue é uma política econômica com a mesma tônica das que já vinham sendo operadas, somada aos mecanismos legitimadores (Bolsa Família etc.) diante das “massas populares”. No entanto, nem Dilma era Lula, nem o momento em que sua sucessora assumiu o executivo federal era o mesmo. Em 2008 estourou uma crise mundial chamada de *Crise do Subprime*, cujos elementos iniciadores já se percebem em 2006, quando o grupo *Lehman Brothers* veio à falência e, com ele, se operou um efeito dominó no mercado financeiro, algo que “indica mais do que o colapso de um enorme banco de investimentos norte-americano: trata-se de uma clivagem histórica na dinâmica do capitalismo internacional” (Tonelo, 2021, p. 17). Mais uma vez, o capitalismo demonstrava seu fracasso (ou sucesso, a depender para quem) em manter a prosperidade mesmo nos países centrais, e mais uma vez o Estado saía em socorro do emocionalmente instável Mercado.

Apesar de na época ter sido classificada como uma “marolinha”, a realidade – mais forte que a volição – se impôs e mostrou que uma crise não age de maneira uniforme nem pontual, é multifacetada e ganha contornos de intensidades distintas com o desenrolar dos fatos e diante da especificidade de cada formação social, principalmente pelas respostas dadas. Sobrou para a ex-militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) lidar com os rebatimentos políticos, econômicos e sociais de um contexto externo que se fazia, inexoravelmente, sentir em casa.

Em 12 de novembro de 2009, a revista britânica *The Economist* publicou em sua capa a imagem do Cristo Redentor alçando voo, com o título “O Brasil decola”. Era um símbolo de como os emergentes apareciam diante do primeiro período da crise. No entanto, a mesma revista, em 27 de setembro de 2013, publicou outra capa com a imagem do mesmo Cristo Redentor, agora mostrando a falha da “decolagem” e perguntando se o Brasil teria estragado tudo (Tonelo, 2021, p. 42).

A representação feita acima expressa que o Brasil não passaria incólume, e o fenômeno ganharia múltiplas expressões: para além da econômica e social, notabilizar-se-iam as manifestações políticas da crise. Em uma primeira consideração, é mister relembrar as *Jornadas de Junho de 2013*, que – a princípio demandando a diminuição nas tarifas do transporte público em torno das convocatórias do Movimento Passe Livre (MPL) e outros coletivos – chegaram a colocar milhões de pessoas nas ruas, movimentação inaudita e imprevista.

Das primeiras mobilizações no início do mês ao seu auge numérico, entre os dias 17 e 20, ocorrem processos muito diversos, sobre os quais não nos deteremos, sendo importante frisar o acúmulo de heterogeneidade nesse percurso, seja de pautas, seja de público, além de suas contradições e díspares vetores futuros.

O ponto fundamental é: Junho teve elementos de uma revolta popular que toca em pontos sensíveis do padrão de cidade neoliberal, que sobressai principalmente em seu primeiro momento, que não se apaga nos demais e que sobressai em algumas cidades;

ao mesmo tempo, há uma disputa pela direção dos protestos, que se materializa na segunda etapa, do dia 17 até o dia 20 [...], na qual frações da classe média conservadora vão às ruas para disputá-las com o apoio da mídia corporativa (Vieira, 2023, pp. 111 e 112).

Buscamos, dessa feita, escapar a quaisquer interpretações maniqueístas e/ou unilaterais que se fazem do fenômeno aludido, considerando-o como um momento único na política brasileira mais recente que, trazendo em-si múltiplas variáveis do que se desenvolvia até então no plano doméstico (e, certamente, influenciado pelo que havia se verificado internacionalmente, como foi o caso da *Primavera Árabe* de 2011), abriria as portas para novos e importantes desenvolvimentos. Não sendo o caso de verificar uma relação de “causa e efeito”, como é do feitio positivista, é fato que as *Jornadas* implicaram em (ou demonstraram) uma fissura no Democrático-Popular.

De um lado, seus limites tornavam-se ainda mais evidentes com os constrangimentos impostos pelos rebatimentos da crise de 2008 e o cada vez mais limitado espaço de manobra de convergência de interesses divergentes entre capital e trabalho; de outro, e sendo em parte dimanado a partir do primeiro, cresce a insatisfação das camadas médias, que viram a ascensão dos “de baixo” como uma afronta aos seus “privilégios”, ao mesmo tempo em que eram crescentemente afetadas pelos impactos da crise, escanteando seus sonhos dourados de fazer parte dos “de cima”. Ademais, as intensas campanhas midiáticas contra a corrupção e a articulação de setores de direita apoiados (nacional e internacionalmente) por organismos burgueses, junto ao aprofundamento da recessão a partir de 2014 levaria a um “salto de qualidade” nos ataques ao governo.

O ponto de virada começou a ser articulado em 2014, quando surgiram ou se reciclaram as principais organizações que convocaram as manifestações de massa de direita nos anos seguintes. Entre elas, destacou-se o MBL, criado a partir de iniciativa dos Estudantes pela Liberdade (EPL), apresentada em 2012. Flávio Casimiro identificou seus vínculos internos com o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Liberdade e o Instituto Millenium. Seus vínculos externos seriam ainda mais decisivos, por a inspiração direta do EPL é o Students for Liberty, organização de articulação de *think tanks* conservadores estadunidenses, sustentada pelo Atlas Network, verdadeiro *hub* de outros aparelhos da direita estadunidense, voltado para a formação de “jovens lideranças” em princípios ultraneoliberais, não apenas em solo estadunidense, mas principalmente na América Latina e Leste Europeu (Mattos, 2023, p. 27).

Com um percentual apertado, de 51,64%, Dilma consegue a reeleição apoiada em um discurso mais “radicalizado” e com apoio do eleitorado de esquerda, mas logo demonstra que o programa posto em prática por seu governo não diferia daquele defendido pelo principal opositor. Acenaria, portanto, ao “mercado” com a nomeação de Joaquim Levy ao posto de ministro da Fazenda.

A despeito dos intentos, não seria possível conter a crescente das mobilizações de direita contra o governo, principalmente a partir de 2015, e que culminaria no *impeachment* em 2016, a partir do qual começariam a ganhar expressão um conjunto de partidos e políticos que constituíam o chamado “baixo clero” da política, alinhados em torno de um sentimento profundamente antipopular, de cariz conservador e reacionário, além de matizado pela religiosidade (nomeadamente, o neopentecostalismo), em contraponto a pautas progressistas e de direitos das “minorias”, em nome de Deus, da Família e da Propriedade. Nesse contexto, também se faria determinante a *Operação Lava Jato*, cujo início data de março de 2014, levando a cabo uma série de investigações de corrupção e prisões pela Polícia Federal, grande parte sendo associadas ao governo, mas que teria consequências de mais longo prazo.

Em 2015 e 2016, observa-se também a interação entre aqueles atos e a atuação de uma fração importante do aparato judicial-policial em uma operação de combate à corrupção que mirou exclusivamente nas relações dos governos do PT com setores do grande capital - especialmente na área da construção civil e na empresa-alvo, a Petrobras. Ao longo dessa operação, seus artífices municiaram a imprensa de denúncias, fomentando, em parcelas expressivas da pequena burguesia e assalariados médios, o sentimento de que os efeitos nefastos da crise econômica eram decorrentes exclusivamente da corrupção orquestrada pelos governantes do Partido dos Trabalhadores. A Operação Lava Jato fez fermentar o caldo de cultura antipetista de direita, que acabou sendo fundamental para a onda de mobilizações pelo impedimento da presidente Dilma Rousseff (Mattos, 2023, p. 31).

Enfim, em 31 de agosto de 2016, em votação no Senado Federal com 61 votos a favor e 20 contra (processo iniciado na Câmara dos Deputados em 6 de abril), Dilma seria declarada culpada por crime de responsabilidade, e, assim, sofreria o *impeachment*, assumindo o vice, Michel Temer, para a condução do término daquele mandato, marcando também o que alguns classificariam como o fim do pacto que conformou a *Nova República*.

Em suma, numa articulação midiática, jurídica e parlamentar, mais um golpe – “com Supremo, com tudo” – viria à baila na história brasileira, e, com ele avalia-se que um ciclo se esgotava, marcando “o ponto de chegada da metamorfose” (Iasi, 2017, pp. 363-370) petista. Porém, compreende-se que não foi apenas um determinado campo político que saiu derrotado, mas o conjunto da esquerda (revolucionária ou não) foi levada à reboque, e a crise política (como expressão da crise econômica que apenas se aprofundava) criou um vácuo na organização da classe trabalhadora que foi ocupado pelos setores mais reacionários da vida política e social, que já vinham ganhando corpo e expressão desde antes, além dos segmentos da burguesia que queriam ver suas pautas de retiradas de direitos elevadas a um patamar mais aprofundado. Dado o golpe, viria a intensificação dos ataques à classe trabalhadora e a busca de se abrir caminho aos legítimos representantes do capital assumirem a condução “puro-sangue” do Estado submetido aos ditames neoliberais.

3.2.3. Do Golpe, Temer (2016-2018), Bolsonaro (2019-2022) e, no meio do caminho, uma Pandemia (2020)

A partir de um golpe articulado desde as penumbras da política de caverna, Temer, um senhor que gostava de mesóclises e escrever cartas – mas não de ser decorativo –, usurpou o poder e o conduziu pelo tempo que restava de mandato. Nesse ínterim, sem medo da impopularidade, pelo contrário, usando-a a seu favor, aplicou sistematicamente um conjunto invejável de medidas ultraliberais. Dentre elas, a que teve maior destaque foi a *Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos*, tornando-se na Emenda Constitucional 95/2016, limitando, por 20 anos, os “gastos públicos”, leia-se: impedimento de se ampliar os investimentos em áreas sociais, como saúde e educação, que já vinham minguando. Também conduziu os direitos trabalhistas a uma chamada “modernização”; na verdade, impondo um retrocesso às condições de trabalho que podem ser remetidas ao período da República Velha, agradando setores, como a Federação de Indústrias de São Paulo (Fiesp) – que tinha colocado seu pato na Avenida Paulista em prol do *impeachment*, deixando para os trabalhadores “pagarem o pato” da crise.

Conseguiu, no breve tempo em que governou, fazer passar também a *Lei das Terceirizações*, permitindo a terceirização de todas as atividades das empresas e a *Reforma do Ensino Médio*: com o discurso de adequar essa modalidade de ensino à realidade da juventude, baixou uma Medida Provisória (MP) que promoveu uma série de mudanças, como aumento da carga horária, para implementar o ensino integral; divisão em duas fases: uma primeira com conteúdos obrigatórios (a partir da definição da BNCC), ocupando 60% da carga horária; e a segunda, formada pelo que chamou de “itinerários formativos”, correspondendo aos 40% de carga restantes.

Ademais, concedeu maior porção do nosso pré-sal ao capital estrangeiro, interveio na Segurança Pública do Rio de Janeiro, deixando-a sob o comando do general Walter Braga Netto (procedimento não estranho aos governos anteriores, diga-se de passagem), promoveu uma política de preço dos combustíveis que os encareceu e levou os caminhoneiros às ruas (2018).

Pode-se afirmar que “nunca antes na história desse país”, desde que se iniciaram a aplicação das medidas do Consenso de Washington, em tão pouco tempo um governo fez tanto em acordo com estas. Mesmo passando por momentos de grande turbulência, brindados por contundentes denúncias de corrupção, foi blindado em prol de seguir fazendo o que “devia ser feito”, e terminando o nefasto governo para passar a faixa presidencial a um nefando sujeito.

Como coroação da crise orgânica que se havia instalado no país, após a criminosamente investida sobre o, segundo as pesquisas, mais provável sucessor presidencial (Lula da Silva) – preso por “convicções” às vésperas de concorrer ao pleito, pegando o PT com “calças curtas” por não ter produzido um candidato à altura e sequer ter se antecipado quando tudo indicava que não haveria respeito pelas “regras do jogo” –, as eleições jogaram um balde de água fria sobre as pretensões originais de partidos e candidatos tradicionais, bem como surpreenderam o conjunto dos analistas políticos do *establishment*. O principal candidato dos setores da classe dominante, Geraldo Alckmin, minguou com meros 5% de votos, e, para o segundo turno, ficou “uma escolha muito difícil” para tais setores, entre o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT) e o ex-capitão do Exército, reformado por indisciplina, Jair Bolsonaro (PSL).

Da escolha muito difícil, foi feita aquela matizada pelo profundo antipetismo que se instalou nos redutos do país (principalmente entre os estratos médios), com exceção do Nordeste e alguns estados de outras regiões. Ganhou aquele que vinha tendo palco e plateia há alguns anos ao vociferar contra o PT, os LGBTQIA+, os direitos humanos, nostálgico da ditadura e elogioso de ditadores e torturadores, afirmando que tinha que “mudar tudo isso que tá aí”, mas vindo que quase três décadas de tranquilidade com o que estava lá, como deputado no Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro. Decididamente apoiado pelo braço forte (mãos nem tão amigas) das Forças Armadas, tendo como vice um reformado general de quatro estrelas, Hamilton Mourão (sem parentesco com o autor do Plano Cohen), deixou a economia (e, em torno dela, a satisfação da burguesia) com um *Chicago Boy*: Paulo Guedes – também afeito a uma ditadura, visto que trabalhara para Pinochet.

Sob essa ótica, é importante frisar que Bolsonaro representará menos um legítimo representante dos setores dominantes que o fruto da dificuldade de recomposição da hegemonia burguesa diante da crise (não à toa seu governo viria a ser constantemente criticado por veículos midiáticos como Globo e Folha de São Paulo, ainda que Paulo Guedes se constituísse como elemento unificador de interesses) e de um certo caldo de cultura que não é apenas característica local – a ascensão de Trump, pouco antes (2017), foi um prenúncio, ou um sintoma mesmo, da tentativa de emulação local.

Abordaremos esse momento seguinte de forma “unificada” como um artifício didático-expositivo para facilitar a apresentação dos elementos que distinguem/determinam o processo aludido e condicionam o setor universitário.

Dessa forma, ao eleger o pretenso *outsider* na tentativa de ver as pautas do capital garantidas da maneira mais aprofundada possível, na verdade, e sem perder isso de vista, teríamos um governo recheado de polêmicas vazias e poucas concretizações que animassem de

fato a burguesia em sua ampla maioria, mesmo se comparado aos governos anteriores (inclusive os petistas).

Sob uma retórica abertamente anticomunista (e nesse balaio vinha todo tipo de manifestação fora dos critérios conservadores e reacionários), o governo Bolsonaro-Mourão iniciou realizando mudanças nos ministérios – evidencia-se o da Economia e da Justiça, este sendo chefiado pelo ex-juiz Sérgio Moro⁹⁶, talvez como forma de agradecimento pelos ótimos serviços prestados nas eleições presidenciais –, e se destacou sendo o que mais empregou militares no Executivo⁹⁷, contando com mais ministros “milicos” até mesmo do que na ditadura. Sob o mote do patriotismo, suas relações exteriores foram comandadas (ao menos até 2021) por um ideólogo “antiglobalista”, Ernesto Araújo, e sua bandeira nunca foi tão norte-americana (ao menos durante o governo Trump).

No sentido de medidas mais amplas, podemos elencar a reforma previdenciária (2019), que Temer não conseguiu fazer passar, além da sistemática destruição do meio ambiente⁹⁸, em cima do qual se buscou fazer “passar a boiada”, através do desmonte da pasta relativa à área e a série de legislações que flexibilizariam as regulamentações ambientais. Outro ponto de destaque foi o lançamento do “Pacote Anticrime”, característico do “populismo penal”, que objetivamente aumenta a criminalização das franjas mais miseráveis da classe trabalhadora e intensifica o encarceramento em massa, além dos mais de quarenta decretos presidenciais que

⁹⁶ Que esteve à frente da Operação Lava-Jato, e em 2019 a série de denúncias realizadas pela “Vaza Jato”, do *Intercept Brasil*, mostrou a existência de um conluio com o procurador Deltan Dalagnol e outros para manipular a condução dos processos da Operação. Sobre isso, cf. <https://www.intercept.com.br/series/mensagens-lava-jato/> - acessado em 02 de novembro de 2023

⁹⁷ Os dados apontam para a expressiva quantidade de 6157 em 2020, segundo o TCU. “Os fardados estão inclusive em áreas nas quais não necessariamente contam com notório conhecimento. ‘Chama atenção a presença contundente no Ministério da Educação, fundamentalmente nas áreas ligadas ao ensino superior; no Ministério da Saúde atuando na Anvisa; no Ministério da Agricultura ocupando o Incra; no Ministério dos Direitos Humanos, ocupando a Funai; no Ministério da Cidadania, ocupando a pasta responsável pelos Esportes; no Ministério do Desenvolvimento Regional, ocupando o departamento responsável pela defesa civil’, elenca Nozaki”. Cf. <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/> - acessado em 02 de novembro de 2023

⁹⁸ Observa-se que “os 4 anos de governo Bolsonaro viram um aumento de 59,5% do desmatamento na Amazônia e uma queda de 38% no número de multas aplicadas pelo IBAMA por crimes contra a flora, em comparação com o período 2015-2018”. Cabe o destaque também para o completo descaso em relação aos povos originários, dado também a associação desse governo com os latifundiários: “na política indigenista, o governo Bolsonaro manteve a promessa de não demarcar nenhuma nova terra indígena, e permitiu o aumento de invasões a TIs [terras indígenas], como as feitas pelo garimpo ilegal. A média anual de incursões não autorizadas mais que triplicou, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), passando de 88 entre 2016 e 2018, para 275 entre 2019 e 2021, ano em que foi registrado o maior número desde 2003: 305 invasões”. <https://oeco.org.br/noticias/relatorio-detalha-politica-antiambiental-do-governo-bolsonaro/> - acessado em 02 de nov. 23

tiveram o papel de elevar a compra civil de armas de fogo⁹⁹ (temas nos quais Jair Bolsonaro ganhou grande apelo popular).

Cumpra aqui dar atenção a um momento de repercussão mundial ocorrido no principiar dos anos 2020, a *pandemia da Covid-19*, com suas peculiaridades verde-amarelas¹⁰⁰. A partir de março de 2020, o Brasil foi impelido a lidar diretamente com as consequências da pandemia da COVID-19, na medida em que no 11º dia daquele mês a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o estado de pandemia em decorrência do vírus Sars-CoV-2¹⁰¹, e no dia 20 foi declarado estado de calamidade pública em território nacional¹⁰². Pouco mais de dois anos depois, em 22 de abril de 2022, seria revogado o decreto que instituiu a estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)¹⁰³, quando contabilizavam-se mais de 660 mil óbitos e 30 milhões de casos¹⁰⁴. Ocupando a posição de 14º no *ranking* de mortos em números proporcionais em setembro daquele ano¹⁰⁵, não necessariamente se resumem aí as implicações pandêmicas que, a despeito de partirem desse solo, vão muito além do vírus e seus efeitos orgânicos.

Deste ponto, torna imperativo ter como questão a própria sociabilidade sob o jugo do capital. Ainda que o vírus em si tenha a sua origem/determinação natural, explicando-se por meio de pesquisas laboratoriais, bioquímicas, no isolamento do ambiente externo com suas variáveis, entende-se tal fenômeno, a pandemia do coronavírus, como uma expressão fenomênica que compõe a própria lógica do capital (cujas características fundamentais já apresentamos), do seu incontrolável avanço sobre a totalidade planetária, regido pela busca da lucratividade. De tal maneira que não pode ter suas expressões de barbárie resolvidas no interior de sua própria lógica, que são, no limite, (mal)atenuadas.

⁹⁹ "Nessa busca frenética para facilitar a aquisição de armamentos, proporcionando uma alegria para as indústrias de armas e munições como nunca ocorreu na história do país, o número de novas armas nas mãos de civis explodiu. Em 2018, um ano antes de Bolsonaro ser eleito, havia 350 mil armas registradas em nome de colecionadores, atiradores e caçadores (os chamados CACs), número que passou para 1 milhão em julho de 2022. Ou seja, triplicou. A Taurus, principal fabricante de armas do Brasil, teve lucro líquido de R\$ 307 milhões em 2018. Em 2021 lucrou R\$ 1,3 bilhão, um aumento de 323%". <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/12/apos-mais-de-40-decretos-de-bolsonaro-brasileiros-compram-1-300-armas-por-dia> - acessado em 02 de nov. 23.

¹⁰⁰ Para tal, valemo-nos parcialmente de artigo do artigo "A pandemia do Coronavírus: considerações preliminares acerca da psicologização das relações sociais" (Alcantara; Turci, 2020).

¹⁰¹ <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

¹⁰² <https://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/noticias/detalhe/trabalhista/-geral/decretado-estado-de-calamidade-publica-no-brasil-em-razao-da-pandemia-do-novo-coronavirus/> Acessado em 02 de nov. 23.

¹⁰³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-04/governo-publica-portaria-com-o-fim-da-emergencia-sanitaria> Acessado em 02 de nov. 23.

¹⁰⁴ Dados disponíveis em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html Acessado em 02 de nov. 23

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-e-12o-em-ranking-de-mortes-proporcionais-pela-covid/> Acessado em 02 de nov. 23.

A pandemia do COVID-19, no cenário já exposto, fez emergir problemas latentes e agudizar outros que estavam alumiados, desdobrando-se, oficialmente, por de mais de dois anos. Intensificou-se o discurso do negacionismo científico, o governo Bolsonaro notoriamente buscava colocar em primeiro plano os interesses da economia em prol dos objetivos da burguesia em oposição à saúde dos trabalhadores, denotava-se o completo desprezo pela vida, a não garantia da ampla vacinação da população (com sistemáticos e deliberados atrasos no processo vacinal), a não manutenção do auxílio-emergencial (que saiu às custas de muita pressão, depois sendo meio de tentativa de utilização política), o desemprego galopante junto ao crescimento da informalidade, além da alta no preço de produtos básicos do consumo da população – esses são alguns elementos que caracterizaram a gestão Bolsonaro-Mourão, com a condução de uma política de morte não só pelo vírus em si, mas de um verdadeiro austericídio, colocando um futuro nada otimista para a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Tal cenário se constituiu como uma realidade tragicamente didática para a compreensão do caráter destrutivo do capitalismo, que já vinha de um quadro de crise, e surgindo como elemento dissolvidor das aparências que insistiam em velar as contradições desta, mas renovando camadas mistificadoras para se compreender de maneira mais aprofundada seu busílis: a *crise estrutural do capital* em suas recentes particularidades.

De outro modo, os resultados vindos da irradiação do vírus planetariamente foram frutos das consequências do capitalismo mesmo, em seu intrínseco modo de produzir e reproduzir. Tal aparição, como um *deus ex machina* para os problemas existentes, se deu num contexto em que o tecido social já estava abalado, catalisando as latências da crise capitalista, de suas características fundamentais. Assim, o modo como repercute o encontro do Covid-19 com o sociometabolismo regido pelo capital estruturalmente em crise é originário deste e agravado em tal momento histórico.

Atribuir as adversidades de uma classe historicamente sujeita à precarização alegando que o vírus é incontrolável e inevitável (ou jogar sua responsabilidade a um país específico) é um modo de mascarar tais situações enquanto resultados inevitáveis de ocorrências naturais, ao invés de reconhecê-las como parte interior de um complexo social. Esse complexo, obstinado a manter uma classe dominante, demanda que a maioria da população permaneça em condições mínimas de sobrevivência, o suficiente apenas para a venda de sua força de trabalho. Em períodos de crise, tal situação se intensifica, e as reformas trabalhista e previdenciária (bem como Teto de Gastos e outras medidas) carregam o potencial de agravar ainda mais tais indicadores.

Nesse meio-tempo, o capital em sua retórica ideológica liberalizante emprega no indivíduo enquanto ser atomizado toda a responsabilidade frente a esse cenário, como ocorre com o uso do discurso empreendedor – uma das principais embalagens de responsabilização, algo evidenciado pelo crescimento de *coachs* e seus variantes (mesmo profissionalizados) –, mas sem base material que assegure a sobrevivência dos trabalhadores apenas com uma mudança de mentalidade. Essa lógica é adotada pelo próprio Estado diante das manifestações do sociometabolismo capitalista, caracterizada por individualizar, moralizar, fragmentar e culpabilizar: trata-se do fenômeno da *psicologização das relações sociais* (Netto, 2011).

Expostos os principais elementos dos governos neoliberais (em suas variadas modalidades), passamos ao quadro do ensino superior nesse período, buscando trazer as implicações que as políticas adotadas tiveram para esse âmbito do ensino.

3.3. O Conhecimento e a Educação sob os “auspícios” neoliberais em sua particularidade brasileira: impactos nas universidades públicas

3.3.1. O Período FHC

Conforme abordado acima, o neoliberalismo ganhou fôlego e foi implementado no Brasil fundamentalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). No entanto, é importante notar que já havia iniciativas nesse sentido durante os governos de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco. No âmbito das contrarreformas do Estado e seus impactos nas políticas sociais preconizadas pela Constituição, os reflexos na educação superior foram significativos.

Recapitulemos que após a reforma universitária de 1968, em 1971, houve uma reforma direcionada ao ensino técnico e médio com o objetivo de separar a crescente necessidade de formação técnica do ensino superior. Embora tenha sido planejado que o Ensino Médio fosse o responsável pela preparação da força de trabalho, enquanto o Ensino Superior cuidava da formação de intelectuais, na realidade, as universidades também passaram a desempenhar um papel crescente na formação de mão de obra alinhada às demandas do mercado e orientada para os interesses do setor privado. Tal mudança operada gerou consequências na estrutura organizacional das universidades, que passaram a seguir o modelo de ensino superior dos Estados Unidos.

Com a Constituição Federal de 1988, amalgamada por diferentes concepções societárias, pôde-se ter a consubstanciação de uma concepção de educação como um direito,

influenciada pela perspectiva democrática que animou o ambiente na época. No artigo 205 da referida Carta, podemos observar que, além de ser um “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Percebe-se, portanto, a preocupação com a adequação da educação ao mercado de trabalho, além da abertura a sujeitos “estranhos” ao Estado enquanto colaboradores da sociedade.

As discussões envolvendo a educação superior ultrapassaram as disposições constitucionais, envolvendo distintos setores da sociedade: de defensores da educação pública a proponentes da privatização (sempre presentes e dispostos a “colaborar”), contou com representantes da sociedade civil em geral. A criação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) deu o tom das discussões, mas esse foi um processo que se estendeu por vários anos. O cerne do debate colocou em lados opostos grupos progressistas e críticos, apoiados por sindicatos e movimentos sociais, e setores da classe burguesa alinhados com o ideário do neoliberalismo e comprometidos com os princípios dos países centrais, estes também contando com o apoio de grupos ultraconservadores.

Essa contenda, embora não seja ocorrência inédita na trajetória histórica da concepção da universidade brasileira até aquele momento, assinalou o começo de uma fase distinta. Frigotto (2010) assinala o “perfil anacrônico e opaco de nossas elites” (p. 168), tendo entre seus indicadores o atraso brasileiro em universalizar a escola básica. Frisa que esse atraso se evidencia ainda mais diante da demora na definição da LDB, na medida em que avanços mais significativos se viram barrados pela incidência de parlamentares vinculados à oligarquia. Ademais, demonstra, com Fernandes, como o embate entre esses diferentes interesses, aos quais chama de destrutivos, e as negociações em torno deles “tornaram o projeto, já com muitas limitações, muito mais precário” (Fernandes, 1992, *apud* Frigotto, 2010, p. 169). No fim das contas, a Lei se consolidou alijando de seu processo “as organizações e instituições que compunham o fórum por uma LDB democrática” (p. 171), com características mais conservadoras do que progressistas em sua essência, sendo enfim aprovada em 1996¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Para entender o contexto da criação da nova LDB, é necessário compreender que, no período de abertura democrática, grupos ligados à educação debateram as bases que constituíram a nova legislação em seminários realizados em todo o país. No entanto, o principal obstáculo a uma política educacional verdadeiramente inclusiva, idealizada por profissionais da educação, eram os setores políticos conservadores e liberais que buscavam atender aos interesses do mercado. Assim, a LDB permaneceu em debate por cinco anos e resultou em um acordo entre os setores conservadores e os educadores, com vitórias pontuais para os profissionais da educação, liderados pelo senador Darcy Ribeiro.

A LDB, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, foi promulgada durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, período de consolidação das tendências neoliberais. Para além de outros mecanismos, a utilização de critérios de controle com metas e instrumentos de avaliação estatais da autonomia administrativa e da produção acadêmica mostra os reflexos do predomínio de uma abordagem neoliberal na educação.

Garantindo legalmente diretrizes da reforma administrativa, a LDB assegura às universidades uma autonomia de que jamais gozaram: elaborar e aplicar seu próprio orçamento, sem submetê-lo à aprovação do MEC; adotar regime financeiro e contábil próprio; reavaliar operações de créditos; efetuar transferências e receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas (art. 53, inciso X). Legitima-se, assim, a busca de recursos nas mais diferentes fontes de financiamento (Silva Jr.; Sguissardi, 2020, p. 69).

Emblemático também é o “Provão”, Exame Nacional de Cursos, que estabelece um sistema de avaliação da qualidade do ensino superior com base em uma prova aplicada aos alunos. Esse modelo criou um sistema de classificação que promovia a competição entre cursos e determinava o financiamento com base em *rankings*. Amplamente criticado, refletiu a concepção de ensino que havia sido delineada desde a Reforma de 1968: um ensino orientado para o mercado, com regras de regulação influenciadas por órgãos como o Banco Mundial e a UNESCO, que enfatizavam a necessidade de reformas visando uma maior eficiência do ensino e facilitando o acesso ao ensino superior privado.

O que está posto é:

oficialmente, se tenta [...] implantar o que está na lógica do conjunto de ações de reforma em andamento: a autonomia financeira das IES (organizações sociais e IES privadas) e a distribuição dos recursos do Estado entre todas as IES, independente de sua natureza jurídico-administrativa (pública ou privada) e segundo o critério de desempenho em sistema nacional de avaliação sob controle centralizado (Silva Jr.; Sguissardi, 2020, p. 195).

Nesse contexto, as universidades federais tiveram seu caráter jurídico alterado, transformadas em organizações sociais, também conhecidas como entidades públicas não-estatais. Essa mudança representou um passo significativo na direção de um Estado com caráter gerencial, conforme exposto anteriormente.

Uma das estratégias adotadas durante o governo FHC foi a diversificação na oferta de cursos de ensino superior. Essa política visava atender aos interesses das instituições de ensino superior privadas na medida em que seguia as recomendações de organismos multilaterais. O argumento central era que essa diversificação abriria oportunidades de acesso à educação superior para uma vasta demanda reprimida. Nesse sentido, foram criadas três modalidades de cursos: *sequencial*, *tecnológico* e *à distância*. Os cursos tecnológicos de formação superior, em

particular, se tornaram uma opção que atendia às demandas do mercado de trabalho e se alinhava com o ideário neoliberal de produtividade e competitividade.

A criação de cursos na modalidade de Ensino à Distância (EaD) enfrentou barreiras iniciais em termos de estrutura e adaptação das instituições de ensino superior. No entanto, a partir do ano 2000, principalmente nos governos subsequentes, o EaD experimentaria um rápido crescimento, refletindo o interesse empresarial no setor. O Censo do Ensino Superior mostrou um aumento significativo no número de polos de EaD, tanto em instituições públicas quanto privadas. A democratização do acesso foi frequentemente citada como justificativa para a expansão dessa modalidade.

3.3.2. O Período PT

Em 2003, com a vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, anteriormente um opositor ferrenho do governo de Fernando Henrique Cardoso, não se rompeu com as tendências neoliberais, pelo contrário, a supremacia da lógica de mercado nas instituições de ensino superior foi mesmo aprofundada. Esse processo, no entanto, ocorre de maneira distinta à operada nos governos anteriores, visto que também se investe no ensino superior público.

Nesse sentido, houve um notável aumento nos investimentos públicos na educação, passando de 1% em 2002 para 11% em 2010, mostrando que, efetivamente, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores, houve uma expansão significativa dos recursos e políticas de acesso no Ensino Superior. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, desempenhou um papel importante nesse processo; contudo, a estrutura fundamental do sistema de ensino permaneceu em consonância com as diretrizes internacionais, seguindo as orientações do Banco Mundial e da UNESCO.

Apesar desse aumento expressivo, o crescimento mais significativo ocorreu no setor privado. O processo de privatização da educação superior no Brasil ocorreu em duas frentes: primeiro, por meio da flexibilização na legislação, permitindo a liberalização de serviços dentro das instituições públicas; segundo, através de incentivos governamentais à expansão do setor privado, inclusive com financiamento público. Assim, além do *boom* do setor privado de ensino superior, os governos petistas seguiram na lógica de mercado e de gestão empresarial, mesmo para as universidades públicas, conduzindo uma privatização *por dentro*.

Por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), estabelecido em 2004, foi criado um sistema de concessão de bolsas de estudos para estudantes com baixa renda, que desejavam ingressar no ensino superior privado. Essa iniciativa foi acompanhada de incentivos

fiscais para as instituições privadas de ensino que aceitaram bolsistas do Programa. Além disso, o governo instituiu o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que possibilitava o financiamento dos estudos nestas instituições.

Durante esse período, novos métodos de avaliação também foram desenvolvidos, nunca contrariando os padrões estabelecidos pelos senhores do Banco Mundial. Além de substituir o antigo Provão pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), foram introduzidos critérios de avaliação por meio do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), periodicamente avaliando cursos e instituições com base em critérios do Ministério da Educação, resultando em *rankings* para as instituições. Para aquelas que não atingem resultados satisfatórios, são exigidos protocolos de compromisso com o MEC, um claro exemplo de interferência sobre a autonomia universitária.

Esse modelo de avaliação também beneficia o ensino privado, principalmente à distância, não abrangendo o modelo de ensino superior baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Tais mudanças se alinham ao empresariamento da educação e à adaptação da formação humana para atender às necessidades do capital, seguindo orientações de organismos multilaterais nos moldes das políticas sociais.

O EaD, que já estava em crescimento desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, se tornou o principal meio de formação no período dos governos petistas. O objetivo era cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de aumentar a matrícula de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, levando a um significativo crescimento no número de instituições de ensino, principalmente privadas.

O modelo dito neodesenvolvimentista, perpassado pela ideologia do cidadão-consumidor, concentra-se no papel das instituições educacionais na formação do capital humano e na construção de uma força de trabalho técnica. Argumenta-se que as causas subjacentes à pobreza podem ser encontradas no nível educacional de cada indivíduo e em sua capacidade de competir no mercado. Nessa perspectiva, a educação é vista como a chave para combater a pobreza, buscando minimizar a importância das lutas de classe e contradições inerentes ao capitalismo. O social-liberalismo, como uma vertente teórica do neodesenvolvimentismo (Castelo, 2013), baseia-se nessa abordagem de combate à pobreza por meio da educação, alinhando-se às diretrizes de organismos multilaterais. Aqui reside a crença de que a má distribuição de renda na sociedade está enraizada na desigualdade educacional, e, para enfrentar a “exclusão social”, a sociedade deve promover um sistema educacional eficaz, focado na formação de profissionais preparados para atender às demandas tecnológicas e organizacionais de uma economia supostamente baseada no conhecimento.

O modelo neodesenvolvimentista dos governos de Lula e Dilma, adotando estratégias para promover a educação privada e a privatização interna das instituições públicas, seguiram as recomendações de organismos multilaterais e buscaram estabelecer parcerias público-privadas no financiamento e execução da política educacional brasileira, incluindo os níveis fundamental, médio e superior, bem como a abertura do setor educacional para empresas e grupos estrangeiros. Os Ministros da Educação durante esses governos também enfatizaram a importância da cooperação com organismos internacionais e a necessidade de melhorar a qualidade da educação, alinhando-se com os princípios do capitalismo e da “economia do conhecimento”. A relação entre o setor educacional e os interesses do capital é evidente nos discursos dos Ministros, que destacam a necessidade de inovação e eficiência na educação como estratégia para o desenvolvimento do país.

O sistema educacional, conforme delineado, está estreitamente vinculado aos critérios de mercado estabelecidos por organismos internacionais, que diluem as definições de escola com as de empresa. As principais categorias de avaliação tornaram-se o custo-benefício e a taxa de retorno, assumindo um papel fundamental na definição do propósito da educação, priorização de investimentos, desempenho e qualidade. Nessa perspectiva, a educação é concebida como uma composição de insumos que influenciam o processo de aprendizagem na sala de aula, e o professor é apenas mais um. Tal enfoque transforma a aprendizagem em um resultado previsível da presença e combinação desses elementos.

Fica evidente que os governos petistas mantiveram um compromisso político que associou a educação a essa lógica de custo-benefício. Isso se reflete na colaboração dos representantes do Banco Mundial na formulação e gestão das políticas educacionais no Brasil, continuando as contrarreformas neoliberais educacionais implementadas por governos anteriores, que visam a mercantilização de todas as áreas da vida social. Esse compromisso se manifesta na reconfiguração da educação superior em educação terciária, com uma certificação em larga escala, na expansão da formação profissional e no empresariamento da educação. Esse último envolve a privatização e mercantilização da educação superior, com um aumento significativo de instituições de ensino superior privadas e financiamento público indireto para o setor privado por meio de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Ademais, há uma ênfase crescente no produtivismo acadêmico nas políticas de pesquisa e avaliação da CAPES e CNPQ.

Nas palavras do próprio Banco Mundial (2008):

As universidades se tornaram agentes de P&D cada vez mais importantes no mundo inteiro. Embora existam muitos programas brasileiros de apoio à pesquisa universitária, o volume ainda é muito pequeno em relação aos padrões internacionais.

Um maior volume de recursos deveria ser destinado por meio de projetos competitivos que abrangessem monitoramento e avaliação. A pesquisa universitária poderia ser dirigida não apenas no sentido de expandir as fronteiras científicas, mas também para a aquisição de conhecimento relevante que atenda às necessidades socioeconômicas do Brasil. Os recursos poderiam ser disponibilizados para pesquisadores nas universidades públicas e privadas, com base no mérito (p. 202).

Cabe pontuar que a efetivação dessa contrarreforma remonta à conjuntura do ano de 2004, quando é criado o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (GERES), que em agosto do mesmo ano divulga o documento “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior”. Este documento vem trazer as balizas centrais para o desenvolvimento da política educacional do governo Lula, colocando no centro do debate a educação como direito público que pode ser alcançado pelas parcerias público-privadas.

De acordo com o ANDES-SN (2004), em crítica àquele documento:

Neste cenário, a contra-reforma universitária é parte ativa e componente da segunda geração de reformas estruturais. Sua base de fundamentação política parte das seguintes concepções: 1) “a educação como bem público”. Esta concepção oportuniza a defesa da seguinte argumentação: na medida em que as instituições públicas e privadas prestam um serviço público, justifica-se a alocação de verba pública para instituições privadas (Programa Universidade para Todos), diluindo os conceitos de público e privado e retomando a noção de público não-estatal de Bresser Pereira-FHC; 2) “a justiça social como igualdade de oportunidades”. Desta forma caberá a cada indivíduo, a partir de suas competências e habilidades, conquistar uma vaga nos cursos pós-médio (seqüenciais, cursos de curta duração) ou nas universidades (ciclo básico ou integralizando o curso de graduação); 3) “O Estado como supervisor”. Destaca o papel do Estado na regulação do sistema (elaboração da Lei Orgânica da Educação), sem fazer referência ao financiamento público para a educação pública. Reserva-se ao, já amputado, Estado brasileiro, no âmbito do ensino superior, a ‘supervisão e a regulação’ já que o financiamento do ensino superior público não está entre suas prioridades (pp. 14 e 15).

Em resumo, o processo de expansão da privatização na educação durante os governos petistas teve suas raízes nas diretrizes estabelecidas por organismos multilaterais, refletidas nos Planos Nacionais de Educação de 2001-2010 e 2011-2020. O primeiro PNE, elaborado pelo Ministério da Educação, foi visto como uma ferramenta coercitiva que contribuiu para a precarização da educação em todos os níveis e a proletarização dos professores. O PNE de 2011-2020 continuou e aprofundou essas políticas, promovendo parcerias público-privadas e mantendo a ênfase em avaliações padronizadas e metas como critérios para o financiamento da educação. As metas do segundo PNE abrangeram desde o ensino infantil até o superior, com destaque para a expansão da oferta de ensino técnico de nível médio pelas entidades privadas, além de iniciativas como o REUNI, FIES e PROUNI para aumentar a taxa de matrícula no ensino superior. No entanto, os esforços de educadores, movimentos sociais e sindicatos em defesa da educação pública e gratuita foram minimizados pelo governo, que alocou uma porção

relativamente pequena do PIB para o ensino superior em comparação com a área da educação como um todo.

No governo Dilma, a contrarreforma educacional recebeu apoio de organizações como a OMC, BM e a Corporação Financeira Internacional (IFC), com ênfase na perspectiva comercial da educação nas últimas duas décadas. Quatro áreas principais foram identificadas como alvos de investimento: a) treinamento técnico e vocacional; b) educação de terceiro grau; c) ensino à distância e novas abordagens educacionais; e c) financiamento, incluindo empréstimos a estudantes e apoio a escolas privadas por meio de bolsas de estudo e *vouchers*.

Essa expansão do empresariamento da educação superior nas universidades públicas, embora apresentada como uma estratégia de democratização do ensino, é, na verdade, uma expansão regionalizada que serve aos interesses econômicos e políticos de setores da elite brasileira. As medidas provisórias, projetos de lei, leis e decretos emitidos pelo governo indicam a direção do Estado nesse rumo.

Resumidamente, os planos de governo nos governos petistas demonstram uma continuidade na direção neoliberal da educação, com o governo de Dilma aprofundando essa política, alinhando-a aos interesses burgueses, tanto nacionais quanto internacionais. Isso é evidenciado através da criação e expansão de programas sociais e econômicos que enfatizam a flexibilização das relações entre o setor público e privado, direcionando a educação para a lógica do mercado e submetendo o conhecimento aos interesses empresariais. A economia política “neodesenvolvimentista”, apesar de se apresentar com um caráter progressista e redistributivo, tem como centralidade o neoliberalismo, gerando impactos como o aumento do *déficit* público devido ao pagamento de juros da dívida e a precarização do trabalho, evidenciando a influência da ideologia neoliberal na educação.

3.3.3. Temer e Bolsonaro

Ao se considerar o período pós-PT (ao menos até o seu retorno em 2023), tomamos muito mais como um ciclo de continuidade que propriamente descontinuidades entre os governos Temer e Bolsonaro, reconhecendo que, por diversas questões, impactaram de maneiras distintas sobre o ensino superior. No entanto, ainda que o mote geral tenha sido o corte de gastos sociais (inclusive na educação), cabe notar que já se verifica esse declínio desde antes. O que mais se notabiliza no governo Temer, de fato, é a Emenda Constitucional nº 95, visto que objetivamente limita o investimento nas áreas sociais.

Agora, iremos nos valer dos estudos de Macário e Reis (2020), que demonstram o investimento realizado no período de 2003 a 2018 nas universidades federais e na área de ciência e tecnologia, contrapondo ao montante vertido em prol do pagamento da dívida pública. Pode-se afirmar que, no período aludido, o governo federal alocou uma parcela relativamente ínfima de suas despesas orçamentárias para as universidades federais comparativamente às despesas com juros e amortizações da dívida pública. As universidades federais constaram em apenas 1,6% das despesas orçamentárias da União, incluindo hospitais universitários. Em média, esse valor representou apenas 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em contraste, as despesas com juros e amortizações da dívida pública consumiram 19,1% do orçamento da União e 8% do PIB.

Embora os recursos destinados às universidades federais tenham aumentado em 155,8% entre 2003 e 2018, uma análise mais profunda revela que houve uma redução significativa nos recursos destinados ao custeio e investimento dessas instituições. Em 2003, esses recursos representavam 0,5% do PIB e 1% do orçamento da União. Em 2018, passaram a representar 0,8% e 2%, respectivamente. Essa aparente melhoria no financiamento não conseguiu atender adequadamente às necessidades das universidades federais.

A partir de 2014, verificamos uma grave restrição dos recursos destinados ao custeio (Outras Despesas Correntes) das universidades federais. Em 2013, as universidades (incluindo os hospitais universitários) receberam R\$ 9,701 bilhões para o custeio de suas atividades, e em 2018, R\$ 7,378 bilhões, ou seja, uma redução de 23,9%. No caso dos recursos destinados aos investimentos, a situação é ainda pior. Em 2011, as universidades e os hospitais a elas vinculados receberam do governo federal R\$ 3,849 bilhões para essa rubrica e, em 2018, apenas R\$ 337,589 milhões, uma redução de 91,2%. Em outras palavras, os investimentos foram lançados ao chão, ameaçando a conclusão de obras iniciadas e zerando quaisquer possibilidades de novos gastos, o que tem deixado as universidades federais em profunda crise (Macário; Reis, 2020, p. 301).

Durante o mesmo período, os recursos públicos destinados a Instituições de Ensino Superior (IES) privadas cresceram de forma surpreendente, aumentando 779,2%. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2015), o setor privado experimentou um aumento ainda mais impressionante, de 1.069%. Isso resultou em uma redução na proporção de recursos direcionados às universidades federais em relação às instituições privadas.

Os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil enfrentam uma crise devido ao subfinanciamento. A análise comparativa revela que os gastos com a dívida pública foram muito maiores, consumindo 19,1% do orçamento da União e 8% do PIB destinados a juros e amortizações. Apesar do aumento verificado no arco temporal entre 2003 e 2018, observa-se que, se em 2013 foi vertido um montante de R\$ 15,108 bilhões, no ano de 2018 esses valores não foram além de R\$ 6,806 bilhões, uma redução de mais de 50%.

Tanto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quanto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) enfrentaram desafios financeiros significativos. O CNPq viu uma queda de 19,4% nas verbas entre 2003 e 2018, enquanto a Capes experimentou um crescimento de 170,2%, seguido de uma redução de 62,5% a partir de 2016. Ambos os órgãos enfrentam dificuldades para manter suas funções de apoio à pesquisa e pós-graduação no país devido à tendência de redução de recursos, algo que indubitavelmente compromete a produção de conhecimento e a formação.

A análise desses tópicos demonstra a complexidade do financiamento das universidades e da pesquisa científica no Brasil. Apesar de alguns aumentos de recursos ao longo dos anos, as discrepâncias entre o financiamento das universidades federais e as instituições privadas, bem como a alocação de recursos para a dívida pública em detrimento da ciência e tecnologia, são questões críticas a serem consideradas. A situação do CNPq e da Capes também reflete os desafios enfrentados na manutenção do apoio à pesquisa e educação de qualidade no país.

No período Bolsonaro, que manteve a tendência dos cortes acima expressa, também ocorreram fortes ataques à universidade como parte da chamada “guerra cultural”. que visava não apenas redefinir a educação superior, mas também destruir sua imagem. Essa guerra cultural, conforme (Silva *et. al.*, 2023, p. 190), tem três dimensões principais: a produção de uma imagem negativa das universidades, a destruição de sua infraestrutura e a desarticulação das condições necessárias para o exercício profissional de docentes, técnicos e estudantes.

A imagem negativa das universidades públicas intensificou-se no pós-2014, particularmente durante os eventos que culminaram no golpe de 2016. Isso esteve relacionado a um discurso que visava combater supostos aspectos do socialismo e um chamado "marxismo cultural", resultando em ataques direcionados à intelectualidade e, em particular, às universidades públicas. A doutrina da guerra cultural foi utilizada como uma ferramenta central nesse contexto, buscando criminalizar o pensamento divergente, nomeando reitores sem apoio da comunidade acadêmica e promovendo processos disciplinares contra opositores, acompanhados por cortes orçamentários que minaram a função social das universidades.

A situação orçamentária das universidades federais e do setor de ciência e tecnologia sob o governo Bolsonaro refletiu uma clara intenção de desmontar essas instituições, indo além de meras questões fiscais nas contas públicas. Isso resultou da convergência entre atos de guerra cultural que asfixiaram as universidades financeiramente e decisões econômicas neoliberais, como o teto de gastos, que receberam apoio do bloco no poder. Entre 2016 e 2022, houve uma redução significativa no orçamento discricionário, sendo que, no caso das universidades federais, entre 2007 e 2013, houve um aumento de recursos da ordem de 250%, até que a situação se inverteu em 2014 (Silva *et. al.*, 2023, p. 199).

Durante os anos de 2014 a 2016, o país experimentou sua primeira grande queda orçamentária, com cortes significativos sendo aplicados por meio do contingenciamento dos repasses previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). As universidades foram severamente afetadas, com a redução de recursos para custeio, agravando uma já precária situação financeira. Ademais, como já mencionado anteriormente:

A EC n. 95/2016 restringiu drasticamente o orçamento da educação, da ciência e da cultura. De fato, a partir de 2017 [...], a queda não decorre apenas do contingenciamento, mas fundamentalmente dos cortes na LOA. [...] A EC n. 95 se converteu em uma 'lei de ferro' utilizada pelo bloco no poder para finalmente reduzir orçamentariamente as despesas obrigatórias, como o custo dos servidores, aposentadorias, manutenção do aparato estatal etc. Com isso, as universidades tiveram de efetivar demissões em massa de terceirizados, em detrimento da manutenção, e estagnar ou mesmo reduzir as políticas e ações de assistência estudantil, inclusive no contexto de pandemia, em que tais políticas são mais necessárias do que nunca, visto a devastação dos empregos e das condições de vida da maioria do povo, assolado pela pobreza e pela fome, o que alcança as famílias de centenas de milhares de estudantes universitários brasileiros (Silva *et. al.*, 2023, pp. 202 e 203).

Outra medida que se destacou no governo Bolsonaro foi o *Projeto Future-se*, buscando introduzir alterações organizacionais nas universidades federais, transformando-as em instituições “empreendedoras” e afastando-as dos valores iluministas. Isso foi realizado por meio da criação de organizações sociais, contratos de gestão, fundos de investimentos e outras medidas que afetaram a autonomia das instituições de ensino. Algo que, convenhamos, não necessitava de grandes alterações legislativas para se efetivar, visto que foi gestado ao longo das últimas décadas.

Resultam do Future-se a hipertrofia da razão utilitarista com o abandono progressivo da ética na produção do conhecimento e os vastos retrocessos no processo de democratização das Universidades e Institutos Federais: a assistência estudantil é, de fato, um alvo muito fundamental para o governo - descapitalizada, contribuiria para debilitar as cotas que, na ótica governamental, alimentam o 'coitadismo', e, sobretudo, para afastar os estudantes pobres que, no futuro, atrapalhariam o pretendido fim da gratuidade, objetivo sistematicamente acalentado pelo ministro da Economia Paulo Guedes, ecoando os organismos internacionais (Silva *et. al.*, 2023, p. 207).

Ademais, o que se verifica é um aprofundamento dos elementos que foram coexistindo nos distintos períodos neoliberais, quais sejam:

um sufocamento orçamentário sustentado no teto de gastos e em cortes constantes de recursos, e promove um redirecionamento do papel da universidade pública por caminhos distintos a sua função social. O inovacionismo e o empreendedorismo se transformariam nos objetivos centrais da formação acadêmica e da atividade universitária desenvolvida, fortalecendo ainda mais características heterônomas, utilitaristas e vazias de ciência, tecnologia, arte e cultura (Silva *et. al.*, 2023, pp. 213 e 214).

O governo Bolsonaro, portanto, adotou uma estratégia que combinou tanto ataques orçamentários quanto medidas de guerra cultural para desmoralizar as universidades públicas. Isso resultou em uma situação insustentável para essas instituições e, ao mesmo tempo, poderia

sinalizar uma mudança no curso do neoliberalismo no Brasil. Embora tenha suas peculiaridades, o governo Bolsonaro não está desconectado da ascensão da extrema direita em nível global, e sua abordagem em relação à educação superior é emblemática desse contexto mais amplo.

Tendo como raiz todas as considerações que foram levantadas em itens anteriores, além dos elementos contemporâneos fundamentais acima expostos – característicos do capitalismo na fase neoliberal, que é o modo como ele se concretiza na atual quadra histórica –, podemos considerar que não são nada desprezíveis os desafios postos ao ensino superior enquanto espaço fundamental para a formação de indivíduos e na produção de conhecimento. Especialmente quando consideramos os desafios enfrentados no contexto neoliberal específico do Brasil, no qual os influxos de capital atendem a fatores distintos em comparação com os observados no centro do capitalismo, ainda que preservem diversos elementos comuns.

CONSIDERAÇÕES DE “CHEGADA” E DE “PARTIDA”

Os estudos ora realizados visaram apresentar um panorama da relação histórica e ontológica existente entre trabalho, conhecimento e formação humana, bem como suas implicações no âmbito do ensino superior em um país de capitalismo hipertardio, cujas determinações de uma via colonial de entificação capitalista podem ser expressas na forma como se constitui a instituição universitária brasileira.

Suas transformações seguem o curso dos interesses das classes que controlam o poder estatal, que assume as rédeas do desenvolvimento capitalista a partir da década de 1930 e, com ele, vai operando uma modernização da sociabilidade em articulação ao capitalismo internacional, guardadas as devidas diferenças em cada forma de gestão da máquina estatal, bem como as pressões exercidas pelos setores subalternos em vistas da garantia de seus direitos.

Adicionalmente, verifica-se o processo que se desdobra diante da crise estrutural do capital nos anos 1970 e as respostas do capital fundamentalmente erigidas através das medidas neoliberais, com o fim último de garantir a reprodução capitalista. Reorganiza-se o sociometabolismo para um fim precípua: a autoexpansão por meio da extração de mais-valia. Lança mão, por conseguinte, de um diversificado leque de medidas anticíclicas que estão ao seu dispor, plasmando no tecido social um modelo que se convencionou chamar de *neoliberalismo*.

Essas ações possuem certas expressões ideológicas, ou formas de consciência, dominantes, que correspondem aos interesses da classe dominante, a burguesia, nesse momento histórico.

Em outras palavras:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (Antunes, 2009, p. 33).

Denominada de crise estrutural do capital, sua inflexão no conjunto da classe trabalhadora não será nada desprezível, inclusive em seus intelectuais orgânicos. Influenciados pelos desdobramentos da crise do movimento comunista internacional, abrindo vincos para o surgimento de tendências como o Eurocomunismo, os anos 1980 serão fartamente preenchidos por tais tendências à esquerda, em geral críticas às experiências do “socialismo real” e até, no limite, negacionistas destas.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 parecem ter caído junto todas as ditas “utopias” que pretendiam a construção de um mundo em que as pessoas seriam “socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (Luxemburgo). Concomitantemente, abriu-se uma grande vaga para a entrada dos discursos pós-modernos, que já vinham sendo gestados desde antes, mas agora encontraram farto terreno fértil para germinar a semente da ideologia pós-moderna. Adequada aos ditames político-econômicos neoliberais, tais ideias vão pregar o fim de uma era (a moderna) e o início de outra (a pós-moderna), que na verdade seria o próprio fim da História (Fukuyama), a entrada em um mundo não mais chamado de capitalista, mas Sociedade da Informação, do Consumo, Pós-industrial, do fim do Trabalho, e assim por diante. Não sendo possível analisar cada uma dessas formulações e seus autores, pelo objetivo desse texto, interessa-nos apontar que, no âmbito do conhecimento, hegemonizou-se um modo de pensar o mundo a partir do imediato, da superfície, do efêmero, do heterogêneo, do múltiplo, desprezando a mediação, a essência, a história, a totalidade, a própria razão.

O capitalismo é um sistema totalizante, ou seja, engloba toda a sociabilidade, e isso se dá tanto no plano objetivo quanto subjetivo. Tal consideração implica compreender que qualquer fenômeno atual deve ser analisado tendo em vista as determinações globais do capitalismo na sua atual fase de acumulação, com múltiplas e variadas expressões.

Frisamos a importância de ter em mente duas questões essenciais para não cairmos no conto do vigário da possibilidade de girar para trás a roda da história em busca de se reeditar um modelo de bem-estar social:

1) Jamais houve bem-estar social no Brasil, ou na América Latina como um todo. Na verdade, poucos países no mundo tiveram essa experiência, proporcionada tanto por uma fase de expansão do capital, quanto pela necessidade de ofertar alternativas às experiências socialistas no seio do capitalismo, nos seus países centrais. Na América Latina, a realidade foi a implantação de ditaduras; na África e na Ásia, a manutenção do colonialismo; 2) Como demonstra Mészáros (2002) em suas análises da crise dos anos 1970, o capitalismo atingiu seus limites absolutos e não pode mais oferecer possibilidades civilizatórias, apenas barbárie. As crises mais recentes, como em 2006/8 e 2014/16, são desdobramentos dessa crise estrutural e, diferente da tentativa de uma articulação em torno de um projeto conciliatório, o capital edita formas cada vez mais reacionárias como respostas possíveis.

Ou seja, o atual momento histórico que se expressa na realidade brasileira (uma particularidade de um contexto mundial) se caracteriza pela profunda regressividade nos direitos e nos valores sociais, na medida em que, de forma cada vez mais agressiva, o capital opera mecanismos tanto de desconstrução e construção ídeo-política entre a classe trabalhadora

(inclusive nos seus setores mais organizados, como sindicatos, conselhos, partidos etc.) quanto de derruição de direitos.

O chamado “apassivamento” é um claro exemplo de desconstrução entre os setores organizados da classe trabalhadora, operado com maestria ao longo dos governos PT. Concomitantemente, a direita conservadora e reacionária construiu um forte sentimento anticomunista impulsionado em maior ou menor medida pelos aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa, fundamentado pela falsa ideia de que todo petista seria comunista e todo comunista seria petista, associando a política “neodesenvolvimentista” de conciliação de classes com uma proposta revolucionária, bolivariana, do “marxismo cultural”, dentre outras mistificações fomentadas por ideólogos burgueses.

Opera-se, assim, a legitimação do ideário conservador, de cunho moralizador e individualista, além de um expressivo crescimento do reacionarismo (com perspectivas proto-fascistas), que atentam contra os direitos humanos, à liberdade, à igualdade e à própria vida pela intolerância à orientação e afirmação sexual e contra matrizes religiosas de origem africana. Concomitantemente, realizam-se ataques cada vez mais agressivos aos direitos historicamente conquistados pela luta da classe trabalhadora, visando o atendimento dos interesses do capital com sua perversa lógica autoexpansiva.

Nas últimas duas décadas, ainda que tenha ocorrido um maior ingresso de pessoas dos setores subalternos no ensino superior, com sensível ampliação das vagas para ele, não se desdobrou em elevação nos níveis de qualidade da formação da classe trabalhadora. São fartos os estudos que demonstram isso, cabendo apontar que esse crescimento se deu com ampla majoritariedade no setor privado, e, neste, da modalidade à distância, em vistas não de garantir uma formação crítica, de qualidade, socialmente referenciada, mas tendo como princípio a ampliação da lucratividade e a adequação dessa formação aos ditames do mercado.

Silva Jr. e Sguissardi (2020) resumem o cenário apontado:

Conclui-se, desta maneira, que uma das novas faces da educação superior no Brasil, com ênfase no que se viu no setor privado, traduz-se na subsunção ao econômico e na aproximação identitária cada vez maior dessas IES ao modelo das empresas prestadoras de serviços, o que é condicionado por novas formas de organização e de gestão, em um contexto de adensamento dos aspectos mercantis desse setor e do acirrado movimento de concorrência entre suas IES, nunca dantes em tal grau presenciado nesse nível de ensino. Diante disso, são previsíveis sérios impactos sobre a organização da educação superior brasileira, assim como, por decorrência, sobre a produção científica e a organização da sociedade no Brasil (p. 273).

Complementarmente, no que diz respeito ao período bem mais recente, Leher (2021), em entrevista acerca das atuais condições da educação superior no Brasil, ressalta o quanto uma série de políticas econômicas desde muito antes do governo Bolsonaro (2019-2022) vêm

formando uma base sobre a qual está posta a dramática situação do ensino superior brasileiro, donde se criaram verdadeiros oligopólios educacionais privados às custas do investimento nas universidades públicas. Afirma o quanto o ProUni, “que concedeu isenções tributárias generosas ao segmento mercantil, em troca de uma reduzida contrapartida em termos de vagas”, somado ao “redimensionamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em 2010”, (LEHER, 2021, pp. 728-729), garantiu a elevadíssima expansão privada no setor.

Acrescenta a isso:

Todos os analistas do mercado financeiro, como CreditSuisse, BofA, Itaú-BBA, Bradesco BBA, indicaram o mercado educacional como atraente porque justamente possuíam o lastro do fundo público. A ordem de grandeza pode ser mais bem dimensionada quando lembramos que, em 2016, as 63 universidades federais juntas tiveram menos de R\$10 bilhões em recursos de custeio e investimentos. Desse modo, a pujança do repasse do fundo público para o setor mercantil agravou a penúria das instituições federais (*idem*, 729).

E, finalmente:

O intento claro é converter as instituições em organizações referenciadas pelo *ethos* do empreendedorismo temperado pelo capitalismo dependente. Entendo que este objetivo é parte da estratégia neofascista em curso no Brasil. A conversão das universidades em *loci* de inovação tecnológica (a rigor, uma agenda que inexiste estruturalmente nas cadeias produtivas existentes no país, excetuando as áreas em que o Estado assegurou capacidade de pesquisa e desenvolvimento, como a Petrobras) e de empreendedorismo objetiva o silenciamento das interpeleções críticas da ciência e o sufocamento da cultura e da arte. (*ibidem*)

Nesse sentido, com esse excuro através dos períodos neoliberais (FHC, PT, Temer e Bolsonaro), expondo suas importantes distinções tanto no contexto mais geral quanto na especificidade do ensino superior, percebemos a contundente permanência do caráter privatista no ensino superior, ora despido, ora velado em trajes reformistas. Portanto, sempre houve um alinhamento às formulações dos organismos multilaterais para o setor, ainda que, no período petista, com ares de democratização. Beneficiados pelo *boom* das *commodities* em âmbito internacional, esse período permitiu que se concretizasse uma política de conciliação de classes, visto que as migalhas que caíam das mesas da burguesia eram maiores do que antes, algo que passou a ser mais difícil após os impactos locais da crise de 2008.

Diante disso, já no governo Dilma os cortes passaram a ser mais duros e profundos, mas não céleres o bastante para evitar sua queda, aos quais Temer e depois Bolsonaro *et caverna* – aparentemente saindo das catacumbas e dos porões – aprofundarão, este bem mais animado pelo contexto geral de ascensão de uma “nova direita” (tão nova como sempre foram velhas suas pautas) e tendo sobre as universidades uma “mira anticomunista”.

O período em que mais ficou evidente o discurso do negacionismo e o profundo irracionalismo que permeava a vida social brasileira (mas não só) foi, certamente, o da

pandemia do Covid-19. Ao mesmo tempo é quando mais se fez premente a necessidade do desenvolvimento científico e a orientação da ciência em prol dos interesses da classe trabalhadora, constantemente negligenciados em benefício dos lucros.

Porém, o financiamento ao ensino superior e a seus órgãos de fomento à pesquisa se tornou cada vez mais dilapidado em concomitância ao exponencial crescimento do ensino superior privado (às custas de dinheiro público). Tudo isso vem embalado pelas concepções de “Universidade operacional”, cuja formação e produção de conhecimento se dão orientados pelos ditames mercadológicos (em um país com profundos problemas estruturais jamais resolvidos), o que cabalmente compromete a qualidade da formação pensada para desenvolver as capacidades humano-genéricas e da pesquisa voltada a responder às necessidades ontológicas do homem. Pelo contrário, no interior dessa sociabilidade, essa formação tende a aprofundar ainda mais seu caráter reificante, e o conhecimento produzido (a partir de pesquisas vinculadas à busca incessante pelo lucro) é refém da abstração do valor no mundo das trocas e de “câmaras escuras” de ideologia.

Se o conhecimento, e, mais precisamente, a ciência, está envolvido em uma relação entre o relativo e o absoluto, a essência e a aparência, o perene e o contingente, a necessidade dele como um constituinte do desenvolvimento das capacidades humanas é algo indubitável. Negar a ciência (ao menos aquela que está alicerçada ao real desvelamento da realidade) é negar o próprio ser humano, não porque entendemos que este encontra sua *raison d'être* no pensamento, ou em um suposto mundo do conhecimento apartado da realidade material, único lugar onde a “miséria humana” (ideia que insiste em essencializar e naturalizar a miséria que vem das relações sociais) não teria chão, mas porque – ao termos conseguido superar nossa imediatez de respostas a necessidades de base espontâneo-natural – alcançamos a capacidade de construir um mundo que seja regido menos pelo reino da necessidade do que pelo reino da liberdade, e que a ciência, nossa capacidade desantropomorfizadora, signifique a real unidade entre o intelecto e a prática social. Certamente não como identidade, mas uma unidade dada na práxis, na historicidade que perpassa o desenvolvimento do ser humano, não sendo constrangida pelos limites inerentes a uma forma social regida pelo trabalho alienado.

Diante da teoria social que partimos, compreende-se o conhecimento como um processo de contínuo desenvolvimento, com seus altos e baixos, avanços e retrocessos. Contém especificidades a depender do objeto e necessita de um conjunto de mediações para alçar a ciência válida. Não pretendemos a arrogância intelectual de ter, portanto, tracejado todos os componentes que atravessam o objeto em questão, menos ainda de ter dado sobre ele uma última palavra. Ao contrário, entendemos que o estudo cuja exposição aqui se encontra abre um

conjunto de possibilidades a novos desenvolvimentos, e o ponto de chegada no qual estamos é o pressuposto para seguir galgando as “trilhas escarpadas” da ciência em outros possíveis pontos de partida de novos “caminhos de ida”.

BIBLIOGRAFIA

Alcantara, Elton Luiz da Costa; Turci, Barbara Maria. *A pandemia do Coronavírus: considerações preliminares acerca da psicologização das relações sociais*. 2020. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/25825>

Alves, Castro. *O navio negreiro e outros poemas*. Rio de Janeiro: Antofágica, 2022.

Alves, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDES-SN. *A contra-reforma da educação superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva*. Brasília: GTPE/ANDES-SN, 2004.

Amann, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

Anderson, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

Banco Mundial. *Conhecimento e inovação para a competitividade*. Brasília: CNI, 2008.

Castelo, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Chasin, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. 1ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

_____. *Marx: estatuto ontológico, resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Chauí, Marilena. *A Ideologia da Competência*. 1ª ed. Vol. 3, São Paulo: Autêntica, 2014.

Chesnais, François. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 1–30, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643195>.

Coggiola, Osvaldo. *O Poder e a Glória: Crescimento e Crise no Capitalismo de Pós- Guerra (1945-200)*. Porto Alegre: Pradense, 2010.

Coutinho, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. In: Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 4ª ed. São Paulo, 2011. pp.13-33.

Cunha, Luiz Antônio. *Ensino superior e universidade no Brasil*. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, pp.: 152-204. 2000.

_____. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

_____. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

_____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007c.

Enguita, Mariano Fernández. *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. *A Face Oculta da Escola*. Porto Alegre: Clube dos Eds. 2008.

Fausto, Bóris. *História Concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. in: Educ. rev. [online]. n.28, pp.17-36. 2006.

<https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>

Fernandes, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

Fontes, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

Freitag, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. 4ª ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980.

Frigotto, Gaudêncio. *Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora*. Perspectiva, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. <https://doi.org/10.5007/%25x>.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Gramsci, Antônio. *Americanismo e Fordismo*. In: Cadernos do Cárcere, Vol. 4. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Harvey, David. *Condição pós-moderna*. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

Hobsbawm, Eric. *Os anos dourados*. In: A era dos extremos: o breve século XX- 1914-1991. 2. ed. São Paulo, Cia. Das letras, 1995.

Iasi, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017.

James, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

Jameson, Fredric. *Pós-Modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

Konder, Leandro. *O que é dialética*. 22ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Kosik, Karel. *Dialética do concreto*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Lenin, Vladimir Ilich. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2010.

Leher, Roberto. *As atuais condições da educação Superior no Brasil*. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 727-735, jul. / dez. 2021. <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2021.v21.36252>

Lojkine, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

Lombardi, José Claudinei. *Educação e nacional-desenvolvimentismo (1946-1964)*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 14, n. 56, p. 26–45, 2014. <https://doi.org/10.20396/rho.v14i56.8640432> Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640432>

Losurdo, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

Löwy, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação? Religião e Política na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2016.

Lukács, György. *Para uma ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Marx e Engels como Historiadores da Literatura*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *A Destruição da Razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

Macário, Epitácio; Reis, Luiz Fernando. *Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2018)*. In: Santos, Fabio Luis Barbosa dos; Perruso, Marco Antonio; Oliveira, Marinalva Silva. (orgs.) *O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

Manacorda, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2017

Mandel, Ernst. *O Capitalismo Tardio*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Marx, Karl. *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”*. De *um Prussiano*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Introdução*. In: *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011. pp. 37-64.

_____. *Cadernos de Paris; Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

_____. *O capital [Livro III]: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

_____ ; Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto do partido comunista*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Mattos, Marcelo Badaró. *Junho e a luta de classes no Brasil da última década*. In: Freitas, Carolina; Barros, Douglas; Demier, Felipe (orgs.). *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

Mazzeo, Antônio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

Mészáros, István. *A crise estrutural do capital*. In: Outubro nº 04, São Paulo, 2000.

_____. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A Educação Para Além do Capital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Montaño, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.

Netto, José Paulo. *Posfácio*. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 233-286.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. *Ensaio de um marxista sem repouso*. BRAZ, Marcelo (org.). São Paulo: Cortez, 2017.

_____; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

Platão. *A república*. Tradução: Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Rouanet, Sergio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Santos Neto, Artur Bispo dos. *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

Saviani, Dermeval. *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação. v.12, nº34. Jan/abr. 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>

Silva, Simone *et al.* *Educação superior pública federal no governo autocrático*. In: Leher, Roberto (org.). *Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

Silva Júnior, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil: reforma do estado e mudança na produção*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. <https://doi.org/10.29388/978-65-81417-08-6>

Tonelo, Iuri. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

Tonet, Ivo. *Método Científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. *Modernidade, Pós-modernidade e Razão*. Maceió: 2006. disponível em:
http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/MODERNIDADE_POSMODERNIDADE_E_RAZAO.pdf

Vanzulli, Marco. *Gramsci e a Reforma Gentile Os aparatos ideológicos do estado: a escola*.
In: Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. Ano XI. n. 21. abr./2016.

Vázquez, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Vieira, Rafael B. *Junho de 2013: temporalidade, conflito e as interpretações sobre o período*.
In: Freitas, Carolina; Barros, Douglas; Demier, Felipe (orgs.). Junho e os dez anos que
abalaram o Brasil (2013-2023). São Paulo: Usina Editorial, 2023.